

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

Reflexos do Amanhã:
Ocupações Urbanas e Resiliência Social em Volta Redonda-Brasil

Ioná Souza Barbosa

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**REFLEXOS DO AMANHÃ:
OCUPAÇÕES URBANAS E RESILIÊNCIA SOCIAL EM
VOLTA REDONDA-BRASIL**

IONÁ SOUZA BARBOSA

Sob a Orientação do Professor

Edson Miagusko

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de
Mestre(a), no Curso de Pós-Graduação
em Ciências Sociais

Seropédica, RJ

Março de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B238r Barbosa, Ioná Souza, 1997-
 Reflexos do amanhã: ocupações urbanas e resiliência
 social em Volta Redonda - Brasil / Ioná Souza
 Barbosa. - Seropédica, RJ, 2024.
 126 f.: il.

 Orientador: Edson Miagusko.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
 Ciências Sociais, 2024.

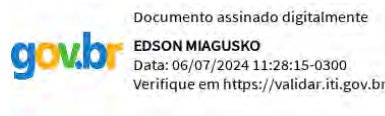
 1. Industrialização. 2. Ocupações urbanas. 3.
 Pandemia. I. Miagusko, Edson, 1972-, orient. II
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais III.
 Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IONÁ SOUZA BARBOSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

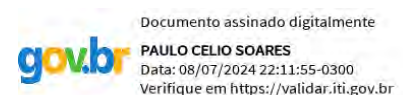
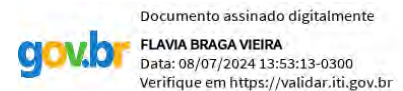
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/03/2024



Edson Miagusko. Dr., UFRRJ (orientador)

Flávia Braga Vieira. Dra., UFRRJ

Paulo Célio Soares, Dr., UGB



DEDICATÓRIA

À minha amada mãe, Elizabeth.

Sou grata pelo seu apoio durante a minha jornada. Mesmo quando as palavras lhe eram estranhas e os conceitos que ouvia pareciam fazer pouco sentido, você esteve presente e demonstrou que, apesar das barreiras acadêmicas, seu amor e dedicação eram mais do que suficientes para compreender a importância da educação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que estiveram presentes na realização deste mestrado:

Ao meu orientador, Edson Miagusko, agradeço pelos valiosos ensinamentos, paciência e disponibilidade constante. Sua orientação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos membros da banca, Paulo Célio Soares e Flávia Braga Vieira, agradeço pelas observações perspicazes que enriqueceram meu trabalho. Agradeço também por aceitarem o convite para a defesa em um prazo tão curto.

Ao meu esposo Cleber Gonçalves, meu professor na vida e na academia, agradeço por sua dedicação incansável. Desde fazer café até me lembrar da importância do descanso, você foi um apoio constante em toda a jornada.

À minha cachorrinha Sophia, que, mesmo sem compreender seu papel, foi uma presença reconfortante nos momentos mais desafiadores.

Às minhas amigas, cujas risadas, lágrimas e celebrações acompanharam cada conquista, meu sincero agradecimento. Vocês tornaram essa jornada mais leve e significativa.

Ao meu enteado Thales e sua noiva Letícia, agradeço de coração pela ajuda generosa nas transcrições. Sua colaboração foi inestimável.

Aos meus pais, Elizabeth e Luiz Carlos, meu eterno agradecimento por sempre me incentivarem a buscar o conhecimento. Seu apoio foi fundamental.

Aos moradores da ocupação Reflexo do Amanhã por sua receptividade.

Sou grata a cada um de vocês por cada gesto de apoio e encorajamento ao longo desta jornada.

“A única forma de chegar ao impossível é acreditar que é possível.”

Alice no País das Maravilhas

RESUMO

BARBOSA, Ioná Souza. **Reflexos do Amanhã: Ocupações Urbanas e Resiliência Social em Volta Redonda-Brasil**, 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

O presente trabalho explora as dimensões sociais, econômicas e políticas das ocupações urbanas em Volta Redonda, um município do Estado do Rio de Janeiro conhecido por sua histórica vinculação à indústria siderúrgica. Parte da investigação do processo de industrialização do espaço geográfico, movimento que culminará na organização e emancipação da cidade e percorre a análise pela sua trajetória como referência de município industrial, desde a fundação da usina até sua privatização e as consequências econômicas, políticas e sociais que a desestatização trouxe para a região. Na transversalidade deste viés histórico, este estudo aborda como as ocupações, em particular a denominada Reflexo do Amanhã, surgem como manifestações físicas e simbólicas da crise habitacional que afeta amplas parcelas da população urbana. Através de uma metodologia que combina observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos oficiais, busca-se compreender as estratégias de sobrevivência, organização social e luta por direitos habitacionais adotadas pelos moradores da comunidade.

O estudo também destaca a importância dos movimentos sociais e da solidariedade entre os ocupantes na resistência às tentativas de despejo e na negociação com o poder público para o reconhecimento de seus direitos.

É feita também a análise do impacto da pandemia de Covid-19, que trouxe à tona vulnerabilidades existentes, mas também mobilizou redes de apoio mútuo e evidenciou a urgência de políticas públicas mais inclusivas e efetivas no campo da habitação. O caminho da conclusão busca sinalizar para a necessidade de um olhar mais humanizado e políticas habitacionais que reconheçam as ocupações urbanas não como problema, mas como expressões legítimas da busca por dignidade e cidadania no contexto urbano brasileiro.

Palavras-chave: Industrialização, Volta Redonda, ocupação, pandemia.

ABSTRACT

BARBOSA, Ioná Souza. **Reflections of Tomorrow: Urban Occupations and Social Resilience in Volta Redonda-Brazil**, 2024. Dissertation (Master in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

This work explores the social, economic and political dimensions of urban occupations in Volta Redonda, a municipality in the State of Rio de Janeiro known for its historical ties to the steel industry. It starts from the investigation of the industrialization process of the geographic space, a movement that will culminate in the organization and emancipation of the city and analyzes its trajectory as a reference for an industrial municipality, from the founding of the plant to its privatization and the economic, political and social consequences that privatization brought to the region. In the transversality of this historical bias, this study addresses how occupations, in particular the so-called Reflexo do Ajante, emerge as physical and symbolic manifestations of the housing crisis that affects large portions of the urban population. Through a methodology that combines participant observation, semi-structured interviews and analysis of official documents, we seek to understand the survival strategies, social organization and fight for housing rights adopted by the community's residents.

The study also highlights the importance of social movements and solidarity among occupants in resisting eviction attempts and in negotiating with public authorities for the recognition of their rights.

An analysis is also made of the impact of the Covid-19 pandemic, which brought existing vulnerabilities to light, but also mobilized mutual support networks and highlighted the urgency of more inclusive and effective public policies in the field of housing. The path to conclusion seeks to signal the need for a more humanized view and housing policies that recognize urban occupations not as a problem, but as legitimate expressions of the search for dignity and citizenship in the Brazilian urban context.

Keywords: Industrialization, Volta Redonda, occupation, pandemic

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

EPÍGRAFE

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 01

DO OBJETO E DA METODOLOGIA 05

1. VOLTA REDONDA E A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL: A EVOLUÇÃO DE
UMA COMPANY TOWN E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO URBANO E
SOCIAL 11

1.1. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL 13

1.1.1. Um novo povo na “nova” terra: a cidade operária planejada 19

1.2. Impactos socioeconômicos e o surgimento de ocupações urbanas 25

1.3. Lutas sociais e formação de movimentos de resistência. 31

2. A ATUAÇÃO DAS AUTARQUIAS MUNICIPAIS NA REGULARIZAÇÃO DE POSSE E
O ENVOLVIMENTO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E LIDERANÇAS 38

2.1. FURBAN, IPPU e a Situação Atual da Regularização das Áreas de Posse 40

2.2. Movimento Luta Popular e a Luta pelo Direito à Moradia 49

2.3. Atuação do Reflexo do Amanhã no FURBAN 57

| | |
|--|-----|
| 3. A VIDA NA OCUPAÇÃO REFLEXO DO AMANHÃ. | 66 |
| 3.1 Caracterização da Ocupação e Condições de Vida | 69 |
| 3.2 Narrativas e Histórias de Vida dos Moradores | 73 |
| 3.2.1 Amanda e Augusto | 75 |
| 3.2.2 Samuel e Gabriela | 77 |
| 3.2.3 Fabiano e Família. | 78 |
| 3.2.4 João e Marina | 80 |
| 3.2.5 Sandra e Daniela | 81 |
| 4. A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES | 84 |
| 4.1 Impactos da Pandemia nas Condições de Vida na Ocupação | 85 |
| 4.2 Remoções Forçadas | 90 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 99 |
| ANEXOS | |
| Anexo 1 | 109 |
| Anexo 2 | 111 |

INTRODUÇÃO

A dinâmica urbana de Volta Redonda no sul do estado do Rio de Janeiro, uma cidade reconhecida por sua forte presença industrial e pela sua história de luta e resistência, configura um cenário complexo e propício para investigações sociológicas e urbanísticas profundas. Fundada em 1941, dando início ao período de industrialização brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) atraiu trabalhadores de diversas regiões do país e provavelmente por este fator, a cidade experimentou um crescimento acelerado, impulsionado pela instalação da siderúrgica. Este crescimento, paradoxalmente, desencadeou uma série de desafios e questões sociais e ambientais, marcando a região com um déficit habitacional significativo e pela formação de ocupações urbanas, uma realidade *sui generis* que se acentuou com os anos. No entanto, é importante ressaltar que houve um maior adensamento nas partes oeste e norte da cidade, na margem esquerda do rio Paraíba do Sul (SILVA, p. 80).

Segundo Lopes:

Nos anos 70 o "Plano D"¹ de expansão siderúrgica, provocou novos e intensos fluxos migratórios em direção à cidade, e as favelas se multiplicaram; no final da década, com o declínio do ritmo de obras, as empreiteiras contratadas pela CSN iniciaram as demissões, e as favelas tiveram sua ocupação mais adensada, absorvendo os desempregados.

Nesse contexto, no final dos anos 1970, foi formada a Comissão dos Posseiros Urbanos², marcando um período crítico de lutas pelo direito à cidade e por reformas urbanas. As Comunidades Eclesiais de Base³ (CEBs) emergiram como protagonistas desses movimentos, engajando-se ativamente na defesa dos direitos dos moradores e na transformação dos núcleos

¹ O plano D foi realizado para aumentar a produção da companhia para dois milhões de toneladas, o que exigiria um investimento de 200 milhões de dólares em equipamentos. O plano dividiu-se em duas partes, a serem cumpridas num período de dez anos, cada uma com cinco anos de duração. A primeira parte elevaria a produção da companhia para 2,3 milhões de toneladas até 1970, e para tanto seria necessário investir 150 milhões de dólares em equipamentos. Até 1975 foi previsto o aumento da produção para 3,5 milhões de toneladas anuais, graças à implantação da segunda parte do plano, que previa um investimento de 50 milhões de dólares em material importado. (<https://atlas.fgv.br/verbete/5787>)

² A Comissão dos Posseiros Urbanos de Volta Redonda foi um movimento que surgiu em resposta à formação de inúmeros assentamentos nas regiões periféricas da cidade, especialmente após a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional. Esses assentamentos, carentes de infraestrutura adequada, levaram os integrantes das Comunidades Eclesiais de Base a se mobilizar em defesa dos direitos dos posseiros, atuando ativamente para abordar as necessidades habitacionais e sociais dos moradores dessas áreas

³ As Comunidades Eclesiais de Base são grupos de cristãos, principalmente católicos, que se reúnem regularmente, geralmente nas casas dos membros ou em espaços comunitários das paróquias, para refletir sobre a Bíblia, a vida cotidiana e os problemas sociais à luz do Evangelho. Surgidas na América Latina na década de 1960, essas comunidades se tornaram muito ativas em vários países, incluindo o Brasil, e estão frequentemente na vanguarda das lutas sociais. As CEBs são conhecidas por sua ênfase na participação leiga, na justiça social e na opção preferencial pelos pobres, ideais fortemente influenciados pela Teologia da Libertação, uma corrente teológica que enfatiza a libertação das injustiças sociais e econômicas. Elas tendem a adotar uma abordagem prática da fé, buscando não só compreender a realidade social e econômica de seus membros, mas também agir para transformá-la. Isso frequentemente leva as CEBs a se envolverem em questões de direitos humanos, reforma agrária, justiça social e outros movimentos de base.

de posse. Diante dessa realidade, os integrantes das CEBs atuaram decisivamente, apoiando os posseiros e reivindicando melhorias. A mobilização organizada em resposta ao crescimento urbano desordenado e à falta de infraestrutura adequada evidencia a importância das ações coletivas e da solidariedade comunitária na luta por uma moradia digna e por direitos urbanos.

Neste cenário de esforços coletivos e lutas sociais, a figura de Waldyr Calheiros⁴ se destaca. Segundo entrevista concedida a Michel Lopes, José Maria da Silva⁵ esclarece:

"quem 'fez' a reforma urbana em Volta Redonda foi Waldyr Calheiros. Após os programas da COHAB⁶, a sociedade organizada que ia ocupando e fazia crescer os bairros. O governo entra com um programa, e o povo faz os outros. Eles faziam o 1, e o povo ia lá para fazer o 2, 3 e 4."

Esta citação enfatiza o papel relevante do engajamento comunitário e da participação ativa dos cidadãos na construção e melhoramento dos espaços urbanos, refletindo a interdependência entre as iniciativas governamentais e a ação comunitária na configuração da paisagem urbana de Volta Redonda.

A partir deste contexto, este estudo se propõe a explorar as dinâmicas intrincadas de Volta Redonda, com um foco particular na Ocupação Reflexo do Amanhã. Através de uma abordagem que combina observações *in loco*, entrevistas e análise documental, a pesquisa desvenda as complexas camadas de interações entre a urbanização, políticas habitacionais e a vida na ocupação, iluminando as experiências vividas pelos moradores. Investigamos como a industrialização, representada pela presença da CSN, influenciou o surgimento de ocupações urbanas como uma resposta direta ao déficit habitacional e às crises habitacionais.

Assim, nosso estudo se debruça sobre o estudo da transformação de Volta Redonda e o papel da CSN no desenvolvimento urbano e social desta região. Iniciamos com a demarcação do cenário em que se inserem as construções das relações urbanas e sociais de Volta Redonda, estabelecendo o pano de fundo para a investigação detalhada que se segue.

No primeiro capítulo, adentramos na história e desenvolvimento industrial de Volta Redonda, enfocando como a emergência da CSN e a criação de uma cidade operária planejada moldaram o desenvolvimento e a identidade local. Este segmento revela a clara relação entre indústria e urbanização, destacando os impactos socioeconômicos gerados pela presença da siderúrgica. A análise se aprofunda nos efeitos dessas mudanças, como o surgimento de ocupações urbanas e a eclosão de movimentos de resistência social, mostrando como a configuração industrial da região impulsionou transformações profundas no tecido social e

⁴ Dom Waldyr Calheiros Novaes foi um bispo católico brasileiro e bispo-emérito da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda que desempenhou importante papel na redemocratização do Brasil durante a ditadura militar.

⁵ Ativista social e uma das lideranças do Movimento Ética na Política (MEP-VR)

⁶ A COHAB é o braço do poder público municipal no desenvolvimento e gestão de políticas públicas voltadas para a habitação popular. O órgão é responsável por análises e pesquisas que indiquem a demanda habitacional da cidade e a implementação de projetos públicos na área. A COHAB também desempenha o papel que cabe ao município no programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal, em parceria com os municípios.

urbano, além de oferecer uma panorâmica sobre as resistências populares nos momentos em que foram provocados a agir, pelas necessidades causais ou pela opressão do capital.

Maricato (2015, p.16) ao referenciar o paradoxo entre a modernização e as desigualdades nos aponta:

Desigual e combinado, ruptura e continuidade, modernização do atraso, modernização conservadora, capitalismo travado, são algumas das definições que explicam o paradoxo evidenciado por um processo que se moderniza alimentando-se de formas atrasadas e, frequentemente, não capitalistas, *stricto sensu*. As cidades são evidências notáveis dessa formulação teórica, e, nelas, o melhor exemplo talvez seja a construção da moradia (e parte das cidades) pelos próprios moradores (trabalhadores de baixa renda). Essa construção se dá aos poucos, durante seus horários de folga, ao longo de muitos anos, ignorando toda e qualquer legislação urbanística, em áreas ocupadas informalmente.

A formação sócio-histórica do Brasil em relação à habitação é profundamente marcada por elementos como ocupações informais, grilagem de terras e uma acentuada desigualdade no acesso a terrenos e moradias. Essa desigualdade é uma característica estrutural das cidades brasileiras. Conforme Maricato (2015), esses aspectos são manifestações claras de uma realidade teórica específica, sendo que a autoconstrução de residências e bairros pelos próprios habitantes se destaca como o exemplo mais representativo dessa dinâmica habitacional. Portanto, entende-se que a prática de ocupação emerge no contexto capitalista como uma estratégia de sobrevivência e uma resposta à necessidade social, especialmente diante do déficit habitacional.

Prosseguindo, o segundo capítulo examina a atuação das autarquias municipais na regularização de posse e a interação com movimentos sociais e lideranças locais. Esta parte do trabalho relata as estratégias e desafios enfrentados pelo FURBAN e IPPU na gestão das áreas de posse, assim como a influência do Movimento Luta Popular na articulação do direito à moradia. Através desta análise, evidenciamos como as políticas de regularização fundiária funcionam, independente do seu objetivo ideal e o papel marcante dos movimentos sociais no debate urbano, destacando a importância da participação comunitária na conformação das políticas públicas.

O terceiro capítulo nos transporta para o coração da ocupação Reflexo do Amanhã, onde histórias de vida se entrelaçam com a luta por moradia digna. Esta seção, forjada a suor e lágrimas, profundamente influenciadora na vida de todos que circundam a região da ocupação e dos que se embrenham de alguma forma na sua luta, fornece uma visão íntima da realidade dos moradores, através de narrativas pessoais que refletem as condições materiais de existência, os sonhos, desafios e resistências cotidianas. Através das experiências de pessoas comuns, que tiveram seus nomes modificados para preservação de suas identidades e dignidade, Amanda, Augusto, Samuel, Gabriela, Fabiano e sua família, João, Marina, Sandra e Daniela, pintamos um retrato vívido do cotidiano na ocupação, destacando a importância da solidariedade e do coletivismo na construção de espaços de resistência e esperança.

Destarte, a pesquisa se aprofunda nas condições de vida, estratégias de sobrevivência e formas de resistência dos moradores da ocupação pesquisada que, mais do que um agrupamento de habitações precárias, é um espaço onde a luta por moradia digna e justiça social se manifesta no dia a dia de seus habitantes. A análise revela uma comunidade formada em resposta às pressões urbanas, caracterizada por uma diversidade de experiências e origens, onde a solidariedade e cooperação entre os moradores enfrentam a falta de infraestrutura básica e desafios legais relacionados à propriedade da terra.

No quarto capítulo, abordamos as severas implicações da pandemia de COVID-19 sobre os moradores da ocupação Reflexo do Amanhã, detalhando como a crise sanitária evidenciou vulnerabilidades preexistentes e revelou novas formas de mobilização social. Este capítulo traz uma luz sobre os impactos diretos da pandemia nas condições de vida, saúde e moradia, bem como as respostas comunitárias e institucionais frente às remoções forçadas e outras adversidades impostas pelo contexto pandêmico. A análise revela a resiliência das comunidades afetadas e a urgência de políticas públicas mais efetivas e humanizadas em tempos de crise.

Vale salientar que a escolha temática desta dissertação não é meramente acadêmica; ela é profundamente entrelaçada com a narrativa pessoal da autora, cujas raízes estão plantadas na realidade social e habitacional de Volta Redonda. Esta escolha emerge de um substrato de experiências vivenciadas, iniciando-se na infância, marcada pelo habitar em uma área de posse, em uma moradia construída em madeira, que sucumbiu em um deslizamento de terra. Este evento precedeu a mudança para o bairro Padre Josimo, localidade que abriga a Ocupação Reflexo do Amanhã, o *lócus* central desta pesquisa.

A necessidade de uma abordagem metodológica criteriosa e de uma delimitação precisa do objeto de estudo se manifesta no contexto deste enlace entre vivência pessoal e investigação acadêmica. Conforme Paugam (2015:18) declara: “Na realidade, a escolha de um tema nunca é anódina. Geralmente, e em não poucos casos, ela resulta de motivações inconscientes ou, no mínimo, pouco explicitadas”.

Outrossim, a introdução desta dissertação é um convite para explorar as nuances dessa comunidade que, apesar das adversidades, se ergue com firmeza e otimismo. “Reflexos do Amanhã” é um eco das vozes da ocupação. A energia e a determinação dos moradores se manifestam no grito resolutivo que ressoa por entre as moradias: “***Na força, na garra, a casa vem na marra***”. Este lema é mais que uma expressão retórica, mas a representação concreta de uma realidade onde cada dia é uma afirmação de identidade, de direitos e de sonhos.

Assim, as considerações finais procuraram sintetizar os principais achados da pesquisa, refletindo sobre a conexão entre desenvolvimento industrial, urbanização e lutas sociais em Volta Redonda. Este fechamento procura consolidar os marcadores gerados ao longo da dissertação e propõe reflexões sobre futuras direções para políticas públicas e ações coletivas que se julgam promover um desenvolvimento urbano mais inclusivo e justo.

DO OBJETO E DA METODOLOGIA

A presente pesquisa se debruça sobre a Ocupação Reflexo do Amanhã, uma manifestação concreta das dinâmicas urbanas e sociais que caracterizam Volta Redonda, uma cidade cuja história é indissociavelmente ligada à industrialização. Embora a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional na década de 1940 tenha sido um marco para a cidade, impulsionando seu crescimento e moldando suas práticas sociais, procuramos reconhecer na pesquisa a influência de um espectro mais amplo de fatores industriais e empresariais que também contribuem para o panorama urbano e habitacional da região. Elaine Ribeiro Sigette (2021:7), particularizando Volta Redonda em um estudo amplificado do sul fluminense, nos aponta:

A questão da moradia e o déficit habitacional, contudo, emergem desde cedo como um problema que nasce junto com a própria cidade. Embora Volta Redonda tenha sido concebida como uma cidade planejada, no processo de desenvolvimento capitalista há sempre aqueles que não cabem no plano, que participam do processo de desenvolvimento à margem dos direitos, invisíveis às autoridades (empresa e Estado), alheios à infraestrutura e equipamentos sociais.

Centrando-se na realidade da Ocupação Reflexo do Amanhã, nos propusemos a mergulhar nas vivências dos moradores, empregando uma metodologia metódica de observação e entrevistas. Esta abordagem permitiu a compreensão das experiências, dos desafios e das estratégias de sobrevivência adotadas pelos ocupantes, em meio a um cenário urbano caracterizado por constantes transformações. O estudo se beneficiou particularmente das orientações de Bourdieu sobre a comunicação com os entrevistados, ressaltando a importância de compreender não só o conteúdo das interações, e sim o contexto e as percepções que moldam essas trocas.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de intrusão sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de se apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar de participar da troca. É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado, e a finalidade que o pesquisador tem em mente, que este pode tentar reduzir as distorções que dela resultam, ou, pelo menos, de compreender o que pode ser dito e o que não pode, as censuras que o impedem de dizer certas coisas e as incitações que encorajam a acentuar outras. (BOURDIEU, 2001: 695)

De suma importância se faz essa preocupação, pois o “distanciamento da pesquisa” não pode equivaler a um distanciamento de afinidades ou em momentos em que a entrevista se distancia da empatia, mas sim um cuidado para que haja uma troca de saberes e de conhecimento, principalmente fidelidade aos dados que se precisa levantar, sem que o entrevistado se sinta invadido em seu espaço ou que as questões levantadas sejam arbitrárias, desnecessárias ou intrusivas. Note-se que Bourdieu recomenda também que seja importante que o entrevistado se sinta parte do processo e que sua participação tenha uma relevância e essencialidade para o assunto abordado ser tratado.

Dessa forma, a pesquisa busca compreender as experiências dos ocupantes, além de contribuir para o debate acadêmico e social sobre a questão habitacional em Volta Redonda e em cidades semelhantes, que envolve diversos aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais. Nesse contexto, um fator que impacta diretamente as condições de vida nas ocupações é a crise sanitária provocada pela Covid-19, que trouxe novos obstáculos e demandas para as comunidades ocupadas, tais como a necessidade de isolamento social, a dificuldade de acesso a serviços de saúde, a precarização do trabalho e a redução da renda. Enquanto a pandemia de Covid-19 adicionou complexidade às condições de vida nas ocupações, dando visibilidade às vulnerabilidades preexistentes, nossa pesquisa optou por situá-la como um elemento influenciador no modo de vida da comunidade estudada.

Na eleição da perspectiva escolhida, a concorrência para o pensamento que percebe a geografia da marginalização, quando esta claramente se delineia nos reflexos encontrados na precariedade das moradias, nos déficits habitacionais e de serviços básicos e, principalmente, a falta ou restrição de acesso à terra e propriedade, definirá elementos de estudo para o debate sobre as consequências imensuráveis e situações de vulnerabilidade já conhecidas e cíclicas, tais como as destacadas no estudo e todas as outras não abrangidas, mas que permeiam o espaço geográfico e social das áreas de posse.

Santos, De Marco e Möller, compõem uma visão panorâmica, reafirmado por Deslandes, uma vez que estes últimos fundamentam discussões como esta:

A moradia inadequada e precária influencia e impacta negativamente, gerando consequências, como marginalização geográfica, déficit em serviços básicos (saúde, educação, transporte), acesso limitado à terra e propriedade, vulnerabilidade à violência, incidência de doenças e poluição de áreas de preservação ambiental em decorrência das ocupações irregulares. Assim, mesmo que as cidades guardem a maior parte das oportunidades de emprego, saúde e educação, seu custo de vida é mais alto, o que compromete o custo da moradia, afetando, principalmente, os grupos mais vulneráveis.

Se tais observações, comprovadamente reais, já impactam profundamente a sociedade e seus direitos, qual não será o efeito exponencial da falta de moradia, majorada por todos os problemas surgidos ou agravados no período pandêmico?

Em complemento, a pesquisa sempre se estende para as fontes não convencionais. Embora haja os dados oficiais e deles possam se extrair informações que, se não são todo seguras, ao menos são cartoriais e comporão a documentação oficial, há sempre uma possibilidade de se questionar como a política ou a tendência política de cada momento mascara dados e informações para serem divulgados e analisados apenas aquilo que favorece seu *status quo*.

Neste aspecto, as informações oficiais possivelmente poderão ser confrontadas com as levantadas pelas pesquisas de campo, que precisarão se submeter a um controle rígido, sério e cientificamente eficaz. A observação de rigores metodológicos nos aponta algumas particularidades, como Debert (1988:141), na sua sugestão sobre a oralidade:

Quando os autores, nesse caso, fazem uma oposição entre falar e conversar ou enfatizam o argumento que a história de vida possibilita um dialogar com os sujeitos estudados, chamam a atenção para basicamente dois aspectos. Em primeiro lugar, para a violência implícita no procedimento que envolve a imposição, aos informantes, de categorias que não lhes dizem respeito, vindas de uma teoria exterior a eles ou ao conjunto de valores próprios do pesquisador. Em segundo lugar, para a importância de darmos condições aos informantes de nos levar a ver outras dimensões e a pensar de maneira mais criativa a problemática que, através deles, nos propomos a analisar.

Aqui uma problemática nova se cria em torno da construção que envolverá a parte da realização do trabalho em que se fará a pesquisa de campo e, poderá haver confronto com os dados oficiais, cartoriais, estatísticos e outros, com a realidade observável pela pesquisadora e, acima de tudo, a possibilidade de narrativas que incluirão os diversos e possíveis divergentes pontos de vista sobre a temática escolhida para que se faça a análise do assunto.

Não é justo, nem oportuno, nem ético e nem humano fazer um pré-julgamento de que as narrativas a serem colhidas nas entrevistas no trabalho de campo vão destoar dos dados oficiais. O que se pressupõe hipoteticamente apenas se ampara no que se observou nas primeiras entrevistas, já percebidas as contradições anteriores em situações de antagonismos de discursos em que os interesses oficiais se opunham total ou parcialmente às soluções necessárias das comunidades prejudicadas, mormente os grupos mais vulneráveis.

Mesmo que a mídia não seja o elemento mais confiável para testemunhar cientificamente e corroborar uma pesquisa, ela tem minimamente a documentação gravada e de exposição visual, que permite, se observada com a devida neutralidade e embasamento teórico, afirmar que a guerra de narrativas entre historiografia oficial e os grupos de vulneráveis não é apenas uma guerra: em muitos casos é um massacre por parte daqueles que deveriam defender os mais fracos, a saber, o Estado e suas agências constituídas.

A escolha pela ocupação Reflexo do Amanhã não foi puramente aleatória, embora a aleatoriedade estivesse também presente entre os critérios iniciais da busca entre os possíveis locais que, potencialmente, forneceria os dados basilares para se alcançar os objetivos projetados. Foi uma escolha dentre pelo menos três ocupações, devido sua história inicial e sua seleção se deu após uma sondagem nas áreas de posse/ocupação que estariam classificadas como possíveis locais de interesse da pesquisa.

Três eram as ocupações em perspectiva: a escolhida, a Ocupação Dom Waldyr Calheiros e a Ocupação da Paz. O levantamento histórico e social preliminar das referidas comunidades foi determinante para a escolha ser feita. Das três, a ocupação Reflexo do Amanhã tem seu histórico de fundação a partir de uma desocupação anterior (é “filha” da Ocupação da Paz), além de ser iniciada exatamente no período pandêmico, enfrentando além dos problemas já peculiares à questão habitacional, os agravantes causados pela Covid-19 no país.

A ocupação em questão situa-se no bairro Padre Josimo (que já é fruto de antiga área de ocupação nos anos 1980-1990, já regularizado atualmente e com infraestrutura), em uma área improdutiva e não utilizada demandada pela antiga fábrica de cimentos Tupi, com pouco mais de 200 metros de comprimento por aproximadamente 30 metros de largura em um terreno íngreme de difícil acesso e sem nenhuma facilidade para construção, contando com vários fatores de adversidade aos ocupantes.

O terreno foi preparado pelos próprios moradores, que saíram da ocupação da Paz pouco antes desta sofrer uma violenta desocupação em 2021⁷. As construções são precárias, misturando retalhos de madeiras diversos, papelão, telhas não uniformes, garrafas pets e outros materiais menos convencionais de acordo com a disponibilidade e criatividade dos ocupantes.

⁷ Disponível em <https://avozdacidade.com/wp/reintegracao-de-posse-em-area-na-divisa-de-volta-redonda-e-barra-mansa-e-realizada-pela-pm-por-ordem-judicial>. Acesso em 18 maio. 2023.



FOTO 1: Construção de barraco usando retalhos de madeira, garrafas pet e barro.

Acervo pessoal: Ioná Barbosa.



FOTO 2: Construção de barraco usando retalhos de madeira, garrafas pet e barro. Detalhes internos.

Acervo pessoal: Ioná Barbosa

São dois dirigentes que estão à frente da ocupação e que acolheram a pesquisa. Uma reside próximo à ocupação e atua como uma coordenadora da área, auxiliando na organização da distribuição dos terrenos, reivindicações coletivas, intermediações com o poder público e outros assuntos do cotidiano dos moradores, como providências de cestas básicas, roupas, mutirões etc. É dela a primeira entrevista, com as informações da localização, números e condições, além de facilitar o acesso aos moradores. Bruna⁸, juntamente com Marcelo podem ser considerados o que O’Leary (2019: 276) vai denominar de informante-chave, a saber, “pessoas que, em razão do seu papel ou suas experiências, têm informações ou conhecimento pertinente e que estão dispostas a compartilhar com um pesquisador”.

⁸ Os nomes de todos os entrevistados (exceto funcionários públicos) foram trocados a fim de garantir a integridade e evitar retaliações.

Em relação às políticas públicas e ao papel dos movimentos sociais, o estudo examina de forma crítica como iniciativas coletivas e institucionais, como o FURBAN e o movimento Luta Popular, moldam e transformam o espaço urbano, enfatizando a importância dessas ações na promoção do bem-estar social e nas configurações habitacionais da cidade. A compreensão dessas interações é considerada fundamental para a formulação de políticas mais eficazes para fortalecer a capacidade das comunidades de reivindicar seus direitos e moldar o futuro de suas localidades.

Assim, as perguntas de pesquisa que norteiam este estudo é: "De que forma a rápida industrialização de Volta Redonda decorrente da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional contribuiu para o déficit habitacional que se traduziu através da proliferação de áreas de posse? Como os moradores dessas comunidades se organizam na busca por reconhecimento? Como a pandemia e o cumprimento (ou falta de) da lei contra despejos foi recebida, considerando que o nascimento da ocupação estudada foi durante esse período?" O recorte temático abrangerá a relação entre urbanização, marginalização e luta por moradia, além de compreender os métodos de resistência e sobrevivência diante de épocas de crise. Ao fazer isso, a pesquisa visa contribuir para um debate amplificado sobre urbanização, desigualdade, e resistência social, sublinhando a importância da pesquisa acadêmica como uma ferramenta para entender e enfrentar os desafios vividos pelas comunidades em ocupações urbanas.

1. VOLTA REDONDA E A COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL: A EVOLUÇÃO DE UMA *COMPANY TOWN* E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL

Este capítulo explora a evolução de Volta Redonda, uma cidade cuja história e desenvolvimento estão intrinsecamente ligados à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A fundação de Volta Redonda e a instalação da CSN em 1941 não se constituem apenas eventos determinantes na história industrial do Brasil, como também momentos de transformação significativa na configuração social e urbana da região. A decisão de estabelecer a siderúrgica em Volta Redonda foi parte de um projeto nacional de industrialização, visando à autossuficiência e ao desenvolvimento econômico do país.

A criação da CSN em Volta Redonda representou a transição de uma área predominantemente rural para um centro urbano e industrial, atraindo trabalhadores de várias regiões e promovendo uma diversificação demográfica e cultural.

Em pouco mais de uma década, o distrito de Volta Redonda se estabeleceu como a localidade mais expressiva em termos de adensamento populacional na Mesorregião Sul Fluminense, muito em virtude das atividades de uma única indústria. Segundo Regina Morel “em 1942, a CSN já empregava 6.164 trabalhadores, portanto mais que o dobro de habitantes do distrito, ocupados na construção da usina e da cidade” (MOREL, 1989, p. 51). Em 1950 o município possuía uma população de 39.964 habitantes, rendendo-lhe o apelido de “Cidade do Aço” por depender exclusivamente da CSN” (FRANCO, 2018:104).

Esse rápido processo de urbanização, embora tenha trazido desenvolvimento, permitiu a geração de problemas. A cidade experimentou uma expansão urbana desenfreada, por mais das vezes sem o planejamento adequado, resultando na formação de favelas, conforme pode ser visto no quadro abaixo, e o aumento da densidade populacional, fenômenos estes que refletem a pressão colocada sobre a infraestrutura urbana e os serviços públicos, desafiando a administração municipal e afetando a qualidade de vida dos residentes (Lopes, 2019, p. 63-64).

Volta Redonda – Evolução das favelas e da população – 1967 a 1985

| ANO | FAVELAS | | | MUNICÍPIO | |
|------|---------------|-----------------|---------------|------------|---------------|
| | Nº de Núcleos | Nº de habitação | Pop. Estimada | Pop. Total | Favelados (%) |
| 1966 | 3 | 10158 | 5.790 | 114.556 | 5.05 |
| 1977 | - | 3.108 | 15.540 | 168.709 | 9.21 |
| 1979 | 45 | 1.609 | 9.045 | 178.555 | 4.02 |
| 1982 | 49 | 2.093 | 10.465 | 200.000 | 5.23 |
| 1984 | 103 | 3.520 | 17.600 | 212.900 | 8.26 |
| 1985 | 105 | 4.007 | 20.035 | 219.300 | 9.13 |

Fontes:

COHAB - PMVR - IPPU/VR . Apud Cláudia Virginia Cabral de SOUZA. p. 131 – Quadro V

Além disso, o desenvolvimento industrial e o papel da CSN em Volta Redonda são aspectos centrais para entender a transformação da cidade. A presença da siderúrgica, além de impulsionar o crescimento econômico, redefiniu a identidade e a estrutura social da cidade. O influxo de trabalhadores em busca de emprego alterou a composição demográfica e fomentou uma nova cultura urbana, marcada pela diversidade de origens. Este panorama, com uma multiface étnica, regional e até de nacionalidade, ilustra como a CSN foi mais do que um simples motor econômico para Volta Redonda; ela foi um agente de transformação social e cultural.

Neste segmento, aprofundaremos o conceito de *Company Town*⁹ no contexto de Volta Redonda, um fenômeno onde a cidade cresce e se desenvolve predominantemente em torno de uma única empresa, neste caso, a CSN¹⁰. Discutiremos como essa singularidade moldou as características socioeconômicas da cidade, influenciando desde a distribuição de empregos até o desenvolvimento urbano. A dependência da cidade em relação à CSN criou uma dinâmica única, onde as decisões da empresa tinham um impacto direto em praticamente todos os aspectos da vida urbana, política e social.

Santo Antônio de Volta Redonda [nome conferido ao distrito de Barra Mansa, cidade-mãe] ficaria dividida em duas: à margem direita do rio Paraíba do Sul, desenvolvia-se o núcleo urbano a partir da conjugação do Plano de Implantação da Usina – seria a “cidade nova”; à margem esquerda, a “cidade velha”, separada da CSN e que não dispunha dos serviços da parte planejada. Os antigos habitantes

⁹ Uma cidade operária ou vila operária (em português) é uma localidade onde, em sua totalidade ou parcialmente, todas as habitações e espaços comuns são de propriedade de uma empresa, a única entidade patronal no momento de sua criação.

¹⁰ Cabe aqui uma observação que muitas outras empresas se tornaram agregadas, subsidiárias, empreiteiras ou simplesmente satélites da CSN, por esse motivo o destaque como única empresa.

não aproveitados pela CSN foram deslocados para a parte “velha” ou para a periferia¹¹ da cidade e os grandes proprietários da região ali se converteram em loteadores e especuladores de terrenos (MOREL, 1989, p. 65).

Analisaremos as transformações decorrentes da presença da CSN, observando como a evolução industrial atraiu uma diversidade de profissões e impulsionou a formação de novas comunidades. Além disso, as respostas dos moradores aos desafios impostos pela presença industrial serão um ponto focal, revelando como a população se adaptou e reagiu às mudanças trazidas pela indústria (Lopes, 2019).

O estudo também contemplará as lutas sociais e a formação de comunidades de resistência em Volta Redonda, destacando a influência da industrialização e da CSN na vida cotidiana dos habitantes. A análise abrangerá aspectos como a urbanização acelerada, a privatização da CSN, o empobrecimento subsequente e o déficit habitacional, oferecendo uma perspectiva ampla sobre o impacto da industrialização na formação urbana e social da cidade.

1.1. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Apesar de toda a modernidade que Volta Redonda trouxe ao país, sendo ela mesma um marco de evolução industrial do Estado brasileiro, sua ocupação territorial e desenvolvimento foram tardios em relação à colonização do país e mesmo em relação à capital da Colônia, estando as terras situadas em uma localização geográfica que traria dificuldade de acesso para a época, haja vista os recursos até então disponíveis.

Dois séculos, aproximadamente, separariam a fundação do Rio de Janeiro da ocupação da região do Médio Paraíba, onde se situa a atual Cidade do Aço. Foi a partir de 1724, visando unir Rio e São Paulo por outro caminho, além da ligação por Paraty, que se inicia a abertura de um trajeto mais curto, por ordem do então governador Luis Vahia Monteiro, conhecido pelo apelido de Onça, através da serra de Itaguaí, porém é em 1727 que os Jesuítas começam abrir os caminhos de acesso à região que ora se descreve.

¹¹ O conceito de periferia pode ser explorado sob diversas óticas. Neste caso, *a priori*, temos a aproximação com a categoria “geometria da cidade”, mas não pode se deixar de considerar a possibilidade de entendimento sobre a “periferia do capitalismo”, pois se confundem os aspectos geográficos, geomorfológicos e socioeconômicos da “parte velha” de Volta Redonda.

A região de Volta Redonda, segundo Costa (1991:14), continuou esquecida até 1744, quando começa a ser desbravada por forasteiros vindo da atual Paraíba do Sul e em 1764 é concedida uma sesmaria onde seria fundada a cidade de Barra Mansa. Esta sesmaria foi confirmada em 1765 a Francisco Gonçalves de Carvalho pelo Rei D. José I. Cabe lembrar que a cidade de Volta Redonda, somente emancipada quase duzentos anos depois, foi evoluindo até a condição de distrito de Barra Mansa e assim permaneceu até 1957, data da sua emancipação.

Na sua linha do tempo, o espaço geográfico que hoje compõe o município teve, também segundo Costa (1991:14), como seu primeiro habitante (colonizador branco, uma vez que povos indígenas das tribos Puris e Coroados habitariam este espaço) José Alberto Monteiro, que por sua vez conseguiu também uma sesmaria contínua à de Francisco Gonçalves de Carvalho, às margens do Rio Paraíba do Sul, local conhecido como Santa Cecília, onde posteriormente haveria a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional. Além dessa, outra sesmaria nasceu, com o nome de Três Posses e posteriormente Três Poços e mais tarde mais uma, a de Domingos José Pereira Guimarães, no Sítio de Volta Redonda.

Costa continua descrevendo que já em 1822, o território de Volta Redonda, como pertencendo ao termo da Vila de São José do Príncipe, registrava inúmeras fazendas, grandes propriedades com os seus proprietários de terra, conquistadores e senhores do café, que predominava como cultura da região, embora não fosse listada entre os maiores produtores do país. Cabe aqui lembrar que tais proprietários receberam essas terras por doações dos governadores, Vice-reis ou do próprio Rei de Portugal, antes da independência, e as passaram por herança. Alguns ocuparam as terras ociosas e desbravaram fronteiras, não havendo nenhum outro critério de aquisição de tal terra que pudesse ser considerada a sua justa distribuição.

A ocupação da terra pelos fazendeiros representou um contato não amigável entre os colonizadores e os povos indígenas, verdadeiros senhores da terra e que aqui habitavam desde tempos imemoriáveis. Costa, citando J.B. Athayde, narra a presença dos coroados com várias aldeias, casas “grandes, feitas de madeira e barro, muito compridas, cobertas de feno”, sugerindo uma população sedentária e afixada no território, de base consolidada, até a chegada do colonizador e seus consequentes conflitos pela terra, sua expulsão, aldeamento, morte por doença, confronto e até mesmo extinção em algumas aldeias.

Os anos que se seguiram trazem uma cronologia de desenvolvimento lento e seguem uma ordem natural, com o desejo de elevação de povoado à Freguesia, o que não aconteceu por impedimento do município sede, Barra Mansa, pelo fato de Volta Redonda não possuir, à época

(1878) “uma casa de detenção e cemitério fechado”, mas feito Distrito de Paz em 1890, após a Proclamação da República. Entretanto, houve uma sequência de supressão e restabelecimento da posição de Distrito desde então, até 1926, quando se tornou distrito definitivo do município de Barra Mansa, assim chamado de 8º distrito.

Nos anos seguintes, e até 1941,

Volta Redonda era, apenas, um ponto insignificante do Estado do Rio de Janeiro, e tão importante para a vida econômica, mapa social, política e tecnológica do Brasil, quanto o seria qualquer diminuto vilarejo interiorano. Ademais, nem se poderia incluí-la no circuito das “cidades mortas” do Vale do Paraíba — de que tratara Monteiro Lobato, em livro homônimo — já que nem sequer uma simples cidade o fora Volta Redonda, mesmo nos áureos tempos da opulência do café. Como foi o caso de Bananal, em São Paulo, por exemplo.

Embora a história memorialista de Costa procure destacar seus valores de vila e algum destaque central, Bedê vai nos apontar posteriormente que a relevância do espaço geográfico só se faz bem mais tarde. Assim nos diz:

Embora sua primitiva história, como vila, remonte ao século XVIII, Volta Redonda somente ingressa no mapa e na História, de forma relevante e significativa, quando o governo do Estado Novo se decide por sua escolha como local para a construção da primeira grande usina siderúrgica do Brasil. Antes de 1941, não havia nada em Volta Redonda que pudesse apresentar alguma relevância ou significado, de modo a inseri-la no mapa, como um “*locus*” importante, mesmo no âmbito restrito da história fluminense (BEDÊ, 2004:37)

Partimos deste ponto na linha do tempo oficial (conforme anexo 1) para realmente adentrar às considerações que vão permear a pesquisa e nos conduzir ao histórico da ocupação, urbanização e utilização das terras do município de Volta Redonda, que viria a se emancipar treze anos mais tarde, já com a indústria do aço concretizada e consolidada na cidade e no país.

A escolha de Volta Redonda vem atender a alguns critérios que, segundo Costa, elimina outras possibilidades e seleciona o espaço como o ideal, considerados os prós e contras. Seguem-se algumas considerações:

Em agosto de 1941, Guilherme Guinle, Presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, em documento remetido ao Presidente Vargas, referindo-se à localização da usina, destacava: “A) Escolher um local aonde as matérias-primas cheguem por um preço razoável e de onde os produtos acabados partam para os mercados consumidores em condições que sejam as melhores; B) Evitar grandes despesas que se tenham de somar às da construção da usina.”

Segundo estes critérios, haveria a exclusão da localização de Vitória ou em Lafaiete, pois atenderia apenas parcialmente às exigências. Costa destaca a narrativa de Guinle que seria interessante a instalação da usina no Distrito Federal, “mas essa localização de um porto em Santa Cruz, de elevado custo, e trabalhos de drenagem, construção de uma adutora de água doce seria para suprir a usina de água industrial para resfriamento e a reconstrução do ramal de Santa Cruz a Austin”, eliminando essa possibilidade.

Prosseguindo em sua defesa para a escolha, Costa narra que Guinle explica:

Dando preferência à localização da usina no Vale do Paraíba, no trecho Barra do Pirai — Barra Mansa, considerou a Comissão que os operários terão ali, a 400 m de altitude, melhores condições de vida; que a média do preço da mão de obra é muito mais baixa do que no Rio de Janeiro, que a água doce existe em abundância e que a Estrada de Ferro Central do Brasil encontrará a compensação de um bom frete de retorno. Colocada atrás da Serra do Mar, a usina necessitará apenas de defesa anti-aérea (*sic*), ficando inteiramente ao abrigo da artilharia naval.

Ainda, conforme identificado por Morel (1989, p. 43), a escolha da localidade para a construção da CSN em Volta Redonda foi influenciada por uma combinação de fatores técnicos, militares e políticos. A região escolhida para a instalação estava estrategicamente situada entre o Rio de Janeiro e São Paulo, dois dos maiores centros consumidores do Brasil na época. Esta localização permitia fácil acesso ao mercado, o que era essencial para a distribuição eficiente dos produtos siderúrgicos. Além disso, a região possuía recursos hídricos abundantes, essenciais para a produção de aço. A disponibilidade de água fluvial era um componente crucial, pois a indústria siderúrgica é intensiva em seu uso para o resfriamento, processamento e transporte de materiais. Adicionalmente, o baixo custo do frete e da mão de obra na região contribuía para a viabilidade econômica do projeto, reduzindo os custos operacionais da usina.

Do ponto de vista militar, a localização de Volta Redonda apresentava a vantagem de estar suficientemente distante da costa. Isso era particularmente importante durante o período da Segunda Guerra Mundial, quando as ameaças de ataques navais ou aéreos eram uma preocupação real. Estabelecer a usina siderúrgica em uma área interiorana oferecia maior segurança e proteção contra possíveis ataques inimigos, garantindo a continuidade da produção em um período de instabilidade global.

Politicamente, a escolha de Volta Redonda estava alinhada com os interesses do governo federal do Brasil. Na época, o estado do Rio de Janeiro era governado por Ernane do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, presidente do Brasil. Esta relação familiar pode ter facilitado

as negociações e o apoio político para a implementação do projeto. A presença de um aliado político no governo estadual possivelmente ajudou a superar obstáculos burocráticos e logísticos, assegurando um ambiente favorável para o nascimento da CSN.

Essa combinação de critérios econômicos, logísticos, técnicos, militares e políticos tornou Volta Redonda a escolha ideal para a instalação da usina. A decisão refletia as necessidades imediatas de produção de aço, além de considerar a segurança, a viabilidade econômica e a eficácia política, estabelecendo as bases para o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil.

Cabem aqui duas observações críticas que, embora não estejam no foco da pesquisa, parecem-nos relevantes anotar na fala temporal: a (des) preocupação com um custo menor da mão-de-obra, numa clássica visão exploradora do universo capitalista que o Brasil ingressava e a nenhuma preocupação com o uso da água, o que mais tarde viria trazer sérias consequências para o rio Paraíba do Sul.

A instalação da CSN em Volta Redonda, foi formalizada através do Decreto-Lei n.º 237 de 25 de março de 1941, transcrito por Costa (p.47)¹², sancionado pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. Este ato legal constituiu um elemento essencial na reconfiguração territorial e socioeconômica da região, delineando um processo de desapropriação em massa que pavimentou o caminho para uma das maiores intervenções de industrialização no Brasil. O decreto estipulou a desapropriação de áreas extensas para a construção não só da usina siderúrgica, como também de uma vila operária, logradouros públicos, edifícios e serviços públicos, prevendo ainda a possibilidade de expansões futuras. Esta ação legislativa refletiu uma abordagem estatal que visava transformar uma região predominantemente agrária em um polo industrial, impulsionando assim o desenvolvimento econômico nacional.

A transação financeira para a aquisição das terras envolveu uma soma considerável, totalizando Rs¹³. 3.500:000\$000 (aproximadamente R\$ 87.5000.000,00), dividida entre a CSN e o governo estadual. A contribuição estatal, no valor de Rs. 500:000\$000 (aproximadamente R\$ 12.500.000,00) evidencia o papel ativo do governo no apoio à industrialização, enquanto o cheque de Rs. 3.000:000\$000 (aproximadamente R\$ 75.000.000,00) emitido pela CSN contra

¹² A obra de Alkindar Costa traz este decreto e outros documentos na íntegra e foi lida e absorvida pela pesquisadora à medida da necessidade para sua pesquisa, evitando reproduções longas. Entretanto, para outras pesquisas que se fizerem necessários tais documentos, recomenda-se o acesso e a leitura da obra completa.

¹³ Real Brasileiro.

o Banco Boavista destaca o investimento da companhia na realização desse projeto. A compra das fazendas Santa Cecília e Retiro, juntamente com demais lotes, constituiu a base física para a implementação do projeto siderúrgico.

Importante ressaltar que o a desapropriação e subsequente construção da vila operária não foi apenas uma medida técnica e econômica, como também uma intervenção social e urbana profunda. Os trabalhadores da construção da usina, posteriormente estabelecendo-se majoritariamente na cidade, especialmente na parte proletária do município, ilustram a transformação demográfica e social induzida pela instalação da empresa. Este movimento populacional de trabalhadores da construção para residentes permanentes da cidade salienta a transformação de Volta Redonda em um núcleo urbano com uma composição social significativamente alterada.

Entre 1941 e 1945, durante a construção da usina, o distrito foi tomando contornos do desenvolvimento que se anunciaria para a região. Segundo Bedê (2004), já em 1942 várias empreiteiras instalam-se para as obras de construção civil e a CSN, recruta mão-de-obra para a construção de sua usina de aço, atraindo trabalhadores dos estados vizinhos, partindo de suas cidades em caminhões até as estações ferroviárias mais próximas e chegando de trem à Volta Redonda. Eram cidadãos, na sua maioria, procedentes das “lavouras e da pecuária, acostumados à enxada e ao trabalho ‘de sol a sol’ — como se dizia na época. Analfabetos e sem qualquer qualificação profissional, são encaminhados ao trabalho braçal da construção civil, no formigueiro humano dos canteiros de obra.” (BEDÊ, 2004:38). Bedê destaca ainda que esses operários aprendem fazendo, mas que a CSN implanta, paralela à construção da usina, uma “escola profissional”, visando mão de obra qualificada para quando do funcionamento da siderúrgica. Raphael Jonathas Lima nos ilumina e complementa essa ideia ao afirmar:

Para a formação de Volta Redonda, o Estado brasileiro inspirou-se no princípio da "engenharia espacial" ou manipulação deliberada do landscape, empregado por propostas de engenharia social que orientaram a construção de diversas cidades industriais europeias e norte-americanas. Da França, por exemplo, a CSN incorporou elementos da patronagem desempenhada pela indústria siderúrgica na região da Lorena, no final do século XIX, e caracterizada pela transposição de relações típicas do campo para o mundo industrial ao passo que procurava assegurar concessões às demandas e tradições dos trabalhadores. E dos Estados Unidos houve a apropriação do "paternalismo industrial" designado por um tipo de relação de trabalho que recorreu a elementos da estratégia patronal para recrutar, fixar, estabilizar e controlar os trabalhadores qualificados daquele país, com a concessão de programas de benefícios sociais, como assistência médica, educacional, recreativa e a construção de moradias, propostas típicas da indústria siderúrgica norte-americana do início do século XX. (LIMA, 2013:47)

Em 1942 passa a funcionar o Corpo de Bombeiros, o Hospital Provisório e a Banda de Música, todos de propriedade da CSN. Essa é uma marca que será implantada na cidade, a companhia siderúrgica como proprietária de espaços geográficos e institucionais. A cidade se ergue em torno e em função da indústria que ali emerge e que perdurará quase que permanentemente na história da cidade.

Em 1945 a construção da usina chegava ao final. Foram quatro anos que imprimiram total mudança ao ambiente interiorano do Sul Fluminense, uma transformação na terra, no ambiente, no espaço que se tornara praticamente desenhado para uma urbanização moderna, além de uma multiplicação populacional estrondosa. Segundo Calife (2005:11), “A década de 40 conheceu consideravelmente incremento populacional: em 1950, eram 35.964 os habitantes de Volta Redonda, contrastando, essa população, com as 2.782 pessoas residentes em 1940”. Um crescimento de mil e cem por cento, sem um planejamento adequado para as residências, uma vez que parte dessa população era composta por trabalhadores que mais tarde não seria aproveitada na mão-de-obra operária industrial, por não ter especialização. Havia também a promessa do “eldorado” do aço, uma promessa de crescimento da região que atraía todo o tipo de imigrante e de possíveis atividades, para um espaço territorial relativamente pequeno e ainda ocupado por grandes latifundiários, que não estavam dispostos a se desfazerem das porções de terra que não haviam sido incluídas no plano de construção da usina ou dos acampamentos, ou dos futuros loteamentos e habitações planejadas da cidade que se ergueria em torno da indústria.

Finalmente, no ano de 1946, o primeiro alto-forno é ligado e a Usina Presidente Vargas, da Companhia Siderúrgica Nacional, começa suas atividades na linha de produção de aço no ainda 8.º distrito de Barra Mansa que, neste momento, já possuía maior visibilidade e concorrência de pessoas e interesses que a secular cidade-mãe.

1.1.1. Um novo povo na “nova” terra: a cidade operária planejada

Desde o ano de 1943, observou-se uma transformação significativa na paisagem que circundava a usina de aço. Esta metamorfose se caracterizou pelo nascimento de diversos bairros, os quais, através da construção de milhares de residências em alvenaria, foram paulatinamente substituindo a idílica vista de laranjais e eucaliptos que anteriormente predominava na região. O fenômeno delineou a configuração da Cidade Operária da CSN,

concebida sob uma estrutura setorializada. Tal estrutura incluía uma área comercial posicionada no centro, uma igreja, espaços dedicados ao lazer em distintos pontos, além de zonas reservadas para a implantação de instituições educacionais.

Neste contexto, é pertinente destacar a diversidade das habitações erigidas, as quais variavam substancialmente conforme o status funcional do empregado na CSN. Essa diferenciação residencial apontava aspectos econômicos e hierarquias sociais e profissionais na organização. A concepção e o planejamento deste projeto urbanístico foram obra de Atilio Corrêa Lima, reconhecido como um dos principais planejadores da era Vargas. Em 1942, quando elaborou o plano da cidade operária de Volta Redonda, pautou-se pelos paradigmas que Tony Garnier havia proposto para a *Cité Industrielle*¹⁴ (DINIZ, 2017:308).

Segundo Dinius¹⁵ (2010:2) “o regime de Vargas queria fazer da CSN um caso exemplar da implantação das novas políticas de bem-estar social para os trabalhadores industriais. Volta Redonda seria um modelo do desenvolvimento social do país na era industrial”. Aqui soma-se ao pensamento dos demais historiadores que concorrem para a ideia de que a urbanização de Volta Redonda vai se originar do projeto da usina e aí mesmo ser forjado, tanto quanto se forja o aço.

A determinação do tipo de moradia para os empregados era uma prática intrinsecamente vinculada às suas capacidades financeiras, sendo que a alocação residencial estava diretamente condicionada ao valor dos vencimentos do empregado. Em outras palavras, um empregado só tinha permissão para residir em um imóvel cujo custo de locação fosse proporcional e adequado ao seu salário. Este procedimento era gerenciado mediante a criação de listas de classificação, que eram organizadas por grupos específicos de empregados. Nestas listas, era registrado um conjunto de informações pertinentes, incluindo o nome do funcionário, o cargo ocupado, o salário recebido, a data de admissão na empresa e a posição do indivíduo na lista de espera para alocação habitacional. De acordo com Assis (2013:80), os critérios para a distribuição das residências e a classificação dos empregados em grupos distintos estavam estipulados no Regulamento de Distribuição de Casas do Setor de Volta Redonda, datado de 1953. De acordo com este regulamento, os empregados eram separados em três grupos principais. O primeiro grupo consistia em empregados cujos salários não excediam Cr\$2.790.000 (aproximadamente

¹⁴ A proposta de Tony Garnier para a cidade Industrial era, sobretudo, de uma cidade socialista sem muros ou propriedade privada, onde todas as áreas não construídas eram parques públicos. O plano linear de Garnier separava as zonas industriais, da administração e das residências.

¹⁵ Tradução livre.

R\$1.015), incluindo o pagamento referente ao descanso semanal. O segundo grupo era formado por aqueles que recebiam salários a partir de Cr\$2.791.000, mas que não se enquadravam no terceiro grupo. Por fim, o terceiro grupo abrangia profissionais com formação universitária, chefes e subchefes de departamentos, bem como chefes de divisões cujos cargos eram equivalentes aos de indivíduos com titulação universitária.

Ao citar Lopes, Bedê observa a intenção da CSN em um projeto de uma cidade operária, com “conforto admissível e mínimo de despesa e manutenção” (BEDÊ, 2004:62), com tudo o que fosse necessário para o bem-estar dos habitantes futuros, a saber, aqueles que viessem a constituir a população de operariado da usina. Já neste ponto não havia um planejamento específico ou mesmo em segundo plano para os trabalhadores da construção civil e outros que não fossem ser incorporados ao efetivo da produção de aço da linha de produção. A cidade já nasce setorizada e segregada:

A Cidade do Aço já nasce socialmente estratificada: o bairro Laranjal se destina à elite de funcionários da empresa: engenheiros e técnicos especializados; a Vila Santa Cecília, para o estamento de chefes intermediários (a quem os operários, debochando, chamavam de "arigós¹⁶ de penacho") e os bairros do Rústico, Jardim Paraíba, Monte Castelo, Sessenta e Conforto, para os trabalhadores em geral — os chamados "arigós de usina"(BEDÊ, 2004:62).

Essa estruturação não expressava apenas uma divisão salarial, como também se traduzia em uma estratificação social evidente na configuração habitacional da Vila Operária. Os padrões de residências eram distintos para cada um dos três grupos, com cada grupo representado por um bairro específico. As habitações destinadas ao primeiro grupo localizavam-se no bairro Conforto, enquanto as do segundo grupo encontravam-se no bairro Santa Cecília, e as do terceiro no Laranjal. Esta disposição residencial não só espelhava a divisão salarial dos trabalhadores, era uma demonstração clara da estratificação social na comunidade operária, evidenciando as disparidades sociais e econômicas entre os diferentes grupos de empregados.

Em Volta Redonda, a cidade planejada pela CSN, a hierarquia funcional interna da empresa é replicada na estruturação da sociedade local, caracterizada por uma estratificação social semelhante a um sistema de castas. Esta estrutura é baseada no status funcional do chefe de família, permeando todos os aspectos da vida cotidiana da cidade. Essa segregação social é

¹⁶ Arigó é tanto um adjetivo quanto um substantivo da língua portuguesa, que define pessoas simplórias, rústicas, também conhecidas como matutas, que vivem do próprio trabalho braçal.

notada na qualidade das moradias e na sofisticação da urbanização dos bairros, além de se estender às relações sociais, ao lazer e ao entretenimento. Um exemplo dessa dinâmica é como incidentes aparentemente menores, como uma disputa em um dos clubes dos empregados, podem ter repercussões na trajetória profissional dos envolvidos (BEDÊ, 2004:63).

A observação é aprofundada pelo autor, que descreve a empresa assumindo um papel remanescente ao do "Grande Irmão" da distopia "1984", escrita por George Orwell. Na obra de Orwell, o Grande Irmão é uma figura onipresente e onisciente, simbolizando o controle totalitário sobre a vida dos cidadãos. Analogamente, a CSN fornece as necessidades básicas para seus empregados e exerce um controle rigoroso sobre suas vidas. Esse controle é exercido através do serviço social da empresa e de sua "Polícia Administrativa" (p.66), entidades que funcionam como instrumentos de vigilância e regulamentação do comportamento dos empregados. Assim, a influência da CSN se estende além do ambiente de trabalho, infiltrando-se em diversos aspectos da vida privada de seus funcionários.

Os operários da CSN, ou simplesmente da "Companhia", convivem com o ônus e o bônus de o serem. Moreira (2000:54) vai nos apontar o seguinte:

... todo o empreendimento tornou-se espelho da ideologia forjada pelo Estado Novo de valorização do trabalho e de reabilitação do trabalhador nacional, traduzida em uma política social que incluía não apenas medidas de proteção à saúde física e mental do homem brasileiro, mas também de incentivo à sua capacidade produtiva. Nesse sentido, a satisfação de necessidades básicas como habitação, alimentação, saúde e educação, assim como o amparo à família, acabariam por tornar-se pontos primordiais da política estadonovista de proteção ao trabalhador e ao próprio progresso material do país.

Ao observarmos alguns autores que se debruçaram em suas pesquisas e analisarmos seus discursos, encontramos materiais suficientes para um exame particular, em um debate que abrange história, geografia e as interessantes vertentes sociais da cidade, percebendo a relação dos interesses de poder da CSN com suas práticas no processo de construção e de ocupação do espaço geográfico, de maneira que além de selecionar bem os contornos topográficos ideais para a instalação da indústria, também observa o que se faria em seu entorno, de como dominaria o espaço que circundaria seu eixo, sendo ela mesma o centro e as demais dimensões da cidade nada mais que acessórios periféricos que serviriam a seus propósitos. Dentro deste plano se faz presente o processo de urbanização comandado pela empresa, contendo a infraestrutura da cidade e seu planejamento habitacional.

Para aprofundar o entendimento do plano urbanístico e habitacional adotado pela CSN, faz-se relevante analisar a abordagem da empresa em relação à construção de habitações para seus funcionários, especialmente no contexto da cidade planejada para servir às necessidades da usina (CALIFE, 2005:4-5). Contrariamente às práticas comuns da época, a companhia optou por não se associar ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) para o desenvolvimento de seus projetos habitacionais. Este instituto, embora estivesse se inserindo no setor de construções habitacionais, não foi considerado um parceiro necessário. A decisão estava alinhada com uma política de autarquização, um movimento em direção à autonomia total, no qual a CSN buscava exercer controle absoluto sobre seus terrenos e construções.

Essa abordagem de autarquia estendia-se do planejamento à execução dos projetos, com todas as etapas submetidas às diretrizes estabelecidas pela Diretoria da CSN. O Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico já delineava os planos para a construção de uma cidade operária, delegando esta responsabilidade à Seção de Urbanismo da empresa. Esta seção desempenhava um papel crucial na elaboração e implementação do plano urbanístico, responsabilizando-se pelo exame e estudo de diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento urbano.

Entre as tarefas da Seção de Urbanismo estavam o levantamento topográfico, a definição do traçado geral da cidade, o planejamento de edifícios públicos e a concepção de diferentes tipos de unidades residenciais. No planejamento da cidade operária, um enfoque particular era dado aos espaços destinados à recreação coletiva, como parques, praças esportivas e *playgrounds*, todos projetados conforme as normas modernas de urbanização da época.

Nas palavras de Macedo Soares (CALIFE, 2005:5):

“O plano urbanístico da cidade e construção das residências constituiu um departamento a parte, com os recursos indispensáveis. Entretanto, a CSN alugara todo um hotel em Barra Mansa, cuja construção terminara naquela época, mais residências de fazendas e algumas casas nas redondezas, centenas de habitações coletivas foram construídas de madeira, a qual vinha de trens completos do Paraná. A falta de conforto era muito grande. Só no segundo semestre de 1943 começaram a ser entregues habitações definitivas aos quadros e aos trabalhadores.”

Ainda na observação da historiadora, percebe-se que sua pesquisa aponta que a imprensa patronal destacava uma cidade grande, a maior cidade operária do país, com 4.000 operários e 20.000 habitantes que gozariam de todos os confortos disponíveis para uma área urbanizada

naquele momento histórico. Volta Redonda tem a CSN como a única estatal “que chega a construir uma cidade associando o mundo fabril ao urbano no processo de dominação e controle do espaço”, em um projeto de urbe que “favoreceu o modelo de dominação, possibilitando a gestão da vida do trabalhador fora da usina e, assim, o controle da quase totalidade de seus atos.”

A estrutura urbana de Volta Redonda é caracterizada por amplas avenidas que funcionam como eixos organizadores do espaço, contribuindo para a criação de efeitos visuais e simbólicos. Um exemplo é o “escritório central”, um prédio de dezesseis andares que abrigara os serviços administrativos e de direção da companhia. Sua imponente reflete a hierarquia interna da empresa ao simbolizar sua ascendência sobre a cidade, sendo estrategicamente localizado ao final da avenida que constitui o eixo do centro comercial. Adicionalmente, o bairro Laranjal, destinado aos engenheiros, está situado em uma colina, de onde se pode observar a cidade operária, reforçando a hierarquia funcional e salarial da produção na disposição espacial da cidade.

Já está dito que entre 1948 e 1954, a população de Volta Redonda cresceu exponencialmente. Apontar determinadas datas podem ser relevantes, pelos seus marcos na vida da cidade. Maio de 1948 é a data em que a CSN começa a operar com a totalidade de sua linha de produção. A fundação da cidade, cuja emancipação foi oficializada pela Lei n.º 2.185 de 17 de julho de 1954, que também estabeleceu a realização de eleições municipais em 3 de outubro do mesmo ano, conforme documentado por Morel (1989:263). No entanto, este evento foi marcado por uma peculiaridade administrativa: a notável escassez de documentos essenciais na administração municipal, particularmente as plantas dos terrenos, durante o período de emancipação da cidade. Diante desta lacuna, a Associação dos Proprietários de Imóveis aparece como uma entidade colaborativa, cuja primeira iniciativa foi auxiliar a prefeitura no levantamento cadastral dos terrenos e na identificação de seus proprietários (Morel 1989:265). Esta intervenção da associação no levantamento cadastral e na elaboração das plantas urbanas é, por si só, um fenômeno que merece observação. A participação de uma associação de proprietários de imóveis na administração municipal, especificamente em tarefas que envolvem a catalogação e planejamento do território, suscita questionamentos acerca da objetividade e imparcialidade dessas ações.

Coincidindo com um momento de forte fluxo migratório para Volta Redonda, devido à atração exercida pela Usina que necessitava de braços para a execução de seus Planos de Expansão, bem como pela expansão de seu parque industrial local e do setor de serviços, o período pós-emancipação se caracterizou por

aprovação em massa de loteamentos e pela expansão de loteamentos clandestinos, em áreas de propriedade da Prefeitura ou em terrenos particulares. Aliás, a infraestrutura criada pela Prefeitura era um elemento determinante na valorização de terrenos, contribuindo para forjar alianças de interesses da Administração Municipal com os proprietários de terras (MOREL, 1989:267).

Este conjunto de ações, tanto por parte dos loteadores clandestinos quanto da CSN, exprime o envolvimento entre interesses privados e públicos no desenvolvimento urbano de Volta Redonda. A dinâmica de poder evidenciada pela manipulação de terras públicas para fins de especulação imobiliária, juntamente com a transformação de atividades ilícitas em colaborações com o poder público, demonstra a intrincada teia de relações que moldou o tecido urbano e social da cidade. Assim, o estudo da história urbana de Volta Redonda oferece um panorama elucidativo sobre como as relações de poder e as políticas de gestão territorial podem influenciar significativamente a conformação das cidades e a vida de seus habitantes.

1.2. Impactos socioeconômicos e o surgimento de ocupações urbanas

Neste tópico, abordaremos a relação entre os desenvolvimentos socioeconômicos de Volta Redonda e o emergente fenômeno das ocupações urbanas. A instalação da Usina Presidente Vargas, fulcral no desenvolvimento industrial da cidade, catalisou transformações demográficas e econômicas.

Conforme explorado anteriormente, a evolução de Volta Redonda como uma *company town* gerou um cenário peculiar no tocante à habitação e estrutura social. A partir daqui, visamos sondar o entendimento sobre como as lacunas habitacionais, resultantes de tais transformações, culminaram na proliferação de áreas de posse. Fontes e Lamarão, em seu artigo “Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?” são muito felizes ao epigrafar a íntima relação do desenvolvimento do município de Volta Redonda com a CSN.

O processo de urbanização da cidade parece se confundir com a história da empresa, ele é a própria história recortada em preto e branco (e muito cinza), onde todos os autores reconhecem a relevância da CSN para o caminho de emancipação, desenvolvimento e consolidação do município, além de sua influência em todo o *modus vivendi*, desde os costumes, tradições, programas regionais, disputas desportivas, radiodifusão, horários das linhas de

ônibus que, gradualmente, iam se formando; o design da cidade ia tomando os moldes da cidade industrial e tudo em volta respirava a usina.

Não se trata apenas de uma consequência natural da relação indústria x cidade ou industrialização x urbanização, mas passa pela análise de um posicionamento de poder. Sérgio Bringel Dias destaca que:

O caso Volta Redonda (sua fundação e construção), vinculou-se ao que Weber chamou de dominação legal porque os operários não duvidaram da legitimidade de quem detinha o poder dentro da usina e fora dela. Quem ousaria duvidar da legitimidade do próprio Estado ou dos seus representantes legais, os altos dirigentes da empresa? Para que a dominação pudesse funcionar de maneira racional, ela precisaria ter um aparelho burocrático, dividido em competências setoriais bem definidas e com os poderes executivos adequados em cada setor, assim como os meios de repressão bem delimitados. (DIAS, 2002:59)

O indicativo que não haveria outro modelo também não proporcionou resistência e poder apontado para os efeitos quase casuísticos que viriam a se consolidar na perspectiva deste espaço urbano posteriormente. Após sua emancipação em 1954, uma onda de industrialização iria chegar no país com Juscelino Kubitschek. Segundo Fontes e Lamarão:

Os investimentos das grandes empresas monopolistas internacionais dirigiam-se basicamente para as indústrias de eletrodomésticos e de aparelhos eletrônicos e, sobretudo, para a indústria automobilística. O Estado, por seu turno, investiu maciçamente nas indústrias de base e na rede de transportes rodoviários. Visando atender a uma demanda cada vez maior da indústria automobilística e de outros ramos industriais, a CSN implementou o plano de expansão C da usina de Volta Redonda, que previa a produção de 1 milhão de toneladas de aço já em 1960. (FONTES e LAMARÃO, 2006:247)

Tal ampliação trouxe consequências diretas para o meio urbano de Volta Redonda. Ainda segundo Fontes e Lamarão,

Entre 1958 e 1963, registrou-se uma aprovação maciça de loteamentos, devido ao aumento da demanda de terrenos para moradia e comércio, gerado pelas obras de expansão da siderúrgica. Surgiram, igualmente, loteamentos clandestinos em áreas de propriedades da Prefeitura e mesmo em terrenos particulares. Essa forma de ocupação do solo urbano ganhava maior peso nos períodos de ampliação da usina, quando grande quantidade de mão-de-obra era atraída para a cidade. Com o término do estágio de expansão, contudo, um número elevado de trabalhadores era dispensado, acarretando, com isso, toda uma série de consequências sociais (inchamento de favelas, fechamento de estabelecimentos comerciais surgidos na fase de expansão etc.) (2006:248)

Note-se aqui a interligação do binômio usina-cidade e como intrinsecamente se complementam e se retroalimentam no decorrer do desenvolvimento do município, mesmo que as consequências sociais em determinado momento possam não ser as que correspondam à expectativa mais agradável. As demandas por terrenos que comportem os que vão morar, bem como terra que providencie a infraestrutura necessária a suprir todas as carências dos trabalhadores fixos e temporários (os que se encontravam ali apenas para o projeto de expansão) vão esbarrar em dois problemas inegáveis: a extensão territorial do município com pouco menos de 200km², e a condição dos pleiteantes a estes terrenos que não teriam fundos para adquirir aqui seu imóvel já construído ou lotes.

As anotações de que surgiram “igualmente, loteamentos clandestinos em áreas de propriedades da Prefeitura e mesmo em terrenos particulares” (FONTES e LAMARÃO, 2006:248) poderia ser o marco temporal a se usar de referência para a análise primeira em relação ao problema das posses e dos posseiros no município de Volta Redonda, embora não seja hoje o único e nem o mais preponderante fator, o contexto histórico não pode desprezar tais fases de expansão da usina, sendo esta a primeira narrada como ocupação irregular e inchamento das favelas.

A CSN promoveu outros momentos de expansão, como a construção do alto-forno 3. Este evento, em particular, fomentou uma intensa competição por mão-de-obra externa, fenômeno que se repetiu em várias ocasiões nas quais a atração de trabalhadores se mostrou fundamental. Estes períodos de intensa captação de mão-de-obra, embora atendessem aos interesses do capital, da indústria e da política local, acabaram por perpetuar e acumular problemas sociais ainda não resolvidos.

Durante esses momentos de atração de mão-de-obra, impulsionados por razões político-eleitorais, observou-se uma prática recorrente na qual a própria administração municipal, juntamente com os vereadores, endossava o processo de ocupação. Esta dinâmica era essencial para a reprodução momentânea da força de trabalho, mas postergava a resolução de questões fundamentais, como a regularização da moradia. Este fenômeno realça uma interdependência entre o poder municipal e os interesses da CSN. O poder público municipal, ao negligenciar a ocupação inadequada de terras, atenuava as tensões sociais latentes. Essa atitude eximia a usina da responsabilidade de absorver todo o contingente de trabalhadores atraídos, permitindo a continuação da reprodução dessa força de trabalho, mesmo sob condições precárias.

Neste aspecto, é possível encontrar um paralelo elucidativo na concepção de Thomas Piketty sobre a desigualdade:

A desigualdade não é econômica ou tecnológica: é ideológica e política [...] em outras palavras, o mercado e a concorrência, o lucro e o salário, o capital e a dívida, os trabalhadores qualificados e não qualificados [...] não existem como tais. São construções sociais e históricas que dependem inteiramente do sistema jurídico, tributário, educacional e político que se escolhe instituir e das categorias que se opta por criar. (PIKETTY, 2020:18)

No contexto de Volta Redonda, esta perspectiva teórica se manifesta na forma como a indústria moldou a estrutura social e econômica da cidade. Antecedendo os movimentos expansionistas, a previsão de loteamentos já indicava a insuficiência de uma política habitacional capaz de mitigar impactos negativos ao longo dos anos ou décadas. A valorização desmedida da usina já sinalizava as prioridades na região, como fica acentuado na seguinte afirmação: “Por outras palavras, em Volta Redonda quem merece viver é a usina; à cidade cumpre acomodar-se ou retirar-se de sua proximidade. Para bem decidir, pois é importante reconhecer este fato sociológico desde o início” (DIAS, 2002:61). Este enunciado externa a realidade de uma cidade cuja existência e desenvolvimento estavam intrinsecamente ligados à presença e às demandas da usina, relegando a segundo plano as necessidades da população local e da estrutura urbana.

O modelo industrial capitalista, arregimentado e amparado em uma burocracia legítima do poder weberiano, certamente iria desembocar em algumas formas de escassez num dado momento. Engels (2015) trata o problema da moradia como uma consequência nefasta, porém planejada e, ao mesmo tempo, fora de controle, resultante da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo. Ao dizer que “a escassez de moradia não é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada [...] quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base”, discute, uma sociedade muito semelhante ao modelo volta-redondense de município, industrial, urbano porque é industrial e dependente por completo, financeira e ideologicamente do sistema industrial.

Em um exame cronológico subsequente, observam-se dados adicionais relevantes. A Cecisa, uma imobiliária associada à CSN e que operava em colaboração com o extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), foi estabelecida para atenuar as repercussões do crescente déficit habitacional provocado pelas expansões industriais na usina sobre o município. No entanto,

conforme indicado nas investigações de Dias, a Cecisa falhou em sua missão, resultando em um legado negativo de inúmeras residências não atendidas. Especificamente, a imobiliária não prestava serviços àqueles que recebiam menos de oito salários-mínimos, excluindo assim uma significativa parcela de operários, incluindo técnicos, dessa faixa salarial.

Paralelamente às atividades da Cecisa, o município instituiu a Companhia Habitacional de Volta Redonda (COHAB), uma autarquia que também firmou acordo com o BNH. Esta iniciativa visava a implementação de projetos para a construção de habitações populares, buscando mitigar o déficit habitacional na região e regularizar moradias de trabalhadores.

No período compreendido entre 1969 e 1982, a Cecisa erigiu um total de 3.448 habitações populares, das quais 629 eram de padrão médio e 73 de padrão superior. Deste montante, 420 casas populares e 24 edifícios de médio padrão, cada um com três pavimentos e 12 apartamentos, resultando em 288 novas unidades habitacionais, foram destinados à substituição das moradias demolidas para a expansão da usina. Consequentemente, essas ações se mostraram insuficientes para combater eficazmente a falta de habitação da classe operária, considerando que levou 16 anos para concluir o plano inicial de 4.000 unidades.

Não é preciso dizer que esses números esclarecem como se estenderia a questão deficitária da habitação em Volta Redonda e que, somadas as crises econômicas, de emprego, de gestão, a tendência seria uma defasagem muito maior. A ocupação de áreas por posseiros seria uma questão de tempo e oportunidade. A pobreza se faz presente na cidade que destila o crescimento e ofende com sua renda e grandeza os marginais que lhe constroem.

Paugam subdivide a pobreza em três tipos ideais¹⁷: a pobreza integrada, a pobreza desqualificada e a pobreza marginal. Em Volta Redonda, a pobreza desqualificada parece

¹⁷ Serge Paugam, sociólogo francês, na obra *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*, 2003 (EDUC & Cortez Editora) identifica três tipos principais:

1. Pobreza Integrada: Este tipo de pobreza ocorre em sociedades onde há uma forte integração social e a pobreza é vista como um estado temporário. As pessoas que vivem na pobreza integrada são geralmente apoiadas por redes sociais robustas, como família, amigos e a comunidade local. Elas têm acesso a serviços sociais básicos e há uma percepção social de que a pobreza é um problema coletivo que deve ser resolvido.
2. Pobreza Marginal: A pobreza marginal acontece em sociedades onde há uma diferenciação social e econômica moderada. Neste cenário, os pobres são marginalizados, mas há alguma esperança de integração social e econômica. As pessoas nesta categoria enfrentam dificuldades maiores do que na pobreza integrada, mas ainda existe a possibilidade de sair da pobreza através de oportunidades como educação e emprego.
3. Pobreza Desqualificante: Este é o tipo mais severo de pobreza, ocorrendo em sociedades com altos níveis de diferenciação social e econômica. Aqui, os indivíduos são profundamente estigmatizados e isolados do resto da sociedade. Eles enfrentam uma exclusão severa e duradoura, com pouca ou nenhuma chance de melhorar sua situação. Este tipo de pobreza está frequentemente associado a longos períodos de desemprego, falta de habitação adequada e acesso limitado a serviços sociais.

ocupar seu lugar em determinado momento em que a crise econômica dos anos 1970 e a nova lógica do mercado começa a alijar pessoas da esfera produtiva. Há o desligamento da elite operária e o efeito dominó é perceptível em toda a cidade. E essas consequências se refletiriam nos elementos que originam parte de nosso objeto de estudo, a saber, a posse da terra. Dias nos convida a analisar:

Em Volta Redonda o reflexo desta desastrosa política econômica evidenciava-se no plano urbano, com o aumento das favelas fazendo um contraste com a organização imaginada quando de sua concepção (...) (...) movimentos de moradores de periferia, organizando passeatas dos seus bairros até o centro urbano, proclamando e reclamando direitos, promovendo concentrações em frente à prefeitura, distribuído panfletos que denunciavam suas condições de moradia, a segregação socioespacial e pressionando o poder público a ouvir e atender às suas necessidades.(DIAS, 2002:107)

O autor passa a tratar os núcleos de posse como favela, optando por essa terminologia. Como fonte, manteremos suas citações e dados, mas a pesquisa conduzirá para os termos “área de posse” ou “núcleos de posse”, não para ser permissiva com a nomenclatura oficial, mas para aproximar do próprio público-alvo da pesquisa que assim se enxerga e assim se denomina nas suas lutas desde seus surgimentos até os dias atuais.

Volta Redonda tem esses núcleos aumentados e de certa forma, mostra uma ruptura com a subserviência inicial da cidade e população que se rendia à usina e seus propósitos, em um ato de desobediência civil. A necessidade parece falar mais alto que o condicionamento da doutrinação do poder burocrático e a Igreja local, através das pastorais, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e atuação do bispo D. Waldyr Calheiros, trará um confronto ao marco da dominação espacial da cidade, criando um cenário e uma nova visão (e divisão) do espaço geográfico.

Através da Pastoral da Terra, formaliza-se o apoio explícito da Igreja na questão habitacional. Desta forma, a população de Volta Redonda foi percebendo diante de si o desafio de se reconhecer como sujeito indispensável de seu projeto de emancipação e de construir, nas gerações vindouras, as condições de uma democracia competente pois, o pobre, que ainda não tinha consciência de sua injusta pobreza, não tinha condição mínima de conceber e efetivar qualquer saída. (DIAS, 2002: 133)

Assim, apesar de Volta Redonda ter sempre uma luta pela terra e em alguns momentos ter regularizados vários núcleos de posse, nunca se deixou de ter a marca da desigualdade que

o contexto já abordado ao longo desta discussão quer reforçar. A história da posse de terra em Volta Redonda passa frequentemente pela relação CSN x Município, suas relações de poder e subserviência e a construção de um modelo que não funcionou para e com a justiça social, sendo que o agravamento das circunstâncias econômicas e sociais do final da segunda década do século XXI trará novos atores a um velho enredo.

1.3. Lutas sociais e formação de movimentos de resistência.

Nem só em torno de questões de habitação pode se concentrar os vieses de análise, ao se amplificar a visão de uma cidade erguida e desenvolvida à sombra do processo de industrialização como Volta Redonda. Muitas outras lutas, que acabam se relacionando, quer na sua origem, quer em seus objetivos, quer na transversalidade de seus movimentos e relações sociais, acabaram por construir uma história assinalada por décadas de resistência e formação de uma identidade peculiar do povo, o que até os dias atuais se faz notar, apesar do momento histórico parecer desconstruir algumas das bases desse enfrentamento.

Um dos movimentos que merece atenção em Volta Redonda e que se interliga com vários outros movimentos populares é a ação sindical, em diversas fases anteriores à privatização da companhia. Delimitamos aqui a ação na greve de 1988, que ultrapassou as fronteiras da usina e tornou-se um fato de repercussão internacional, pela resistência e consequências, independente da legitimidade ou métodos adotados por ambos os lados do movimento. A greve ocorre quando ainda não se discutia a privatização da empresa, mas que desemboca para tal quando da posse de Fernando Collor de Mello em 1990, com a promessa de privatização de várias empresas, entre elas a CSN.

A greve de novembro de 1988 apresenta um confronto entre os grevistas e o exército, resultando em três operários assassinados. Segundo Gandra (2009: 47):

Esta greve, conforme Antunes, era uma greve de cobrança: readmissão dos demitidos em outras greves (conforme a nova Constituição), implantação do turno de 6 horas (idem), reposição da unidade de referência de preços (URP) do Plano Bresser, de 1987. Durou 16 dias e combinou espontaneísmo da base operária, força das comissões de fábrica e organização sindical, além do apoio dos movimentos sociais de Volta Redonda.

Tal ação parecia mostrar uma força excepcional dos operários, em um momento que os movimentos populares, neste caso o movimento sindical, assumia um papel preponderante em Volta Redonda, com o apoio e solidariedade de todos os outros setores organizados da luta social, como as CEBs, por exemplo, que atuavam em várias frentes.

Apesar da grande repercussão que o movimento de 1988 e, particularmente, as mortes dos operários, tiveram em uma ambientação nacional e global, menos de dois anos depois já se ensaiava a privatização da empresa, concretizado em 1993. “A adesão ao projeto neoliberal era condição *sine qua non* para que o país se enquadrasse ao ‘novo perfil’ de globalização, orientando-se às privatizações, à redução de políticas sociais e não intervenção estatal” (SILVA & ABDALLA, 2020:55). O processo de saneamento e preparação para a venda durou cerca de três anos, mas seus impactos perduram até os dias atuais.

Os acontecimentos que precederam à privatização, dentre os quais destacam-se a greve de 1990¹⁸ e o “abraço à CSN” — onde a população uniu-se ao redor da siderúrgica de mãos dadas em protesto, não diminuiu a pressão pela privatização. Embora tivesse reunido forças de toda a sociedade, capitaneado pelo sindicato e Igreja Católica, a repercussão foi anulada pela truculência e pela missão da privatização que “deveria” ocorrer a qualquer preço (GRACIOLLI, 2007). Esse cenário, entretanto, não iria permanecer e ninguém poderia prever tamanho esvaziamento em cerca de três anos, tão logo se concretizou a privatização da empresa, processo que foi doloroso para a cidade, seus moradores e trabalhadores, porque afetou diretamente toda a estrutura de comércio, produção, prestação de serviços e, conseqüentemente, serviços públicos, saúde, educação, habitação, demais ramos empregatícios, ou seja, um efeito cascata cujo prejuízo econômico e social não cabe em uma planilha de cálculo.

Ironicamente, a empresa que inaugurou o processo de industrialização no país, abrindo as portas para as demais indústrias e para o desenvolvimento, colocando o país na vanguarda da produção e atraindo novos investimentos e capitais, torna-se também a pioneira de um ciclo de privatizações da nova era neoliberal que vai tomar corpo na política e economia do país a partir dos anos 1990. Um consórcio de investidores formado pelos grupos empresariais privados Vicunha e Bamerindus e pela então estatal Vale do Rio Doce (a empresa seria privatizada 4 anos mais tarde) arremata por US\$ 1,05 bilhão a CSN. Não obstante a forte tensão e a expectativa de que fosse frustrado ou até mesmo que houvesse uma interdição definitiva, o leilão das ações

¹⁸ Segundo Gandra, a greve de 1990, que durou 31 dias, incluía a luta contra a privatização e tinha uma força muito grande, com uma participação popular tão intensa que muitas vezes não eram necessários os piquetes, por conta de o movimento ser controlado a partir dos bairros. (Gandra, 2009)

da empresa realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro fez desmoronar parte de uma história para colocar outro viés na escrita vindoura da cidade e seus habitantes.

Neste momento, o movimento sindical estava dividido, não somente em Volta Redonda, mas em boa parte dos locais onde até pouco era forte e preponderante. A Força Sindical (FS), adepta do chamado sindicalismo de resultados, apoiou a privatização. A oposição sindical, alinhada com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), propôs a autogestão da empresa e desenvolveu ações de resistência ao leilão, mas não conseguiu impedi-lo. As liminares concedidas pela Justiça em ações movidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por parlamentares, que impediam o início do leilão, foram cassadas no mesmo dia.

As consequências da privatização podem ser elencadas a partir do próprio pacote colocado à venda com a CSN. Embora o que se discutia era a usina, sua gestão, sua “não lucratividade”, a privatização incluiu muito mais que a linha de produção e o espaço da Usina Presidente Vargas no conglomerado que viria a se tornar um pesadelo para os moradores de Volta Redonda. Com a indústria, agregou-se um Hotel, fazendas, um hospital, a Escola Técnica que nos tempos áureos formava a elite dos trabalhadores na siderurgia/metalurgia local e para exportação, clubes, e uma quantidade imensa de terras, a maioria ociosa e que jamais houve projeto para sua utilização. A CSN possui, de acordo com informações diversas, de 18 a 25% das terras urbanas da cidade, um número gigantesco. Nas palavras de D. Waldyr Calheiros: “Quando eles privatizaram a empresa, eles privatizaram a cidade”.¹⁹

Abaixo podemos observar um mapa que representa a quantidade de terras em propriedade da CSN:

¹⁹ D. Waldyr Calheiros, Bispo da Diocese Barra do Piraí-Volta Redonda durante 33 anos, empenhou-se em várias frentes de luta em favor das classes desfavorecidas da cidade e não poupava críticas ao modelo neoliberal que, em Volta Redonda, acabou por privatizar a CSN e legar-lhe uma boa porção das terras extra usina.

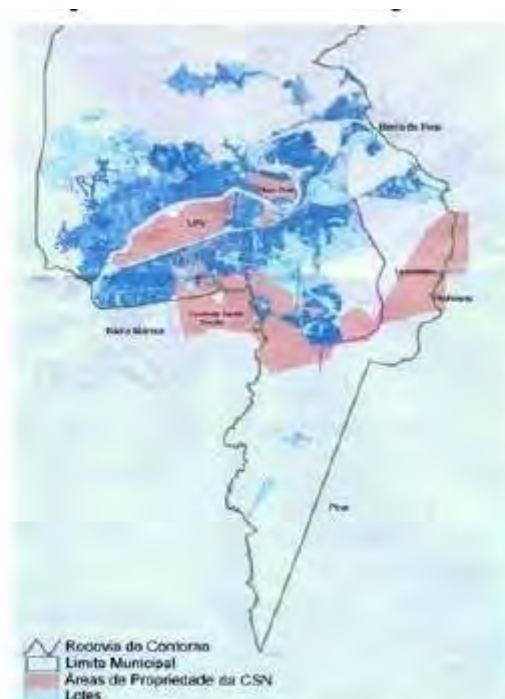


Imagem 22: mapa da cidade de Volta Redonda. Área urbana em azul e as terras de propriedade da CSN estão em cor-de-rosa. Fonte: *internet*.link desabilitado. (Fonte: Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda. SENGE/VR)

As terras ocupadas pela CSN sempre geraram discussão, desde a privatização. Já em tempo paralelo a venda da usina, alguns vereadores fizeram um decreto propondo o tombamento das terras que a empresa, agora privatizada, herdaria da União. Segundo o discurso dos edis, a intenção era mantê-las sob a jurisdição do município, mas houve um revés, pois a estratégia não considerou que uma vez tombadas a empresa, agora privada, poderia permanecer com essas terras e nada produzir ou fazer nas mesmas, de maneira a não promover uma função social e não poder ser-lhe imputada este ônus, uma vez que estaria amparada pela lei²⁰. Segundo o diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPU), Abimailton Pratti da Silva, a CSN mantém uma constante luta para se esquivar do uso da terra, contesta cobrança de impostos e reivindica seus direitos constantemente, mesmo em face dos processos movidos pelos moradores em uma ação popular que se arrasta desde 2005. Para Abimailton há cerca de 18% da terra externa à usina do município que é pertencente à CSN, enquanto os coletivos que representam os moradores falam em 25%. O fato é que cerca de um quinto das terras da cidade pertencem à empresa e além de não servirem à população tiveram, ao longo do tempo, seu

²⁰ Lei Municipal nº 2.878, de 07/04/1993.

espaço cerceado, pois muitos desses lugares eram abertos a todos, como a fazenda Santa Cecília e a Mata da Cicuta e foram fechados ou tiveram seu acesso limitado à população.

Embora o objeto do presente estudo se encontre, geograficamente, em uma área não pertencente à CSN, a narrativa acima visa relacionar o papel da CSN e o agravamento das questões sociais, incluindo a fundiária e habitacional, com a privatização da empresa e, principalmente, da maneira como esta se deu, agregando o patrimônio de terras, criando um latifúndio contíguo à usina, e consolidando uma marca da desigualdade na população que desde a instalação da usina foi discriminada e afastada para as periferias menos desejáveis e marginalizada, humilhada pela imensa riqueza que aqui se produz.

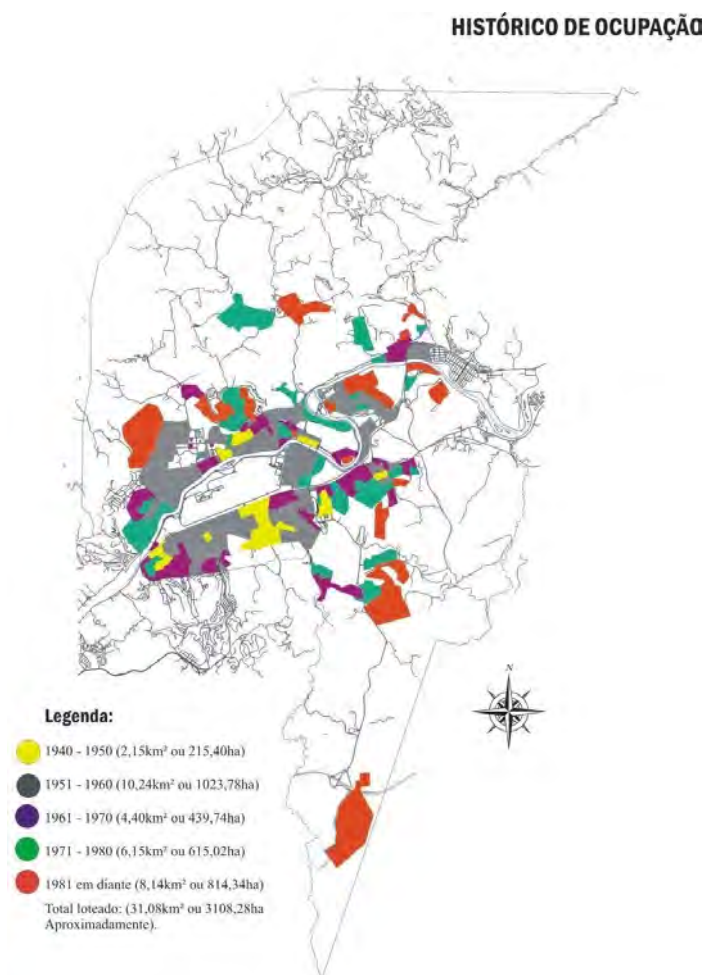
Anular a participação da CSN, ou mesmo minimizar sua relevância no momento pós-privatização, é equiparável a prevaricar, desviando-se da verdadeira história de Volta Redonda. “Quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos escassos e claramente inadequados” (BAUMAN 2009:21). Essa descrição é a própria descrição do que foi Volta Redonda nos primeiros anos pós-privatização e não está muito distante dos dias atuais, talvez seja apenas uma fotografia um pouco amarelada, mas completamente legível.

O enfraquecimento dos movimentos, a partir da cooptação do movimento sindical com a “parceria” firmada pela Força Sindical foi a gênese de outras decadências de luta nos anos 1990, o que não diminuiu as necessidades de empenho e resistência, ao contrário, mais que nunca era preciso reivindicar direitos. No que tange à especificidade da pesquisa, a alta demanda por moradia persistiu, denunciando uma crônica escassez de opções habitacionais. As áreas de posse mantiveram suas lutas no período 1993 em diante, só que em uma cidade com maiores problemas. A questão fundiária se somava à problemática do emprego, da arrecadação de impostos, da insegurança social e econômica, em um reaprender a viver num município que foi construído, vivera e dependera até aquele momento da estatal de grande porte. As terras continuariam escassas diante da quantidade de famílias que necessitavam de moradia e, quase que imperceptivelmente, esse número poderia aumentar com a expulsão do centro para a periferia dos que haviam reduzido seu padrão de vida em função da privatização, direta ou indiretamente no efeito cascata que ela trouxe.

Nos anos 2000, algumas conquistas foram alcançadas por moradores que há décadas ocupavam áreas de posse, recebendo a titulação da terra, além das concedidas ao longo dos anos

1980– após a publicação da lei 2086/85, chamada “Lei dos Posseiros”. A própria Prefeitura Municipal, em seu Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), reconhece:

A exiguidade de solo apropriado à ocupação no território municipal, somada a descontinuidade no parcelamento pela retenção de terrenos urbanos à espera de valorização e o crescente aumento populacional da cidade desde sua criação, caracterizou o forte modelo de ocupação de terras, na sua maioria públicas, por famílias e movimentos de luta por moradia, originando diversos núcleos de posse, hoje consolidados, o que trouxe mudanças significativas nas diretrizes das políticas públicas pela provisão habitacional nos últimos anos (2010:17)



Entretanto, a consolidação dos núcleos de posse antigos nem de longe resultou numa solução do problema habitacional, pois o déficit ainda continua alto e em crescimento, conforme o mesmo documento, que aponta que o “Déficit Habitacional Quantitativo envolve a

necessidade de construção de novas unidades habitacionais, englobando domicílios sem condições de habitabilidade e que, portanto necessitam de reposição” (PLHIS, 2010:25), indicando quase 1.100 famílias nesta condição apenas nos núcleos de posse.

Ainda na década de 1990, o Fundo Comunitário — FURBAN — criado em 1993, que teve sua origem na organização e na luta dos posseiros de Volta Redonda, apoiados naquela ocasião, pela Igreja Católica, pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Posseiros Urbanos, sendo uma autarquia pensada e construída pela população posseira, procurou trazer algumas melhorias físicas das áreas ocupadas, carentes de serviços essenciais tais como: drenagem pluvial, contenções em escória-cimento, muros mistos, cortinas atirantadas e pavimentações dos logradouros e servidões dos 174 núcleos de posse. Entretanto, novas ocupações vão surgir nos anos 2000 e na década de 2010 praticamente nada é feito em função de melhorias, além de novas ocupações terem surgido.

A privatização da CSN, embora tenha representado um ponto de inflexão na história da cidade, não marcou o fim da luta social. Ao contrário, inaugurou uma fase de desafios e mobilizações que, por sua vez, contribuíram para a reconfiguração da resistência e negociação dos moradores de Volta Redonda. As conquistas obtidas por meio das lutas por moradia, como a titulação de terras e a implementação de políticas públicas voltadas para a habitação de interesse social, evidenciam a negociação contínua entre a comunidade, o poder público e os diversos atores sociais envolvidos. Essas conquistas, embora representem avanços significativos, não eliminam a necessidade de vigilância e continuidade na luta por direitos.

O legado das lutas em Volta Redonda transcende as conquistas imediatas, moldando a identidade da cidade. A narrativa dessas mobilizações, entrelaçada com a história, serve como um lembrete da importância da união e da participação ativa da população na defesa dos direitos e no fomento de mudanças sociais. A memória dessas resistências deve ser valorizada não somente por seu valor histórico, mas como inspiração para as futuras gerações. Assim, enquanto Volta Redonda continua a se desenvolver e a enfrentar novos inconvenientes, a essência dessas lutas permanece como um testamento da capacidade indomável do espírito humano de buscar justiça, equidade e um futuro melhor.

2. A ATUAÇÃO DAS AUTARQUIAS MUNICIPAIS NA REGULARIZAÇÃO DE POSSE E O ENVOLVIMENTO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E LIDERANÇAS

Este capítulo dedica-se à análise das políticas de regularização de posses de terras em Volta Redonda, um desafio amplificado pela história de crescimento acelerado da cidade e pela consequente proliferação de assentamentos informais. Com foco nas ações do FURBAN e do IPPU, este estudo busca desvendar os mecanismos, e os caminhos adotados pelo poder público para executar os planos, se existentes, de regularização. Através de entrevistas com figuras-chave dentro dessas organizações, exploraremos o papel indiscutível da legislação, das políticas públicas e das dinâmicas sociais que moldam a experiência urbana e a trajetória da cidade rumo a uma urbanização responsável.

Através das entrevistas com Larice Duarte, chefe de gabinete do FURBAN, autarquia criada com o objetivo de ser responsável pelo setor de regularização de áreas de posse, e Abimailton Pratti, presidente do IPPU, autarquia criada para tratar do planejamento urbano, poderemos entender melhor como está atualmente o trabalho de regularização de terras, desde as políticas de intervenção e amparo às famílias até os desafios impostos por restrições orçamentárias e a necessidade de inovação no planejamento urbano.

Nesse contexto, a intersecção das políticas de regularização com as ações de movimentos populares como o Luta Popular e seu envolvimento com a Ocupação Reflexo do Amanhã destaca a luta incessante pela moradia digna. Mais adiante nos dedicaremos a história da Ocupação Reflexo do Amanhã, uma manifestação tangível dos contratempos enfrentados por comunidades marginalizadas em sua busca por direitos básicos. A colaboração entre os ocupantes, através dos coordenadores, e o Luta Popular revela as estratégias de solidariedade, resistência e organização coletiva fundamentais na luta por soluções habitacionais. A partir deste segmento buscaremos documentar o curso da Ocupação Reflexo do Amanhã no panorama de lutas por moradia em Volta Redonda.

Dentro desta análise, a história de Mariana, militante do Luta Popular, ressoa como um testemunho da perseverança e da convicção necessárias na busca por moradia. Sua citação, "a gente só vai ter alguma coisa se a gente de fato for pra luta e pegar na garra aquilo que é nosso", demonstra a essência da mobilização contra a marginalização e pela reivindicação de direitos.

Além da participação em lutas populares, poderemos entender a participação da ocupação em âmbito governamental, através do FURBAN. As vivências de Bruna e Marcelo, expõem uma teia de obstáculos e táticas em face às estruturas burocráticas do Estado. As suas trajetórias até a autarquia simbolizam uma tentativa audaciosa de navegar e influenciar o sistema burocrático de dentro para fora através da participação como conselheiros²¹.

A resistência adotada pelos líderes da ocupação estudada, iluminam o panorama de negligência estatal, onde a retórica governamental sobre o desenvolvimento urbano e a justiça habitacional frequentemente falha em se materializar em ações concretas. Esta discrepância entre as promessas do Estado e a realidade vivida pelas comunidades marginalizadas sublinha a importância de abordagens mais inclusivas, transparentes e responsáveis na gestão urbana. A denúncia da falta de uma ação efetiva por parte do poder público, apesar das claras demandas e necessidades da comunidade, serve como um lembrete das falhas sistêmicas na implementação de políticas de habitação e urbanização.

A inserção de Bruna e Marcelo no conselho do FURBAN representa um momento de potencial transformação, oferecendo uma oportunidade para que as demandas da comunidade sejam ouvidas em um fórum oficial. Esta participação pode facilitar a comunicação direta com os tomadores de decisão, promovendo um diálogo mais efetivo sobre as necessidades de infraestrutura e a urgência da regularização. Através deste estudo de caso, torna-se claro que a luta por moradia digna e justiça social requer persistência e disposição para explorar todas as vias possíveis de ação. A história da Reflexo do Amanhã e sua interação com um órgão governamental nos faz ponderar sobre as possibilidades e limitações de movimentos sociais urbanos na busca por mudanças sistêmicas.

Para concluirmos, é essencial reconhecer o entrosamento entre os órgãos gerenciadores de políticas governamentais de regularização e os movimentos populares em Volta Redonda como uma teia de relações, marcada pela coexistência de poder, resistência, negociação e colaboração. Esta atuação influencia os caminhos de urbanização da cidade e afeta intensamente a vida de suas comunidades mais vulneráveis. Procuramos desvendar as múltiplas camadas que compõem os meios adotados pelo poder público, representado pelo FURBAN e pelo IPPU, bem como a contribuição dos movimentos populares, exemplificados pela

²¹ Os conselheiros atuam de forma voluntária e agem como “fiscalizadores” do Fundo, e auxiliam na definição das prioridades das obras.

experiência da Ocupação Reflexo do Amanhã e pelo movimento Luta Popular, na redefinição das políticas habitacionais e na construção de um espaço urbano mais justo e inclusivo.

2.1. FURBAN, IPPU e a Situação Atual da Regularização das Áreas de Posse

A regularização fundiária constitui um pilar fundamental na estruturação urbana responsável, visando a garantia do direito social à moradia, à segurança da posse e ao acesso aos serviços públicos essenciais. No caso de Volta Redonda, a dificuldade deste desafio é amplificada por seu histórico de crescimento acelerado, que resultou em uma significativa quantidade de assentamentos informais e áreas ocupadas sem a devida regularização.

A análise inicial focaliza as políticas implementadas pelo FURBAN, explorando os métodos adotados, as complicações enfrentadas e os resultados alcançados. Será dada especial atenção à interação entre diferentes esferas governamentais e à colaboração com a sociedade civil. Aspectos relacionados ao planejamento urbano, à legislação vigente e às práticas administrativas serão examinados para compreender as barreiras e os facilitadores da regularização da posse de terra em Volta Redonda. Discussões sobre a eficácia das políticas públicas em responder às necessidades das comunidades impactadas, bem como sobre as implicações socioeconômica para os moradores, serão abordadas.

Iniciaremos nossa jornada pela tentativa de entender a atual situação da regularização de terras com uma entrevista com a chefe de gabinete do FURBAN, Larice Duarte, que de acordo com o presidente do órgão, José de Assis, sabe tanto quanto ele sobre as áreas de posse da cidade. A entrevista se inicia com a menção à ocupação Reflexo do Amanhã, introduzindo os nomes de Bruna e Marcelo, e expressando o desejo de discutir políticas públicas. A entrevistada responde afirmativamente ao reconhecimento da ocupação e das pessoas mencionadas. Ela segue para se apresentar, detalhando sua trajetória profissional que a levou até a posição atual.

Começou seu percurso na FURBAN em 2021, por convite do diretor-geral com quem já tinha trabalhado por cerca de 15 anos. Antes disso, ela havia trabalhado na FEVRE (Fundação Educacional de Volta Redonda), onde é concursada. A mudança para a FURBAN foi descrita como algo desafiador e uma novidade, ela enfatiza que a aprendizagem sobre o órgão é algo contínuo, com novas demandas surgindo diariamente. Inicialmente, ela assumiu um papel de

assessora, trabalhando diretamente sob a orientação do diretor-geral por aproximadamente um ano e meio. Após a aposentadoria da chefe de gabinete do diretor, ela foi convidada a assumir essa posição, onde permanece até o momento da entrevista. Em sua função atual, ela ocupa o lugar do diretor-geral durante suas férias, assumindo temporariamente suas responsabilidades.

O FURBAN, conforme descreve, é um fundo criado há aproximadamente 30 anos, em 1993, como uma resposta às necessidades de populações em núcleos urbanos informais, conhecidos anteriormente como áreas de posse. O crescimento acelerado de Volta Redonda e a falta de infraestrutura adequada nessas áreas motivaram sua criação. A principal razão para sua fundação foi fornecer uma plataforma através da qual essas comunidades pudessem ter uma voz e levar suas demandas diretamente ao poder público, algo que não tinham anteriormente. Ela detalha como, ao longo dos anos, houve uma melhoria significativa na infraestrutura dessas áreas, muitas das quais conseguiram não apenas se consolidar como núcleos urbanos formais, mas também alcançar a regularização fundiária.

Ela também menciona exemplos específicos, como o Complexo Vila Brasília e o Morro da Caviana, apontando para a necessidade de atenção especial devido a questões geológicas e de acesso. A existência de conselhos comunitários é destacada como uma ferramenta importante para representação e articulação das demandas dessas comunidades, embora somente o Conselho Comunitário esteja ativo, contrastando com a inatividade do Conselho Fiscal.

Neste trecho, Larice aborda os principais contratempos enfrentados pelo FURBAN no contexto da implementação de projetos de urbanização e regularização. Ela começa destacando um momento crítico em 2017, quando uma equipe dedicada à regularização foi extinta pelo governo anterior. Essa decisão, segundo a entrevistada, foi motivada por complicações decorrentes de um programa chamado "Escritura Fácil", que visava facilitar processos de regularização, mas acabou gerando confusão e disputas entre os moradores sobre a posse das terras. A falta dessa equipe é apresentada como um obstáculo, visto que desempenhava um papel crucial em visitar as residências, verificar a legitimidade das reivindicações de posse, e conduzir o cadastramento necessário.

Ela também sugere que uma renovação da equipe, possivelmente em colaboração com a secretaria de SMAC (Secretaria Municipal de Ação Comunitária), poderia melhorar a situação, trazendo expertise técnica para identificar moradores legítimos de áreas de posse e evitar abusos do sistema. No entanto, afirma que se enfrentam limitações orçamentárias que impedem a contratação de pessoal necessário para retomar plenamente as atividades de

regularização. Por fim, menciona a REURB (Regularização Fundiária Urbana), uma iniciativa que os municípios devem seguir para a regularização fundiária, atualmente conduzida pelo IPPU. Ela destaca o uso de drones para mapear as áreas e realizar os trabalhos de medição e burlar as disputas entre vizinhos, indicando que, apesar dos obstáculos, estão sendo feitos esforços para avançar na regularização, embora o FURBAN não esteja diretamente envolvido nessas atividades no momento.

Ela também aborda os desafios associados às invasões de terrenos, tanto públicos quanto privados e a necessidade de coibir tais ações para garantir o desenvolvimento urbano ordenado e com infraestrutura adequada. A entrevistada reconhece as limitações da autarquia em intervir diretamente na prevenção de novas invasões, devido à falta de pessoal e à ausência de mandato legal para tal. Por fim, ela reflete sobre as melhorias realizadas em áreas anteriormente marcadas por vulnerabilidades, como riscos de deslizamento em encostas, destacando o trabalho realizado ao longo dos anos para melhorar a infraestrutura, como obras de contenção de taludes e aprimoramento dos serviços de água e luz.

Prosseguindo, a entrevistada pondera sobre as políticas de regularização fundiária e considera possíveis melhorias que poderiam aumentar a eficácia e acelerar os tramites. Ela reconhece a complexidade do trabalho, não apenas em termos de procedimentos administrativos, mas também devido às questões judiciais frequentemente envolvidas, que transcendem as responsabilidades diretas do FURBAN. A entrevistada sugere que a existência de uma equipe dedicada exclusivamente a esses assuntos poderia ter um impacto significativo na agilização desses processos. Ela aponta para a necessidade de uma melhor integração entre as autarquias e secretarias envolvidas na regularização e no planejamento urbano, como a SMAC, o IPPU e o próprio FURBAN. A colaboração mais estreita e uma coordenação efetiva entre esses órgãos poderiam facilitar a resolução de algumas questões, especialmente aquelas que requerem intervenção judicial. A entrevistada conclui que a reconstituição de uma equipe de regularização fundiária dentro do FURBAN, ou uma colaboração mais eficaz entre os órgãos envolvidos, depende de uma decisão bem planejada e diretrizes claras por parte da Gerência de Governança (GGOV).

A descontinuidade de equipes especializadas, a falta de integração entre diferentes autarquias e secretarias, e as limitações orçamentárias são apenas alguns dos obstáculos que comprometem a capacidade do FURBAN de responder de maneira eficiente e eficaz às demandas por regularização. Este cenário não apenas apresenta as dificuldades operacionais

internas, mas também evidencia uma lacuna na gestão urbana, que afeta diretamente a vida dos moradores de áreas informais e ocupações. A fragmentação das responsabilidades entre diferentes órgãos municipais, sem uma coordenação efetiva ou um plano de ação claro, agrava ainda mais a situação.

Diante desse panorama, a busca por entender o quadro atual da cidade nos levou à procura do IPPU como uma alternativa para superar os impasses enfrentados pelo FURBAN. A autarquia, com sua atuação focada no planejamento e na implementação de políticas urbanas, surge como uma instância potencialmente capaz de oferecer o suporte técnico e administrativo necessários para o problema. A expectativa é que seja possível não apenas retomar os projetos de regularização de forma mais estruturada, mas também incorporar práticas que possam acelerar a execução e garantir melhores resultados para as comunidades afetadas.

Através de uma entrevista com Abimailton Pratti, presidente do IPPU, buscamos compreender sobre a gestão urbana, o planejamento espacial e a sustentabilidade ambiental, mostrando quais são os esforços para equilibrar desenvolvimento e justiça social em um contexto de legislação desatualizada e recursos limitados. Convém, entretanto, frisar que o IPPU é uma autarquia municipal, um órgão de governo ligado à prefeitura e no mais das vezes atende aos interesses do poder público, mesmo quando este se encontra em direção oposta às necessidades da população.

A gestão das terras da CSN, que compreendem uma porção significativa do território municipal, destaca-se como um tema central nas discussões sobre políticas urbanas. A dificuldade de administrar essas propriedades sob a égide de leis de tombamento ilustra a dificuldade de conciliar interesses econômicos com imperativos ambientais e sociais. A questão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a necessidade de um zoneamento eficaz emergem como aspectos decisivos nessa equação.

A entrevista revela um panorama sobre as funções e objetivos do Instituto, destacando seu papel no desenvolvimento e na gestão urbanística da cidade. O IPPU foi concebido como uma entidade dedicada ao estudo e à elaboração de estratégias para o planejamento urbano, atuando inicialmente em duas frentes principais: a implementação de políticas de obras públicas e o controle urbanístico.

A colaboração entre o IPPU e o FURBAN surge como um exemplo de interação interorganizacional no contexto urbano de intervenções específicas, particularmente nas Zonas

Especiais de Interesse Social (ZEIS). Essas áreas, caracterizadas por ocupações e por uma população mais vulnerável, demandam uma abordagem focada no atendimento de suas necessidades específicas.

“A gente está sempre se conversando, porque tem algumas obras que são feitas, principalmente direcionadas a esse setor, que a gente chama de ZEIS, que é a Zona Especial de Interesse Social, onde têm as ocupações, a gente sempre faz uma tabela. O setor do IPPU conversa com o FURBAN. Tem obras que a gente faz aqui, às vezes, o custo da obra é menor, feito pelo FURBAN, porque ele tem mais agilidade. Os projetos do IPPU, ele envolve projetos complementares, que é elétrica, hidráulica, estrutural. E tem projetos que o FURBAN faz, que é uma intervenção rápida, ele faz direto. Então, muitas vezes, os nossos profissionais aqui fazem um projeto, mandam para o FURBAN e o FURBAN acelera o procedimento de licitação, consegue fazer mais rápido, principalmente para essas áreas mais carentes, mais vulneráveis, envolvidas dentro da Zona Especial de Interesse Social, que são as áreas de ocupações.”

No contexto da regularização fundiária em Volta Redonda, o entrevistado aborda um esforço do governo municipal em resposta à falta de equipe dedicada a essa tarefa no FURBAN. Com a promulgação da lei da REURB (Lei 13.465/2017) e sob a égide da lei do programa Casa Verde e Amarela, o governo federal anterior permitiu que municípios contratassem profissionais externos ao quadro de servidores públicos para a execução de projetos de regularização. Volta Redonda aproveitou essa oportunidade para desenvolver um modelo próprio de atuação, que culminou na contratação de uma empresa por meio de chamamento público. O primeiro projeto-piloto dessa iniciativa focou na área conhecida como Fazendinha, localizada na Vila Brasília, caracterizada por ocupações em terras particulares.

Ficou conversado da seguinte forma. Isso é contrato. Para a REURB que for classificada como “S”, que é social, eles vão cobrar de cada pessoa que aderir, não é obrigatório, será adesão voluntária, porque eles estão cobrando é pelo trabalho de ir ao cartório e ir lá fazer o registro, vão pagar doze de duzentos; se for classificada como “E”, é uma outra tabela. Muitas, como tem comércio, até mesmo templo religioso, outras que forem de maior valor, se for classificada como especial não tem jeito. A especial você paga pra eles e paga a taxa de cartório. A “S” só paga para eles, não paga a taxa cartorial. Esse caso aqui, quase 100% é “S”. A única coisa é pagar o trabalho deles. O município só tem a obrigação de acompanhar e aprovar o projeto. Esse é o nosso primeiro modelo. A intenção é espalhar isso na cidade toda.”

A empresa contratada implementou um modelo de cobrança baseado no tipo de regularização — "S" para social e "E" para especial —, ajustando os custos conforme a classificação da área e os serviços prestados. Este modelo visa facilitar a regularização de áreas ocupadas, oferecendo uma solução viável tanto para o poder público quanto para os moradores. Além da Fazendinha, o município planeja expandir essa regularização para outras áreas ocupadas, como Três Poços, demonstrando a intenção de estender essa política para toda a cidade.

Neste trecho da entrevista, discutimos a possibilidade de expandir um projeto-piloto de regularização para outras áreas de Volta Redonda, incluindo a ocupação Reflexo do Amanhã. Com bom humor e referências culturais, o entrevistado expressa uma mistura de otimismo e realismo sobre os desafios e o potencial de implementação do projeto em toda a cidade, mas não oferece uma resposta concreta, o que confirma as falas dos moradores e coordenadores da ocupação de que o poder público pouco faz em seu favor.

O entrevistado, identificando-se como espírita, usa o humor para ponderar sobre a temporalidade e a complexidade dos projetos, citando a incerteza de ver a conclusão do projeto em sua atual encarnação. A referência à novela "O Rei do Gado" permite explicar a dificuldade de mensurar os resultados em termos concretos, como "cabeças de bois", enfatizando a longa duração dessas operações.

“...porque eu sou espírita, eu falo assim, eu brinco, eu não sei se nessa encarnação eu vejo, tá? Que eu não sei se acompanha a novela do Rei do Gado, ele fala assim, isso dá quantas cabeças de bois, você lembra? Eu brinco por encarnação. É claro que o projeto é para a cidade toda, é contemplar a cidade toda. A nossa intenção nesse momento, a minha, é deixar semente, mas isso vai valer para a cidade toda.”

A principal intenção é deixar uma "semente", ou seja, iniciar um processo que possa beneficiar toda a cidade no futuro, independentemente dos obstáculos atuais. O projeto-piloto e a possível expansão para outras áreas, como a ocupação, dependem de várias condições, incluindo a ausência de restrições legais relacionadas a Áreas de Preservação Permanente (APPs), a capacidade da empresa contratada de suportar o trabalho necessário e a disponibilidade de recursos financeiros do município. O entrevistado destaca as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelo governo municipal, incluindo dívidas e atrasos nos pagamentos de servidores, limitando a capacidade de investimento sem apoio federal.

Abordamos sobre a fala feita pela representante do FURBAN sobre a escassez de equipes e recursos humanos qualificados. Abimailton, aposentado da prefeitura, destaca a dificuldade crescente em prosseguir com os projetos devido ao envelhecimento do quadro de funcionários e à falta de renovação, um problema que afeta ambos os órgãos e, consequentemente, o desenvolvimento e implementação de políticas urbanas na cidade. Durante as gestões anteriores, o FURBAN teve um papel significativo na urbanização de aproximadamente cento e setenta núcleos de posse, um feito que contribuiu para a infraestrutura e qualidade de vida na cidade, mas que também levou a uma certa complacência no que diz respeito à regularização. O entrevistado critica o FURBAN em algumas dessas regularizações, especialmente aquelas realizadas em APPs, que contrariam as diretrizes ambientais e jurídicas e resultaram em disputas com o Ministério Público (MP).

Nesta parte da entrevista, o entrevistado destaca a principal necessidade do IPPU para aprimorar suas atividades relacionadas ao planejamento urbano e à regularização fundiária: o reforço do quadro técnico. Ele menciona que a escassez de pessoal qualificado é um obstáculo, exacerbado por uma resistência inicial do prefeito em aumentar o quadro de funcionários devido a um período de calamidade financeira declarado no início de sua gestão. Esta situação financeira limitou a capacidade da administração municipal de contratar novos profissionais, mesmo diante da necessidade de expandir e melhorar os serviços. Para mitigar essa falta de pessoal, o IPPU realizou um concurso sob o REDA (Regime Especial de Direito Administrativo) para a contratação temporária de dez profissionais focados em projetos e laudos de acessibilidade. No entanto, essa medida ainda se mostrou insuficiente para atender às necessidades do instituto em sua totalidade. O entrevistado ressalta que, apesar dessas limitações, a equipe do IPPU tem conseguido progredir com os projetos em andamento, graças ao suporte oferecido pela empresa colaboradora mencionada anteriormente por ele. No entanto, ele reitera que a adição de mais dois ou três profissionais qualificados poderia significativamente impulsionar a capacidade do instituto de realizar suas funções de maneira mais eficiente e abrangente.

Prosseguindo na entrevista, Abimailton discute a propriedade e o uso do solo em Volta Redonda, enfocando CSN e seu impacto na dinâmica da cidade. Ele menciona estimativas sobre a porcentagem do território da cidade sob controle da empresa, e expressa uma preferência por uma estimativa mais conservadora, embora reconheça a importância de utilizar essas áreas de forma produtiva. O entrevistado destaca uma discussão em andamento sobre o desenvolvimento de projetos em grandes áreas vazias de propriedade da CSN, identificando essas como

oportunidades significativas para o preenchimento de “vazios urbanos” e a melhoria da infraestrutura e serviços urbanos. Ele sugere que o desenvolvimento dessas áreas pode trazer benefícios substanciais para a cidade, embora ressalte os inconvenientes da manutenção e a necessidade de gerar receita para o município.

O entrevistado critica a ideia de converter edifícios existentes, como o escritório central da CSN, em moradia popular, argumentando que isso seria economicamente inviável e ineficaz para atender às necessidades dos residentes de baixa renda. Em vez disso, ele defende o uso intensivo de áreas urbanas atualmente subutilizadas para desenvolvimento residencial e comercial, o que poderia gerar receita adicional para o município e financiar a melhoria da infraestrutura e serviços nas áreas mais necessitadas.

“O cara morando lá [no escritório central], ele consegue dar manutenção no elevador? Não consegue. Pra retrofitar o escritório central pra virar moradia, é no mínimo 80 milhões. Eu faço um monte de coisa na cidade e em locais que a gente consegue ter o mínimo de infraestrutura pra essas pessoas que precisam pra atendê-los. Eu prefiro que a CSN faça uma coisa onde eu vou arrancar dinheiro pra levar pra quem precisa. Porque o nosso povo que tá na periferia, eles vão continuar lá. Eu não levo dinheiro.”

O entrevistado ainda aborda os desafios enfrentados na gestão e utilização das terras de propriedade da CSN, especialmente no contexto da legislação de tombamento implementada após a privatização da empresa. Ele discute como essa legislação pode impactar negativamente a utilização dessas terras, tanto em termos de desenvolvimento urbano quanto na capacidade da cidade de arrecadar impostos. Ele explica que a relação entre a cidade e a CSN necessita de um equilíbrio delicado, destacando a importância de manter um tom republicano nas negociações. Ele menciona as consequências negativas de conflitos passados com a CSN, como a decisão da empresa de redirecionar investimentos para fora da cidade, o que resultou em empobrecimento local.

O exemplo específico do Umuarama, um clube solicitado para ser tombado, é usado para discutir as implicações práticas do tombamento. Ele questiona a viabilidade e a desejabilidade de manter propriedades tombadas sem o financiamento necessário para sua manutenção, sugerindo que o desenvolvimento desses locais, sob certas condições, poderia ser mais benéfico para a cidade. Ele argumenta que a conversão de tais propriedades em projetos produtivos pode gerar receitas significativas para o município, que, por sua vez, podem ser utilizadas para atender às necessidades das populações mais carentes.

Discutindo o planejamento urbano e fiscal em Volta Redonda, focando na questão do IPTU e na necessidade de um zoneamento eficaz e atualizado, ele compartilha uma experiência ao viajar pelo Rio Paraíba, onde observou a discrepância de condições de vida e capacidade contributiva entre os residentes, destacando a existência de propriedades de alto padrão que não contribuem adequadamente com impostos, apesar de sua localização privilegiada e valor. “Vou mostrar um lugar para você aqui. Esse eu queria lá.” Abimailton então navega pelo mapa da cidade projetado em uma TV e aponta para uma ilha no meio do Rio: “Ocuparam a ilha, tá? Se você olhar a casa, a estrutura que a pessoa tem, tá vendo? Eu queria morar aqui.”

Abimailton afirma a importância de uma abordagem equitativa na tributação, onde os contribuintes com maior capacidade devem contribuir proporcionalmente mais, apoiando a redistribuição de recursos para áreas e populações mais necessitadas da cidade e menciona a relevância de desenvolver uma legislação específica para o IPTU que indique esses princípios, e lamenta a demora na implementação do imposto progressivo devido ao adiamento na aprovação do plano diretor.

“Eu tive a oportunidade uma vez de entrar num barco, e ir pelo Paraíba, com pessoal da Defesa Civil. Se você for ali no Dom Bosco, eu fiquei assim, estarecido, na rua, você não sabe o que tem. Quando você passa por dentro do Rio, eu vi um *deck*, que *cê (sic)* só vê naquelas casas ricas de Angra. Um *deck* dando pra dentro do Paraíba. Negócio chique mesmo, de madeira e não contribui nada de imposto. Se você falar assim... que “que” eu penso? Isso vai de acordo com a capacidade contributiva. Nem todo mundo que mora na beirada do Rio, é pobre, não é nem miserável a regra não é essa. Se você olhar, o cara que tem um *deck*, dando para dentro do Paraíba de madeira caríssima, quatro pavimentos, esse tem capacidade contributiva. “Ah, mas você cobrar IPTU dele, você tá falando que ele tinha direito”. IPTU não gera o direito, é só imposto, o que gera direito é cartório. E sentença judicial. Eu quero o tributo dele. “Ah, mas o miserável que tem um barquinho?”. esse eu tenho que dar ajuda, esse eu tenho que dar ajuda.”

Ele discute ainda as limitações do zoneamento atual, datado de 1976, e como isso afeta sua capacidade de resolver conflitos entre o uso desejado do solo e o bem-estar da comunidade. Exemplos específicos, como o desenvolvimento de empreendimentos que causam inconveniência aos vizinhos e a falta de infraestrutura adequada em novas áreas residenciais, ilustram as dificuldades enfrentadas sem um zoneamento atualizado e um plano diretor eficaz, destacando como isso beneficia os grandes proprietários de terras em detrimento do interesse público.

Por fim, ele faz considerações e sobre os impasses pessoais e profissionais de trabalhar num sistema burocrático que muitas vezes impede a implementação de soluções para os problemas urbanos, expressando a esperança de que futuras revisões do planejamento e do zoneamento permitam uma gestão mais eficaz e equitativa do desenvolvimento urbano em Volta Redonda.

“...é coisa que eu quero falar sim e eu tenho que falar não, e coisa que eu quero falar não sou obrigado a falar sim. Aí fica enrolado. Isso atrasou demais, o plano diretor não ter sido votado não foi legal, mas a promotora entendeu que o diagnóstico estava atrasado cinco anos e não era pra votar. Tá bom, a gente vai fazer o que ela pediu, rediscutir, mas vai atrasar aí, mas tomara que não leve esse ano todo, porque o mais importante agora é o zoneamento...”

A necessidade de atualizar a legislação de zoneamento e de implementar um plano diretor que transpareça as aspirações e necessidades da população de Volta Redonda ressalta a importância de processos participativos no planejamento urbano. Através de um diálogo constante entre o governo, a comunidade é possível construir uma visão compartilhada para o futuro da cidade, uma visão que priorize o bem-estar e promova uma distribuição igualitária dos benefícios do desenvolvimento.

2.2. Movimento Luta Popular e a Luta pelo Direito à Moradia

“A gente só vai ter alguma coisa se a gente de fato for pra luta e pegar na garra aquilo que é nosso.” (Mariana)

A Ocupação Reflexo do Amanhã é de grande ajuda para explorar as lutas por moradia digna e justiça social, revelando os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas em seu empenho para garantir direitos básicos. Para entender o contexto dessas lutas, torna-se essencial destacar o relacionamento e o suporte fornecido pelo Luta Popular, um movimento social presente em todo o Brasil, e filiado ao Conlutas²².

²² A CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular – foi fundada no Conclat (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora) ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010. A CSP-Conlutas pauta a sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como

Ao focar no papel do Luta Popular, não só enriquecemos a narrativa da Ocupação Reflexo do Amanhã, mas também reconhecemos a importância das redes de apoio e da união entre diferentes movimentos sociais na amplificação da luta por justiça. Este enfoque permite uma compreensão mais abrangente das estratégias adotadas para enfrentar adversidades, ressaltando a força coletiva gerada pela colaboração mútua. Assim, este estudo busca documentar a jornada da Ocupação Reflexo do Amanhã, além de situá-la num movimento maior que desafia as estruturas de poder e busca transformar a realidade de exclusão habitacional no país.

Sobre nosso objeto, a conexão entre o movimento Luta Popular e a Ocupação Reflexo do Amanhã em Volta Redonda é articulada através da figura de Marcelo, militante que se tornou o elo entre as duas entidades. A interação começou quando o movimento foi convidado a auxiliar na organização e formação das famílias residentes na ocupação. A participação de Marcelo em formações e reuniões nacionais, incluindo o "conselhão" do movimento, mostra a integração e o reconhecimento de seu papel no Luta Popular, inclusive ao auxiliar em outras ocupações. A transferência de conhecimento adquirida por Marcelo, utilizada para colaborar na direção da Ocupação Reflexo do Amanhã demonstra a ênfase na capacitação de indivíduos para poderem liderar e educar dentro de suas próprias comunidades.

A gente tem o Marcelo, que é um militante do Luta Popular, a gente puxou pra nós, a gente conheceu o Marcelo através dessa Ocupação Reflexo do Amanhã, a gente foi chamado pra ajudar a organizar as famílias que lá estavam, então a gente foi, foi uma primeira vez, fez uma formação com o pessoal lá, a gente foi uma segunda vez, eu falo nós porque eu nunca fui aí no Reflexo do Amanhã, mas a gente foi como movimento, então foi a V*, já foi o H*, o S*, o J*, e a gente conheceu o Marcelo. O Marcelo já veio pra cá nas nossas formações, já participa do nosso "conselhão" e tudo, e a gente fez formação com o ele pra ele fazer formação no Reflexo do Amanhã e fazer a luta lá com o pessoal, então tudo que

meta o fim de toda forma de exploração e opressão. Essa luta tem a perspectiva de alcançar as condições e construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras. Por isso, nossa entidade defende a autonomia e independência frente ao Estado, governos e partidos políticos, a construção da unidade como valor estratégico na luta dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo pobre, a ação direta, a mobilização coletiva de nossa classe como forma privilegiada de luta. O internacionalismo ativo, a solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras é parte constitutiva de nosso programa, um objetivo permanente a ser buscado pela Central. A libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país e deve ser tomada no plano internacional.

o Marcelo aprendeu no Luta Popular, ele tá repassando no Reflexo do Amanhã com os moradores de lá. (Mariana)

A história de Marcelo e sua contribuição para a Ocupação Reflexo do Amanhã demonstra a missão do Luta Popular de fomentar lideranças em comunidades marginalizadas, capacitando-as a organizar, educar e lutar por seus direitos.

Através de uma série de narrativas pessoais e experiências compartilhadas, este relato oferece uma janela para as múltiplas dimensões do movimento, trazendo à tona as lutas enfrentadas, as vitórias alcançadas e as lições aprendidas ao longo do caminho. Desde a organização interna até a mobilização e ação direta, o Luta Popular demonstra uma capacidade notável de adaptação e resistência, enfrentando obstáculos como a repressão das autoridades, a falta de acesso a serviços básicos e as desigualdades sociais enraizadas. Através das histórias de seus militantes, como Mariana e a ponte construída por Marcelo entre diferentes ocupações, o relato destaca o impacto pessoal e coletivo do movimento.

Ao compartilhar suas histórias, o Luta Popular, através de Mariana, narra sua própria trajetória, assim como convoca outros a se juntarem a luta por mudança. Moradora da Ocupação Esperança em Osasco, ela inicia sua narrativa com uma contextualização da Ocupação Esperança, descrevendo-a como a primeira ocupação efetivamente organizada pelo Luta Popular. Ela realça a metodologia organizada do movimento, desde a realização de reuniões iniciais com famílias até o levantamento de informações sobre os terrenos.

O discurso de Mariana ultrapassa a questão habitacional, abordando a moradia como o fundamento para a dignidade humana e o exercício de outros direitos. Ela articula uma crítica ao sistema e aos governantes, que frequentemente negam direitos básicos à população, destacando a necessidade de luta e resistência. O Luta Popular é apresentado como um movimento por moradia, mas é também uma plataforma ampla de lutas sociais, engajando-se em questões de gênero, raça, juventude e outros territórios de opressão.

“Então é isso, um movimento que luta por moradia, mas não só por moradia, um movimento que organiza lutas em territórios, em bairros já existentes, faz trabalhos com mulheres, com crianças, com negros, com jovens. Então, ele é um movimento que nos ajuda a lutar por tudo aquilo que é nosso e nos é negado pelo sistema, pelos governantes, pelos de cima, porque a gente só vai ter alguma coisa se a gente de fato for pra luta e pegar na garra aquilo que é nosso.”

O movimento, conforme descrito, surgiu de uma necessidade inerente das pessoas se organizarem para reivindicar seus direitos em territórios específicos. A fundação do movimento foi um processo coletivo e deliberado, envolvendo reuniões iniciais em que decidiram criar uma estrutura de apoio e luta por questões territoriais e habitacionais.

A narrativa prossegue com a descrição das primeiras ações diretas do movimento, como ocupações de terras públicas e manifestações em locais simbólicos, exemplificando a disposição em adotar táticas de visibilidade e pressão política para alcançar seus objetivos. A experiência da ocupação na área da Menck, apesar de breve, culminou na formação de um verdadeiro bairro, construído pelas mãos dos próprios moradores. A menção às diversas ações realizadas para chamar a atenção das autoridades, incluindo fechamentos de rodovias e ocupações de prédios públicos, ressalta a determinação do movimento em garantir visibilidade para suas demandas e negociar soluções acessíveis para a regularização da ocupação.

“...a gente já fechou a Anhanguera, a gente já foi andando até a prefeitura, fica um pouquinho distante, né. A gente já ocupou câmara, já ocupamos prefeitura, então a gente já fez vários tipos de lutas pra poder chamar atenção das autoridades, da prefeitura, pra saber que a gente existia, a gente, desde o princípio a gente sempre falou que não queria nada de graça de ninguém, a gente quer pagar, mas a gente quer pagar de acordo com a realidade das famílias que aqui estão, né?”

A narrativa expõe a relação entre a ocupação e a prefeitura, mostrando as complicações enfrentadas pelos ocupantes para obter visibilidade e dialogar com o poder público. O depoimento aborda a invisibilidade enfrentada perante a administração municipal. Ao fechar vias importantes, como a Anhanguera, para chamar a atenção da mídia e, consequentemente, do prefeito, reflete o desespero e a necessidade de serem enxergados. Essa ação, que resultou na cobertura da mídia e no subsequente reconhecimento da existência da ocupação pelo prefeito, realça o abismo de comunicação entre as comunidades marginalizadas e os representantes eleitos.

O relato sobre a organização interna da ocupação, com a realização de assembleias para discutir e decidir coletivamente as ações a serem tomadas, ressalta a democracia participativa como um pilar do movimento.

“...toda ação que a gente faz é discutida em assembleia com os próprios moradores e tirada com os próprios moradores qual ação que a gente vai fazer naquele

determinado momento, naquela determinada situação. Então sempre tem uma situação, e a gente decide qual a melhor forma de agir, pra onde que a gente vai...”

Neste segmento da entrevista, é descrita uma ação recente realizada pelos membros da Ocupação Esperança e do movimento Luta Popular, destacando a coordenação e a mobilização como fundamentais para o avanço de suas reivindicações. A reunião no GAORP (Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse), localizado no centro de São Paulo, na Praça da Sé, serve como cenário para negociações envolvendo diversas partes interessadas. A presença de um espectro diversificado de participantes na reunião — incluindo o proprietário do terreno, seu advogado, moradores representantes da ocupação, membros da associação de moradores, advogados do movimento e o Secretário de Habitação — exemplifica o funcionamento das negociações para a regularização de terras ocupadas.

Um aspecto importante abordado é a independência política e financeira do movimento. A falta de afiliação partidária e a recusa em depender de financiamento externo são apontadas como características distintas do Luta Popular, que opta por campanhas de arrecadação de fundos, como a venda de camisetas e rifas, para manter suas atividades.

Neste trecho da entrevista, Mariana compartilha uma história de sucesso do movimento, destacando uma conquista significativa na Ocupação Jardim da União, localizada na Zona Sul de São Paulo, no bairro de Grajaú.

Inicialmente, a Ocupação Jardim da União enfrentava desafios consideráveis, incluindo ordens de despejo e um sentimento de desmotivação entre as famílias, o que levava muitas delas a abandonar o local. Através da intervenção do Luta Popular, solicitada pelos próprios ocupantes, foi possível revitalizar a luta das seiscentas famílias residentes, superando os iminentes riscos de despejo. O ponto culminante dessa história é a entrega dos títulos de propriedade às famílias, simbolizando a segurança habitacional, assim como o reconhecimento de sua luta e resistência.

Em dado momento da entrevista, entramos no assunto da crise econômica provocada pela pandemia, que impactou profundamente as famílias nas ocupações, com muitas perdendo suas fontes de renda e enfrentando dificuldades para acessar o Auxílio Emergencial fornecido pelo governo. Em resposta, o Luta Popular lançou campanhas de arrecadação de alimentos,

produtos de higiene e limpeza, procurando mitigar os efeitos imediatos da crise sobre a comunidade.

“A gente teve muita dificuldade nas ocupações porque muitas famílias perderam seus empregos, perderam a única renda que tinham, nem todo mundo conseguiu alcançar o Auxílio Emergencial, chegou, mas não chegou pra todo mundo e o que chegou não era suficiente”

Ainda sobre como a pandemia intensificou as dificuldades enfrentadas pelos moradores, muitos dos quais perderam empregos e a única fonte de renda, a inacessibilidade ao isolamento social, destacou as disparidades socioeconômicas. Muitos moradores, obrigados a sair em busca de sustento, arriscavam contrair e disseminar o vírus dentro de sua própria comunidade. O acesso limitado a água potável e a inadequação dos sistemas de saneamento básico acentuaram os riscos à saúde durante a pandemia. Em um momento em que a higiene pessoal era crucial para prevenir a infecção, a falta de recursos básicos como água corrente e esgoto tratado representava uma grave ameaça à saúde pública na ocupação. Essas condições sublinham a fragilidade de comunidades marginalizadas, onde conselhos de saúde pública, como lavar as mãos e usar álcool em gel, eram impraticáveis devido à falta de infraestrutura.

“... tinha lugares na ocupação que o esgoto corria a céu aberto, você não tinha o básico, que era a água pra você se higienizar; toda hora eles falando “lave as mãos”, “passe álcool”, falar é fácil, agora, quem mora na quebrada é que sabe o quão é difícil, quando você não tem de fato.”

Neste trecho, discutimos as dificuldades enfrentadas pela ocupação em obter serviços básicos, como água potável e saneamento, devido à inércia e às complicações burocráticas por parte das autoridades locais e da Sabesp. A situação é complicada pelo fato de a área estar em litígio, o que é frequentemente citado pelas autoridades como razão para não intervir ou fornecer serviços essenciais. A ocupação, no entanto, não permaneceu passiva diante dessa negligência. Diante da escassez de água, os moradores adotaram medidas improvisadas, como a instalação de uma cisterna de vinte mil litros para distribuir água pela comunidade, demonstrando resiliência e autossuficiência em face da inação do poder público. Essa solução temporária, embora eficaz, não substitui a necessidade de um sistema de abastecimento de água e esgoto adequado.

Além disso, a discussão sobre a regularização da área revela um dilema entre a regularização governamental, preferida pelos ocupantes, e a proposta de envolver empresas privadas, que poderia significar custos proibitivos para as famílias.

“Tem uns quinze dias que eu tive uma reunião na Sabesp, um novo ofício pra pedir, saber, e eles falaram pra mim que já foi feito um levantamento aqui na área, foi feito um estudo, foi feito um valor, ele passou pra mim que de obra, só da água, ficaria em torno de seis milhões pra colocar água aqui dentro, mais três milhões do esgoto, enfim, que eles já fizeram todo o estudo, só estão esperando o aval da prefeitura. E como eu te falei que a gente teve a reunião no GAORP em setembro e o proprietário tirou o pedido de reintegração pra prefeitura achar uma solução pra regularizar, então o prazo vence agora em fevereiro, então em fevereiro a gente tem uma nova reunião pra decidir de fato. A prefeitura quer empurrar uma empresa privada pra regularizar aqui, a gente não quer, a gente quer que seja regularizada pelo governo.”

A diferença substancial nos custos associados a essas duas abordagens de regularização demonstra o impacto direto das decisões políticas e administrativas na vida das pessoas afetadas.

A organização interna do movimento Luta Popular é descrita detalhadamente, evidenciando uma estrutura complexa e adaptativa que facilita a participação, a formação e a ação coletiva entre seus membros. A base do movimento é composta por militantes, indivíduos atraídos pela causa através de experiências pessoais em ocupações ou bairros e que passaram por processos de formação para se envolverem ativamente nas atividades e lutas do movimento.

O movimento organiza-se em diversos grupos de trabalho (GTs) e comitês territoriais (CTs), que atuam em diferentes níveis e regiões, permitindo a distribuição de responsabilidades e a promoção de iniciativas locais. Essa estrutura facilita a comunicação e a coordenação entre os membros, promovendo a formação contínua e o compartilhamento de ideias. Os GTs focam na formação dos militantes, enquanto os CTs concentram-se na organização e nas necessidades específicas de cada território. O movimento também realiza reuniões nacionais e “conselhões”, momentos em que membros de todo o Brasil se reúnem para discutir prioridades e planos de ação para o futuro.

Quanto ao acolhimento de novos membros e ocupações, o movimento está aberto a ajudar aqueles que buscam apoio, seja por enfrentarem ordens de despejo ou por necessitarem de orientação sobre como organizar suas ocupações. Embora haja limitações de capacidade devido à grande demanda por auxílio, o movimento se esforça para fornecer suporte, guiado pelo princípio de que não há hierarquias nas ocupações e todos devem contribuir coletivamente para a organização do espaço e das atividades. A

Na questão da educação, o movimento Luta Popular e a associação de moradores da Ocupação Esperança empreenderam iniciativas para promover o ensino na comunidade. Uma dessas iniciativas é a implementação do projeto MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos), um programa de alfabetização destinado a atender não só crianças e jovens, mas também adultos e idosos não alfabetizados. A particularidade de ter educadores da própria comunidade, que, embora não necessariamente formados em educação, possuem o perfil e a capacidade de ensinar, enfatiza uma abordagem comunitária e inclusiva à educação.

Mariana, originalmente do Maranhão e residente em São Paulo há vinte e cinco anos, também destaca a importância do movimento em mudar sua perspectiva sobre preconceitos e abrir sua mente para novas ideias e concepções. A influência do movimento em sua vida estende-se à educação de seus filhos, promovendo valores de aceitação.

Uma experiência narrada pela entrevistada nos leva a um dos momentos mais desafiadores e traumáticos enfrentados por movimentos de ocupação: uma desocupação forçada realizada pela polícia. O episódio em Cajamar, nas Queixadas, destaca a violência e a urgência com que tais ações podem ocorrer, afetando diretamente centenas de famílias que buscam moradia digna. O relato enfoca a chegada surpresa da polícia ao local onde mais de quatrocentas famílias haviam se estabelecido temporariamente em um terreno particular. A ação policial, usando de força excessiva e sem a apresentação prévia de uma ordem de despejo legalmente requerida para tais circunstâncias, ressalta a precariedade da segurança jurídica para ocupantes de terras e a influência de poderes locais na execução dessas operações. O envolvimento de um político local influente, descrito como alguém que "compra todo mundo", sugere uma dinâmica de poder e corrupção que exacerbou a vulnerabilidade das famílias envolvidas. Apesar da violência e do desespero dessa experiência, a entrevistada destaca a persistência do movimento e das famílias afetadas. A decisão de ocupar outro terreno e a permanência nesse novo local por quase cinco anos demonstram a tenacidade do movimento Luta Popular e de seus membros em face de adversidades.

Através de sua própria história, Mariana reforça que o engajamento em ocupações e a luta por direitos não são escolhas feitas por conveniência ou capricho, mas sim necessidades impostas por circunstâncias muitas vezes desesperadoras. O relato pessoal sobre viver sob condições precárias — enfrentando calor, chuva e insegurança — sublinha a realidade dura enfrentada por muitas famílias em busca de um lar digno. O apelo para não desistir, mesmo diante de desafios aparentemente intransponíveis, reflete a crença na possibilidade de mudança através da ação coletiva e persistente. A referência às vezes em que a comunidade enfrentou ordens de despejo iminentes, perdas trágicas como incêndios e a desistência de muitas famílias ao longo dos anos, destaca os altos e baixos emocionais e os obstáculos práticos da luta por moradia.

"Sem luta não há vitória" resume a filosofia da entrevistada e serve como um lembrete motivador para outros em situações similares. As vitórias, grandes ou pequenas, são conquistadas através de dedicação contínua e comprometimento com a causa.

2.3. Atuação do Reflexo do Amanhã no FURBAN

Nesta seção, propomos um estudo crítico da interação entre movimentos sociais urbanos e a estrutura burocrática do Estado, por meio do estudo de caso da ocupação Reflexo do Amanhã. Esta investigação detém-se particularmente sobre o papel de Bruna e Marcelo, que, na busca por legitimidade e regularização da área ocupada, adentraram o cenário político como conselheiros do FURBAN, que teoricamente está incumbido de promover a melhoria da qualidade de vida em áreas urbanas desfavorecidas por meio de projetos de infraestrutura e regularização de terras.

Contrapondo-se ao mandato do FURBAN, a realidade vivenciada pela comunidade exhibe um cenário de negligência e inércia institucional, onde as promessas de avanços na regularização das posses e desenvolvimento infraestrutural permanecem largamente não cumpridas. A revelação da chefe de gabinete da instituição, admitindo a incapacidade de proceder com a regularização devido à ausência de equipes suficientes, junto à fala do presidente do IPPU acerca da crônica escassez de pessoal, espelha a desconexão entre as intenções políticas e a efetividade das ações governamentais.

Assim, propõe-se aqui desvelar a lacuna existente entre a retórica do poder público e a prática administrativa, uma fissura que relega as comunidades marginalizadas a uma condição de vulnerabilidade e incerteza contínua. A resistência enfrentada pelos líderes da Reflexo do Amanhã nas tentativas de obter posse, somada à aparente indiferença das autoridades em fornecer soluções tangíveis, pinta um quadro de abandono estatal que necessita de escrutínio.

Marcelo, um dos coordenadores da ocupação, compartilha uma retrospectiva de seu envolvimento desde os primeiros enfrentamentos com tentativas de reintegração de posse. A organização da ocupação, descrita por ele, não se limita à mera coordenação das atividades cotidianas; estende-se à mobilização de recursos essenciais para a sustentabilidade da comunidade. Este esforço coletivo, realizado em colaboração com outros membros da liderança, como Bruna e Breno, demonstra um modelo de gestão comunitária apesar das adversidades constantes.

A relação entre a ocupação e as instituições públicas responsáveis pelo planejamento urbano e infraestrutura é complexa, como ilustrado na relação de Marcelo com o FURBAN e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). A necessidade de abordar questões básicas de infraestrutura, como o fornecimento de água, destaca-se como um dos muitos apuros enfrentados. A menção a uma interação anterior com seu chefe, agora inserido em um contexto em que poderia influenciar positivamente a situação da ocupação, mesmo sem conhecimento do envolvimento de Marcelo no FURBAN, adiciona uma camada de complexidade às relações interpessoais que permeiam o cenário político e institucional.

A relação entre a ocupação e a prefeitura é caracterizada como uma de aparente indiferença, na qual há uma falta de vontade política para reconhecer ou apoiar as ocupações. Esta postura de não-engajamento sugere algo deliberado por parte da prefeitura para evitar o enfrentamento direto com as questões de moradia irregular, mantendo as ocupações em uma espécie de limbo administrativo. A percepção de Marcelo de que a prefeitura deseja manter as ocupações "à margem" reflete um impasse no que tange à integração das comunidades ocupadas nas políticas urbanas e de habitação. A resistência da administração municipal em tomar uma posição ativa na regularização fundiária e no fornecimento de serviços básicos é interpretada como uma tentativa de isolar e, por conseguinte, enfraquecer os movimentos de ocupação.

Adicionalmente, a observação de Marcelo sobre o contexto maior de disputas por terra na cidade, particularmente em relação a proprietários de grande extensão de terras, como o próprio prefeito, destaca o papel das ocupações no desafio aos interesses estabelecidos e na

redistribuição potencial de terras urbanas. A possibilidade de que vitórias legais ou reconhecimentos de ocupações inspirem movimentos similares em outras áreas da cidade apresenta-se como um temor para os detentores do poder e da terra, configurando-se como um elemento dissuasório contra o avanço das reivindicações por moradia. Contudo, é precisamente essa resistência que motiva a busca por reconhecimento em instituições como o FURBAN, ainda que isso implique em enfrentar provações adicionais devido à sua natureza predominantemente pública, contrastando com a situação jurídica das terras ocupadas.

Na narrativa sobre os esforços para integrar a ocupação ao conselho do FURBAN, surge uma clara compreensão da luta política como um meio indispensável para alcançar a urbanização e o reconhecimento da comunidade. Marcelo descreve o dia da posse como extremamente agitado por conta dos problemas logísticos e financeiros envolvidos na organização do evento, desde a mobilização de autoridades até a gestão de recursos para o transporte.

A situação é acentuada pelas "tretas" internas no FURBAN, onde a resistência contra a atuação efetiva do Conselho se manifesta. A ausência do diretor em eventos-chave, supostamente devido a um acordo com o prefeito, e a substituição por um representante menos relevante, evidencia as manobras políticas e os compromissos que permeiam as relações de poder na instituição.

O relato, por sua vez, destaca a importância da força política na efetivação das mudanças desejadas. A indicação de um diretor contrário aos procedimentos estabelecidos, por meio de uma "canetada" em vez de seguir a lista tríplice recomendada pelo Conselho, é apontada como um exemplo de como as práticas administrativas podem ser manipuladas para favorecer interesses específicos, minando a autonomia e a influência do Conselho. A ênfase na necessidade de reforçar o poder político do Conselho, não apenas no papel, mas através de uma legitimidade popular e visível, indica a consciência da necessidade de construir uma base de apoio robusta capaz de pressionar por reconhecimento e ação efetiva.

A ausência de representantes significativos da prefeitura durante eventos importantes, como a posse dos conselheiros do FURBAN, é interpretada como um indicativo do distanciamento e, possivelmente, da resistência da administração municipal em relação às demandas da ocupação. Esta observação sublinha a percepção de isolamento e a necessidade de uma abordagem mais assertiva e fundamentada na mobilização popular para garantir que as vozes da ocupação sejam ouvidas e respeitadas nas esferas de decisão.



FOTOS 6: Moradores das Ocupações Reflexo do Amanhã, da Paz e Dom Waldyr na posse dos conselheiros do FURBAN.

Acervo pessoal: Ioná Barbosa



FOTOS 7: Moradores das Ocupações Reflexo do Amanhã, da Paz e Dom Waldyr na posse dos conselheiros do FURBAN.

Acervo pessoal: Ioná Barbosa

Apesar do ceticismo quanto ao apoio oficial do FURBAN, devido às questões jurídicas associadas às terras em disputa, Marcelo aponta a pressão política como um instrumento vital

para alcançar conquistas concretas para a comunidade. A proposição de abrir vias de acesso e melhorar a infraestrutura, mesmo que sejam iniciativas pontuais, é vista como um passo de grande importância para o desenvolvimento da ocupação. A discussão sobre a transição para construções de alvenaria aponta a um debate mais amplo sobre a permanência e a estabilidade nas ocupações urbanas em todo o Brasil. Esta questão não se limita apenas a um desejo de melhorar as condições habitacionais, mas também se insere no contexto de uma luta por segurança e reconhecimento legal. A incerteza sobre o futuro das ocupações, exacerbada pela possibilidade de reintegrações de posse e pela instabilidade jurídica, torna a decisão de investir em estruturas permanentes particularmente arriscadas, porém, fundamental para a consolidação da comunidade e a afirmação de seu direito à cidade.

Quando questionamos sobre a postura da prefeitura e do FURBAN em relação à ocupação, introduzindo uma discussão sobre o reconhecimento e apoio institucional às comunidades em terras disputadas, Bruna esclarece a resistência inicial da prefeitura em aceitar a legitimidade da ocupação, atribuindo essa postura à classificação do terreno como propriedade privada. No entanto, ela aponta uma mudança de cenário dentro do FURBAN, agora que ela e Marcelo se tornaram conselheiros.

A menção à Secretaria Municipal de Ação Comunitária (SMAC) e seu envolvimento direto na ocupação, através do cadastro dos moradores, é um indicativo de avanços. Bruna destaca o caso de uma moradora que conseguiu renegociar a posse de sua terra como um sinal promissor de que é possível alcançar resultados positivos para toda a comunidade. Contudo, Marcelo revela uma perspectiva crítica sobre as motivações por trás das ações da prefeitura, especialmente em relação ao cadastramento realizado pela SMAC. Ele sugere que essa iniciativa teve um caráter eleitoral, visando beneficiar interesses políticos específicos, como a campanha do irmão do prefeito, Munir, responsável pelo setor de obras.

Marcelo articula uma distinção entre as formas de interação que a ocupação mantém com diferentes órgãos governamentais, destacando a Câmara Municipal como um espaço onde certa medida de cooperação foi alcançada, ainda que sob a constante necessidade de pressão por parte da comunidade. Essa relação contrasta marcadamente com a postura adotada pela prefeitura, caracterizada por uma política de negação e exclusão, onde o reconhecimento e o atendimento às demandas da ocupação são condicionados à aliança política ou à submissão aos interesses da administração municipal. Esse comportamento é agravado pela disseminação de desinformação e estigmatização da ocupação e de suas lideranças, particularmente por meio de

fofocas e acusações infundadas, que visam enfraquecer a legitimidade e a coesão da comunidade. Marcelo, como uma figura principal e servidor no SAAE, encontra-se particularmente vulnerável a tais táticas, enfrentando perseguição e difamação como consequência de seu envolvimento com a ocupação.

Marcelo esclarece a distinção entre suas funções, salientando a autonomia de suas atividades no conselho comunitário do FURBAN em relação à sua liderança na ocupação. Bruna, corroborando as observações, destaca a ironia na acusação de que eles estariam utilizando a autarquia para benefício próprio, apontando para a ausência de apoio concreto do órgão à ocupação. A constatação de que o FURBAN "nunca veio" à ocupação estampa a desconexão entre as promessas de apoio institucional e a realidade vivenciada pelas comunidades em situação de ocupação.

Sobre a disseminação de rumores e acusações infundadas, meios utilizados para desacreditar e pressionar líderes comunitários envolvidos em movimentos de ocupação, a falsa alegação de que Marcelo possuiria múltiplas propriedades na cidade serve como exemplo de como essas narrativas são construídas com o intuito de minar a credibilidade e legitimidade dos ativistas perante a comunidade e as autoridades.

Após, falamos a respeito da dinâmica e filosofia operacional do Movimento Luta Popular no cenário brasileiro de luta por moradia, ilustrado por um paradigma distinto no espectro de movimentos sociais dedicados à questão habitacional. Em contraposição a outras organizações que optam por uma estratégia de colaboração estreita com o Estado, por meio da adoção de sistemas de autofinanciamento vinculados a projetos governamentais, o Movimento Luta Popular prioriza a manutenção de sua autonomia organizacional e financeira. Esta escolha não é resultado de uma postura moralizante em relação a outras formas de atuação, mas sim de uma convicção pragmática de que a independência confere ao movimento maior liberdade para fazer reivindicações e pressões políticas sem o risco de comprometer seus princípios ou sua agenda em face das contingências políticas e econômicas.

A estrutura organizacional do Movimento Luta Popular demonstra essa filosofia, com a realização de reuniões regulares que servem como fóruns para o debate e planejamento coletivo. Essas assembleias, sejam elas mensais ou bimestrais, em âmbito local ou nacional, constituem um mecanismo vital para a sincronização e a disseminação das práticas mais eficazes entre os diversos núcleos do movimento. Neste contexto, a solidariedade é percebida pela disposição dos membros em oferecer assistência a ocupações em diferentes estados, como demonstrado

pelo apoio prestado à comunidade de Ubatuba, São Paulo. A experiência, onde o movimento se mobilizou para auxiliar ocupantes despejados após doze anos de residência, destaca o compromisso do movimento com a luta contra despejos e a defesa do direito à moradia, apesar das limitações de recursos que restringiram a duração da intervenção

A conversa retorna às ações governamentais e a entrevista desvela uma intricada rede de responsabilidades e ações institucionais no contexto da regularização da posse em áreas urbanas ocupadas. Contrariando as afirmações da chefe de gabinete do FURBAN, que sugere uma transferência de competências para o IPPU, Marcelo enfatiza a autonomia e as obrigações estatutárias da autarquia, delineando uma estrutura organizacional que deveria, em teoria, operar independentemente das variações políticas e administrativas da prefeitura.

O diagnóstico aponta para uma gestão caracterizada por descontinuidades e inadequações, particularmente sob as administrações de Neto e seu antecessor, Samuca. A decisão de dismantlar a equipe de regularização fundiária do FURBAN e a paralisação subsequente dos projetos de regularização são apresentadas como sintomas de um tratamento falho na gestão urbana, onde a retórica oficial sobre a transferência de responsabilidades para o IPPU mascara a ausência de ação efetiva. Além disso, Maicon desmascara a narrativa recorrente, promulgada tanto pelo FURBAN quanto pelo IPPU, acerca da iminente implementação de um projeto abrangente para regularizar todas as moradias em Volta Redonda. Classificando tais afirmações como lendárias, ele sublinha a discrepância entre as promessas políticas e a realidade da prática administrativa.

O caso do Escritura Fácil, um programa de regularização em massa iniciado pelo governo Samuca, é analisado como um estudo de caso emblemático dos problemas inerentes às tentativas de regularização apressadas e desprovidas de um rigoroso trabalho de campo. A emissão de IPTU baseada em cadastros inadequados, sem a devida mensuração de terrenos ou análise territorial, culminou em uma situação de limbo legal para os residentes, exacerbando as dificuldades da regularização e a falha de políticas públicas desarticuladas e superficialmente concebidas. Marcelo reforça que a regularização é um processo diário, que exige dedicação, conhecimento específico do território, e um compromisso com a transformação das condições de vida das comunidades afetadas.

Marcelo menciona uma ação judicial em curso no MP desde 2007, uma iniciativa legal que visa compelir o FURBAN a proceder com a contratação de pessoal por meio de concursos públicos. Contudo, Marcelo expressa ceticismo quanto à possibilidade de avanços sob a atual

direção, particularmente com a liderança de “Tigrão”, sugerindo que a falta de projetos não é uma questão de capacidade, mas sim de vontade política. Ele critica a gestão, argumentando que, enquanto a direção atual permanecer, não haverá interesse em enfrentar as demandas de regularização fundiária. Esta situação é exacerbada pela percepção de que os responsáveis pela autarquia agem mais como secretários subordinados aos desígnios do prefeito do que como diretores de uma entidade com autonomia para tomar decisões baseadas em critérios técnicos e legais.

Este cenário é desenhado pelo caso da ocupação Dom Waldir²³, onde o cadastramento das famílias residentes encontra-se estagnado, apesar de existirem condições legais e administrativas favoráveis para sua conclusão. Marcelo destaca que já existe uma legislação aprovada tanto na esfera municipal quanto estadual, transferindo a posse da terra para as famílias da ocupação e a prefeitura desistiu da reintegração de posse, eliminando barreiras legais para a regularização. No entanto, a inércia na execução dos procedimentos de cadastramento pelo FURBAN manifesta uma desconexão entre as decisões legislativas e a prática administrativa, evidenciando a resistência institucional e a falta de compromisso político com a promoção do direito à moradia.

²³ A situação descrita por Maicon em relação à Ocupação Dom Waldir envolve uma complexidade de fatores jurídicos, sociais e políticos. A comunidade estava sob ameaça de despejo devido ao interesse de construção de um mercado do Assaí Atacadista na área ocupada. Contudo, essa ameaça, conforme explicado por Maicon, carecia de fundamento jurídico sólido. A prefeitura, apesar de aparentemente disposta a negociar a remoção das famílias, não possuía base legal para efetivar tal despejo, uma vez que a ocupação já estava consolidada e com sua situação jurídica resolvida.

O processo de negociação mencionado por Maicon sugere uma tática de blefe por parte da prefeitura, que pretendia persuadir as famílias a deixar voluntariamente o local sem ter, de fato, qualquer argumento legal para forçar sua saída. Adicionalmente, o rumor sobre a construção do estacionamento para o mercado e a suposta concordância de 45 das 58 famílias em abandonar a ocupação foram estratégias utilizadas para pressionar a comunidade, apesar da inexistência de planos concretos ou acordos firmados.

Intrigantemente, a ação de reintegração, que geralmente é movida pelo proprietário do terreno ou pela prefeitura, neste caso, foi utilizada pela Defensoria Pública como um meio de pressionar por urbanização para a comunidade, revelando um uso inovador do processo jurídico em benefício dos ocupantes. A prefeitura, reconhecendo a improbabilidade de sucesso na ação de reintegração devido à posição jurídica fortalecida da ocupação, optou por desistir do processo.

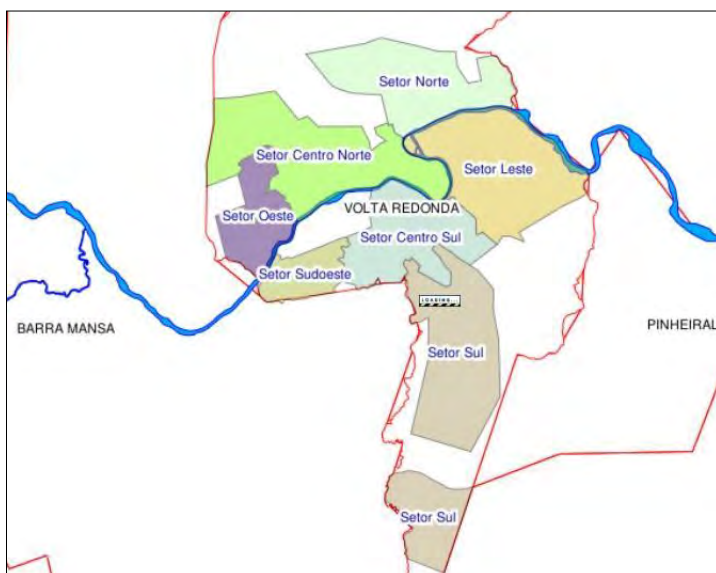
A resistência da prefeitura em cadastrar as famílias da Ocupação Dom Waldir, segundo Maicon, está vinculada à relutância em assumir responsabilidades oficiais pelas melhorias e pela urbanização necessárias na área. Este caso ilustra as tensões entre os interesses de desenvolvimento urbano e os direitos das comunidades ocupadas e destaca a complexidade das negociações e das estratégias legais empregadas por diferentes atores no contexto urbano. A luta da Ocupação Dom Waldir contra o despejo e por reconhecimento legal e urbanização exemplifica os desafios enfrentados por comunidades similares em contextos urbanos, onde a disputa por espaço e direitos habitacionais continua a ser um campo de batalha crucial.

Através desta série de diálogos com Marcelo e Bruna, afloram narrativas que ilustram vividamente a complexidade da gestão de terras e os desafios enfrentados por comunidades em situação de vulnerabilidade. Estas conversas revelam um panorama onde as tensões entre instituições governamentais, interesses de desenvolvimento privado e os direitos fundamentais das comunidades à moradia digna e à urbanização são palpáveis. As instituições, como o FURBAN e o IPPU, destinadas a mediar essas tensões e facilitar soluções, encontram-se muitas vezes emaranhadas em redes de ineficácia burocrática, disputas políticas e uma falta de vontade administrativa para avançar na agenda de regularização e urbanização necessária para transformar áreas ocupadas em comunidades legalmente reconhecidas.

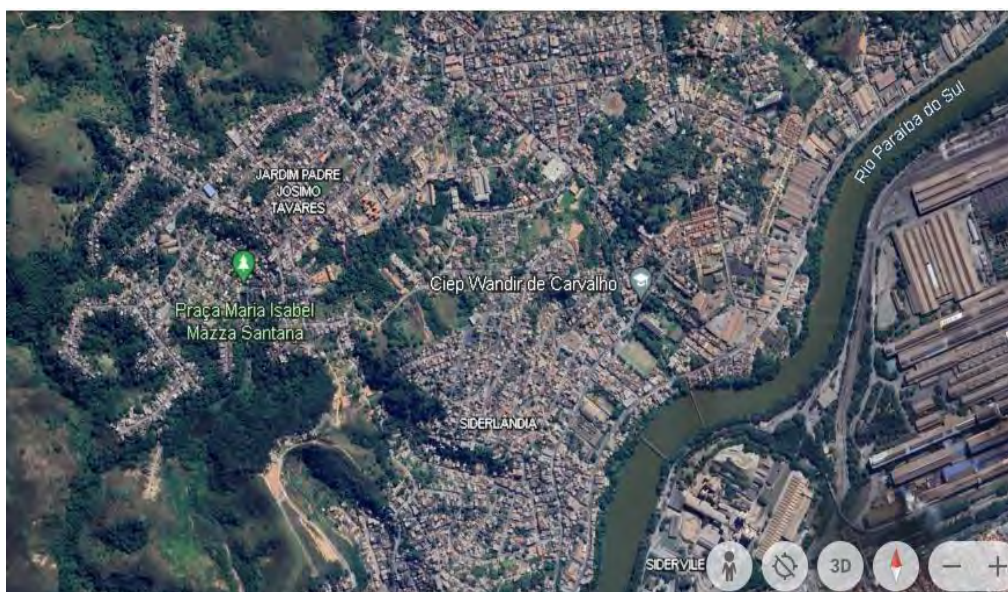
A situação da Ocupação Dom Waldir serve como um caso representativo dessas complexidades, onde a ameaça de despejo em favor do desenvolvimento comercial colide com a realidade de uma comunidade consolidada que luta por seu direito à cidade. As estratégias empregadas pela prefeitura, variando de negociações sem base legal a rumores e pressões psicológicas, refletem uma abordagem que prioriza interesses de desenvolvimento em detrimento dos direitos habitacionais.

3. A VIDA NA OCUPAÇÃO REFLEXO DO AMANHÃ.

Conforme já descrito, a ocupação, como a maioria das áreas proletárias da cidade, se encontra no setor oeste do município. “Como a propriedade da terra ao sul da cidade pertencia em sua maior parte a CSN, a ocupação urbana ao longo das décadas se constituiu em um arco ao redor da empresa, com destaque a um maior adensamento nas partes oeste e norte da cidade...” (SILVA, 2010:80). Os mapas abaixo mostram os setores da cidade, cortado pelo Rio Paraíba do Sul (Mapa 2) e o bairro onde se encontra a área do Reflexo do Amanhã (Mapa 3).



Mapa 2 – Volta Redonda – Setores –
Fonte –EPD/ PMVR²⁴



Mapa 3 –
Bairro Padre
Josimo em
destaque –
Fonte: Google
Earth.

²⁴ Disponível em <http://geo.epdvr.com.br/mapavirtual/map.phtml>. Acesso em 13 Out.2023.

A ocupação Reflexo do Amanhã reúne um grupo que se encontrava inicialmente na Ocupação da Paz (fixada no mesmo bairro) e que voluntariamente e por não concordar com a metodologia da liderança, saiu para ocupar outra área, próxima ao terreno ocupado anteriormente. O grupo inicial, com cerca de 60 famílias, se reuniu e ocupou a faixa de terra que fica no bairro Padre Josimo e ali começou sua luta pela moradia, cerca de três meses antes do evento de desalojamento dos moradores da Ocupação da Paz. Ali limparam, montaram seus primeiros barracos e desde então estão tentando o reconhecimento, com todas as dificuldades que enfrentam e pelas quais passaram no período pandêmico.

A imagem abaixo mostra o espaço da ocupação:



Foto 3: Vista aérea da Ocupação Reflexo do Amanhã. À direita, a lagoa que dá nome à ocupação.
Fonte: IPPU:2024.

A luta pela moradia em Volta Redonda, conforme já observada, é travada desde a origem do município e a cada ano o déficit nunca é reduzido. A somar-se com os motivos das desigualdades nas posses de terra, a desestatização da CSN foi altamente contributiva para a ampliação desse fator, uma vez que junto com a usina foi entregue ao comprador 25% das terras da cidade. LOPES (2019:121) nos lembra que:

“A produção do espaço é processo importantíssimo para a acumulação capitalista. A partir do conhecido argumento de Lefebvre, Harvey teceu o conceito de acumulação por espoliação, abarcando os processos que têm por comum liberar um conjunto de ativos a custo muito baixo para o capital sobre acumulado se apossar e dar-lhe um uso lucrativo.”

Embora a maior parte da demanda sobre a terra entregue a CSN privatizada gire em torno de empreendimentos divergentes do objeto estudado, pois está no palco das disputas imobiliárias milionárias, não se pode desconsiderar o tamanho das terras improdutivas na cidade, dentre elas as possuídas pela CSN ou suas subsidiárias, colaborando, direta ou indiretamente para a manutenção da situação de déficit habitacional e desigualdade social nessa dimensão.

As lutas da área ocupada pela Reflexo do Amanhã não se desvinculam de todos os outros fatores sociais, conforme pode se perceber ao adentrar em trabalho de campo, uma corroboração dos dados que vinham sendo mostrados na bibliografia levantada. Melara e Silva nos aponta o seguinte:

[...] o espaço urbano é simultaneamente “fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas”. A fragmentação é produto dos agentes modeladores que consomem e produzem o espaço: proprietários dos meios de produção (grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários), o Estado e os grupos dos excluídos. O espaço urbano é também articulado, representado pelos fluxos de veículos e de pessoas, relacionado a transporte de mercadorias, deslocamentos das pessoas pelos mais diferentes motivos, circulação de ideias, dinheiro, informação etc. (MELARA e SILVA, 2018)

A distribuição desigual dos recursos e serviços urbanos resulta em diferentes formas de ocupação do espaço e acesso a infraestruturas como moradia, saúde, educação, entre outros. Além disso, o espaço urbano é um campo simbólico e de lutas, onde diferentes grupos disputam o controle e a representação do espaço. Essas disputas ocorrem tanto no âmbito físico, através da ocupação territorial, quanto no âmbito simbólico, por meio da construção de discursos e narrativas que legitimam determinados usos e significados para o espaço. Assim, o espaço urbano é o resultado dos contatos entre agentes sociais diversos e das relações de poder presentes na sociedade. É um local onde se cruzam interesses econômicos, políticos e culturais, sendo constantemente transformado e moldado pelas dinâmicas sociais. Nesta característica de análise, percebe-se marcante o objeto de estudo e interpondo uma categoria específica, o grupo dos excluídos.

Os trabalhos de campo se iniciaram com a busca de contato dentro desta ocupação. Ali conhecemos Marcelo e Bruna, já apresentados, que assumiram uma espécie de tutoria sobre o grupo desde o seu início, buscando serem intermediários junto aos órgãos públicos, orientadores, ajudantes e, muitas vezes, provedores dos recursos primários como água e energia elétrica para o mínimo de possibilidade de instalação da ocupação. São os mesmos que

atualmente estão travando lutas contra as novas investidas da Cimento Tupi, que tenta a reintegração de posse, como já o fez em 2021. O Jornal Aqui (Jornal local) aponta alguns fatos em sua reportagem de 4 de setembro de 2023. Inicialmente destacamos:

“No espaço de três anos, as duas ocupações transformaram as terras que foram da Tupi, atualmente considerada pelos órgãos ambientais como de alta contaminação por escória e rejeitos químicos, em um ambiente familiar: construíram hortas e escolas comunitárias, além de pequenas casas de alvenaria, que podem ser derrubadas a qualquer momento caso a prefeitura não apresente uma solução.”²⁵

A reportagem evidencia a luta atual junto aos órgãos municipais para a solução às famílias das ocupações Reflexo do Amanhã e da Paz.

Retornando à descrição de nosso objeto, para que se possa compreender seu espaço geográfico e social, quase todas as moradias têm crianças, em idade escolar e estudando. Há um esforço dos coordenadores para que isso aconteça e uma conscientização por parte dos responsáveis para que essa tarefa aconteça. O desemprego e subemprego é grande e, das entrevistas já realizadas, a maioria depende de algum programa assistencial governamental.

3.1. Caracterização da Ocupação e Condições de Vida

“Tem que crer e confiar. Se eu não acreditasse, eu nem aqui tava”

A emergência da ocupação Reflexo do Amanhã no término do ano de 2020 representa um fenômeno social e urbano significativo. Esta ocupação, uma extensão da pré-existente Ocupação da Paz. Indivíduos dissidentes optaram por se estabelecer em uma parcela adjacente do mesmo terreno, distante aproximadamente um quilômetro da ocupação original, ainda nos limites da propriedade pertencente à empresa Cimento Tupi.

O nome Reflexo do Amanhã dado a ocupação surgiu de uma fonte de inspiração natural: uma lagoa situada nas imediações, que compartilha o mesmo nome. Esta lagoa, que deve ter

²⁵ Jornal Aqui. Sem-teto que ocupam área da antiga Cimento Tupi pedem ajuda a vereadores. Volta Redonda, RJ: 04 de setembro de 2023. Disponível em <https://jornalaqui.com/sem-tetos-que-ocupam-area-da-antiga-cimento-tupi-pedem-ajuda-a-veredores/>. Acesso em 14 Out. 2023.

sido um retrato de serenidade e beleza, atualmente encontra-se subjugada por um estado de degradação ambiental. A superfície aquática hoje é dominada por uma proliferação de algas, um testemunho visual da poluição que a assola. Tal crescimento, além de obscurecer as águas, as camufla contra o pano de fundo das áreas verdes adjacentes.

Para os habitantes da ocupação Reflexo do Amanhã, a lagoa transcende sua condição física deteriorada, assumindo um significado simbólico forte. Ela se torna uma metáfora viva das condições atuais em que vivem — uma mistura de negligência ambiental e desafios sociais — ao mesmo tempo, em que encarna suas esperanças e determinação por um futuro mais promissor. A poluição da lagoa manifesta os obstáculos imediatos que a comunidade enfrenta: a luta contra a degradação, seja ela ambiental, social ou econômica. No entanto, a persistência da vida na lagoa, apesar de suas águas turvas, espelha a força da própria comunidade. Da mesma forma que a lagoa continua a existir, apesar de suas adversidades, os ocupantes buscam superar as condições precárias de vida, aspirando por um amanhã onde o reflexo das suas águas possa ser claro e vibrante novamente.

A ocupação transformou uma área anteriormente marcada pela contaminação ambiental — reconhecida por órgãos ambientais como severamente afetada por escórias e rejeitos químicos — em um espaço de convivência familiar. A terra, antes utilizada como um local de desova de cadáveres (uma prática associada à dominação territorial pelo tráfico de drogas no bairro), foi reinventada pelos ocupantes.

“Breno: a princípio nós tá até melhorando porque onde não tem nada a gente tá construindo, porque isso aqui além de não ter nada, da terra não ter nada de produtivo, ainda é um depósito de jogar gente.

Marcelo: Matava e jogava aqui.

Breno: A única coisa que essa terra aqui serve, é pra isso mesmo, é pra moradia. Depois que fizemos isso aqui, você não vê mais sair no jornal que teve mais homicídio, alguma coisa aqui para essa banda aqui, no meio do mato.”²⁶

No que concerne à infraestrutura, a ocupação Reflexo do Amanhã revela uma notável capacidade de inovação e superação por parte de seus habitantes, que buscam incessantemente ultrapassar as barreiras impostas por um ambiente de recursos limitados. Este zelo é emblematicamente representado pela montagem de postes de luz improvisados, algo que não

²⁶ Diálogo da entrevista realizada com os moradores Breno e Marcelo.

existia nas visitas iniciais. Nas primeiras observações, a única geladeira disponível era comunitária e se localizava no barracão central. Sobre a rede elétrica, os moradores relatam:

Marcelo: [...] por exemplo, aqui a rede não segura na geladeira, nas casas, por exemplo. A rede é boa só até ali na frente do barracão.

Seu João: Até aqui, ela vem.

Marcelo: Até aqui já está vindo de dez milímetros, né? De seis, né, no caso. Está indo até o barraco ali do... até no Rômulo ali. (aponta para um barraco que está cerca de 20 metros de distância).

Seu João: Fio de telefone não aguenta, não.

Maicon: E vai puxando pros barracos. Alguns já estão com fio de dois e meio, né? Mas aí a maioria ainda é no fio de telefone.

Estes postes, muitas vezes construídos a partir de materiais reciclados ou adaptados, são a espinha dorsal de um sistema elétrico que, embora precário, traz a luz e a energia necessárias para as atividades diárias e noturnas da comunidade. Além da eletricidade, a implementação de sistemas de encanamento para o abastecimento de água representa outra frente de luta contra as limitações. Utilizando uma combinação de técnicas tradicionais e adaptadas, os habitantes conseguiram estabelecer um sistema de distribuição de água que, apesar de básico, é fundamental para a higiene, a saúde e a sustentabilidade da vida na ocupação.

Inicialmente, o acesso à ocupação era por um caminho de terra batida, salpicado de cascalho, uma medida rudimentar para mitigar os riscos de quedas e escorregões enfrentados pelos moradores e visitantes. A subsequente pavimentação da entrada com cimento representa uma evolução da ocupação, melhorando consideravelmente a acessibilidade e a segurança para aqueles que entram e saem da comunidade.

A estrutura da ocupação, consistindo em uma única rua estreita ladeada por barracos construídos de ambos os lados, e a proximidade de uma residência a uma torre de alta tensão — situada no limite do que é permitido por lei — destacam as condições de moradia densas. O barracão central, localizado logo na entrada, serve como um ponto de encontro vital para a comunidade, hospedando reuniões e atividades coletivas. A estrutura é um elemento chave na organização social e no suporte mútuo entre os ocupantes.

A ênfase dada pela liderança da ocupação à educação das crianças, garantindo sua matrícula escolar, exhibe o compromisso com o desenvolvimento social e humano na

comunidade. O esforço para assegurar o acesso à educação demonstra a priorização dos direitos fundamentais e aspirações por um futuro melhor para as gerações mais jovens, “*porque criança fora da escola não é nada, né?*”²⁷.

A recente conquista de atendimento médico pelo posto de saúde do bairro para os moradores da ocupação, anteriormente obstaculizado pela exigência de um endereço cadastrado, representa uma vitória na luta por direitos básicos de saúde.

De acordo com Marcelo:

[...], mas o reconhecimento do poder público, é tudo uma batalha só; pra gente conseguir botar as crianças na escola aqui. Pra gente conseguir que as pessoas sejam atendidas no postinho. Não foi fácil. Porque eles precisavam do endereço. Precisava do endereço. E a gente não tem como fornecer nenhum comprovante de residência. Pra ninguém, né? E aí tem o quê? Umas vinte e cinco, trinta famílias, tudo cadastrado na casa da Bruna, na casa do Breno ali, na casa que ele mora ali.

A obtenção de acesso aos serviços de saúde para os moradores da ocupação, um feito conquistado apesar das inúmeras barreiras burocráticas impostas por exigências de endereçamento formal, constitui um marco de extraordinária relevância.

A ocupação, nascida de uma cisão ideológica e transformada em um bastião de resistência, narra uma história de transformação ambiental e social que vai além da mera ocupação do espaço. A reabilitação de um terreno marcado pela contaminação e pela violência em um ambiente familiar, simboliza uma reivindicação do direito à cidade e à vida digna. Este processo de reabilitação e transformação espacial é emblemático do que Lefebvre (2009) descreve como a centralidade do espaço urbano na vida cotidiana e na luta social. Assim, a transformação da ocupação não é apenas uma questão de reivindicação territorial, mas uma manifestação prática do desejo de uma vida urbana mais democrática, onde o espaço se torna um bem comum, palco de encontros, interações e, sobretudo, da construção de uma identidade coletiva. A luta da comunidade da ocupação, portanto, ressoa, na visão de Lefebvre, como uma revolução urbana, onde o espaço urbano é recuperado pelos seus habitantes como um lugar de possibilidade, criatividade e emancipação social.

A pavimentação da entrada, a eletrificação precária, mas progressiva, e a implementação de sistemas de abastecimento de água, juntamente com a construção de moradias adaptativas,

²⁷ Amanda, entrevistada.

são testemunhos da capacidade da comunidade de mobilizar recursos limitados para criar soluções que atendam às suas necessidades básicas.

“Bruna: Os dois rapazes que estão capinando lá, eles vieram conversar comigo ontem, hoje já estão capinando para poder fazer o barraco. Eles falam que é casa, né? Eles não falam que é barraco.

Marcelo: É. Se eu vou entrar nesses barracos, é uma casa, só que de madeira.

Breno: Onde você reside, come, bebe, dorme é sua casa.

Marcelo: Um pouco de sofrimento, mas é sua casa.

Encerramos com essas falas a fim de demonstrar que mesmo diante das adversidades, nas condições mais desafiadoras, é possível construir espaços de vida digna.

3.2 . Narrativas e Histórias de Vida dos Moradores

O trabalho de campo sempre é algo enriquecedor e *sui generis*. Um dos aspectos mais importantes da pesquisa foi a realização de entrevistas com os moradores das áreas de posse, pois as entrevistas nos permitiram conhecer as histórias, as dificuldades, as lutas, as conquistas e as expectativas desses moradores, os quais são os principais afetados pelo problema da regularização da terra no espaço urbano. As experiências e as vozes desses moradores valorizaram sobremodo o trabalho, pois trouxeram uma perspectiva humana, crítica e emancipatória para a pesquisa. As entrevistas também revelaram as formas de organização, mobilização, resistência e participação social desses moradores, que buscam garantir o seu direito à moradia, à cidade e à cidadania. Mas não é um direito individual, senão coletivo. Segundo Harvey (2014:13):

[...] a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.

A pesquisa em questão, apesar de não se enquadrar na metodologia etnográfica, adotou uma abordagem que privilegia a imersão no campo de estudo, permitindo uma interação direta com o objeto de pesquisa. Essa abordagem, inspirada nos métodos qualitativos de coleta de

dados, colocou a pesquisadora em uma posição única para captar as nuances da realidade dos indivíduos nas áreas de posse. Em vez de se restringir a fontes bibliográficas ou documentais, optou-se pela imersão, observando, ouvindo e dialogando com os moradores, o que permitiu uma compreensão mais intensa das dinâmicas sociais em questão. A pesquisa transcendeu a mera descrição dos fenômenos observados, buscando interpretar e compreender os significados, motivações e transformações no contexto social estudado, o que enriqueceu significativamente tanto a análise quanto os resultados.

A pesquisa de campo e a entrevista são técnicas fundamentais para a produção de conhecimento científico nas ciências sociais e humanas. Elas permitem ao pesquisador entrar em contato direto com o seu objeto de estudo, observar, participar, interagir e compreender a sua realidade, cultura, valores, crenças e comportamentos. Essas técnicas também possibilitam ao pesquisador coletar dados ricos, variados e autênticos, que podem ser analisados qualitativamente e quantitativamente, de acordo com os objetivos e as hipóteses da pesquisa.

A metodologia adotada nesta pesquisa reflete a influência de teóricos como Robert K. Merton (1970) e Howard S. Becker (1997), que defendem a necessidade de uma aproximação direta e participativa com o campo de estudo para uma compreensão mais rica dos fenômenos sociais. Tal perspectiva, distanciando-se das metodologias tradicionais que se baseavam majoritariamente em análises secundárias, busca uma conexão direta com os sujeitos da pesquisa, proporcionando uma visão mais detalhada e autêntica das realidades vivenciadas. Ao invés de uma observação distante, a pesquisadora buscou um envolvimento ativo, preparando-se para observações e entrevistas que permitissem coletar dados e interpretá-los à luz das teorias sociais pertinentes.

A entrevista pode ser de diferentes tipos, dependendo do grau de estruturação, direção e abertura das perguntas. Uma das formas mais utilizadas é a entrevista semiestruturada, que estabelece uma conversa amigável com o entrevistado, busca levantar dados que possam ser utilizados em análise qualitativa, selecionando-se os aspectos mais relevantes de um problema de pesquisa. A entrevista semiestruturada é flexível e adaptável, permitindo ao pesquisador explorar novos temas e questões que surjam, bem como aprofundar ou esclarecer as respostas do entrevistado. A maioria das entrevistas usadas neste trabalho se manteve na linha da semiestruturação.

A utilização das entrevistas é relevante por provocar ricas contribuições dos sujeitos, conforme afirma Pádua (1997, p.64-65): “a entrevista é um procedimento mais usual no

trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores. [...]” “[...] ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa, que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.” As entrevistas expressam, segundo Chizzotti (1995, p.90), “as representações subjetivas dos participantes”, possibilitando intervenções do pesquisador em sua realidade ou ações transformadoras mediante questões problemáticas.

Outrossim, a escolha pela pesquisa de campo e pela entrevista foi pela sua complementariedade e, porque elas se potencializam, oferecendo ao pesquisador uma visão ampla e profunda do seu objeto de estudo. Elas também exigem do pesquisador uma postura ética, crítica, reflexiva e criativa, que respeite a diversidade e a singularidade das realidades sociais e humanas.

3.2.1 Amanda e Augusto

Nesta entrevista somos introduzidos às vidas de Amanda e Augusto. A conversa se desenrola de maneira a revelar as identidades, suas trajetórias pessoais, e cumprem um propósito de iluminar os desafios enfrentados por aqueles que vivem à margem da sociedade, em ocupações.

Augusto, com 47 anos de idade, e Amanda, que se aproxima dos 43, revisitam suas histórias de vida, marcadas por constantes deslocamentos e pela incessante busca por um lugar para chamar de lar. Ele, originário de Barra Mansa, e ela, nascida em Volta Redonda, encontraram um refúgio na ocupação, que, apesar de ser um cenário de incertezas e dificuldades, tornou-se um espaço de pertencimento, onde conseguiram construir uma vida juntos. Eles destacam a importância do apoio e da solidariedade entre os moradores, sublinhando como esses valores são fundamentais para a sobrevivência e o bem-estar.

Ao serem perguntados sobre o tempo de permanência na ocupação, a resposta de um morador intervindo explica a situação: “Eles estão na ocupação há muito tempo, só que como eles não tinham o espaço, o material para fazer a moradia deles, foram juntando e agora vieram para cá.” Esta inserção destaca a determinação dos ocupantes em construir um lar, apesar das adversidades, além do senso de comunidade e a livre interação no processo de conversa, sem

constrangimento para nenhuma das partes. O discurso parece “rodear” a teoria: “O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedade sociais.” (HARVEY, 2013).

A narrativa passa por episódios de adversidade, especialmente evidente no relato de uma desocupação forçada que vivenciaram. “Ah, estava tudo tranquilo, aí o rapaz chegou com o documento pra tirar todo mundo da terra,” Amanda recorda, “Tirou e hoje estamos aqui.” Augusto complementa, descrevendo a surpresa e a rapidez com que foram forçados a deixar suas casas: “Foi até, pegou todo mundo de surpresa, porque eles chegaram de surpresa, aí de manhã eles já foram tirando todo mundo derrubando as coisas que a gente tinha feito.” Sem conhecer, poderiam estar reproduzindo um pensamento antideterminista, se recusando a deixar de lutar. “O homem é o único animal para quem a sua própria existência é um problema que ele tem de resolver e do qual não pode escapar.” (FROMM, 1974, p. 38).

Amanda fala sobre a reconstrução e a criação de um novo lar na ocupação: “Foi muito triste, mas graças a Deus²⁸ aqui tá sendo benção, não posso reclamar, tô conseguindo agora fazer minha casinha de barro ali”. Ela detalha a construção, comentando a importância de ter um espaço para chamar de seu. “Amarrei o arame ali naquele bambu ali, não preguei, mas esses aqui de cima vou pregar, pra dar uma segurança melhor na parede,” ela explica, ilustrando o ânimo físico e emocional investido na criação de um ambiente que considera seguro e estável para sua família.

Nesse momento, os entrevistados articulam uma crítica incisiva ao sistema e às autoridades, que, segundo eles, falham repetidamente em atender às necessidades dos mais vulneráveis da sociedade. Sua fala vai ao encontro de Castells e Rolnik, mesmo que eles não percebam que são elementos presentes na discussão teórica do problema concreto que lhes aflige.

A luta pelo direito à cidade é a luta pela construção de uma cidade que seja capaz de acolher e reconhecer a diferença, que seja democrática e participativa, que seja sustentável e solidária, que seja justa e igualitária. Uma cidade que seja, enfim, um lugar de vida e de liberdade para todos e todas. (ROLNIK, 2015:347)

²⁸ A religiosidade é uma presença constante nas narrativas dos moradores. Bourdieu, que em sua obra “A economia das trocas simbólicas” (2007), analisa como a religião funciona como um campo social, que produz e reproduz um sistema de crenças, de valores, de ritos e de símbolos, que tem efeitos sobre a estrutura e a dinâmica da sociedade. Ele mostra como a religião pode ser uma forma de dominação simbólica, que impõe uma visão de mundo que legitima a ordem social estabelecida.

As ocupações urbanas são uma forma de ação coletiva que visa a apropriação de um espaço urbano por parte de um grupo social que se encontra em situação de carência habitacional. As ocupações urbanas são, portanto, uma forma de luta pelo direito à moradia, que implica também um direito à cidade, entendido como o direito de participar da produção e do consumo do espaço urbano. (CASTELLS, 1983: 243)

Tanto Castells quanto Rolnik analisam como o processo de urbanização está relacionado com o modo de produção capitalista, que gera a formação de classes sociais, a divisão do trabalho, a exploração, a desigualdade e os conflitos urbanos. Enquanto Castells estuda os movimentos sociais urbanos, que são formas de resistência e de luta dos moradores contra as condições de vida impostas pelo sistema e destaca o papel das ocupações urbanas como uma forma de ação coletiva, que busca garantir o direito à moradia, à cidade e à cidadania, Rolnik denuncia como a financeirização da cidade, que transforma o espaço urbano em uma mercadoria, tem provocado a expulsão, a violência e a precarização dos moradores, especialmente dos mais pobres e vulneráveis. Ela também mostra como os movimentos de ocupação urbana, que são expressões da luta pelo direito à cidade, têm enfrentado a repressão e a criminalização por parte do Estado e do mercado. Somente com uma nova agenda urbana, que reconheça a diversidade, a democracia e a sustentabilidade como princípios fundamentais para a construção da cidade, poderia se corrigir parte das distorções que geram as injustiças sociais na questão fundiária. Seus estudos são corroborados nas falas do casal.

3.2.2 Samuel e Gabriela

"[Estamos aqui] desde o começo da [ocupação]. A gente tem dois anos e oito meses aqui," compartilha Samuel, com Gabriela acrescentando, "Quase três anos, isso mesmo." Este trecho inicial estabelece imediatamente o tom da conversa, enfatizando o compromisso e a dedicação do casal à ocupação como um lar provisório, mas significativo.

A situação jurídica da ocupação apresenta-se como uma fonte contínua de incerteza e ansiedade para os moradores. Samuel compartilha: "Juridicamente, eles [poder público e judiciário] não dão muito retorno das coisas pra gente."²⁹ A luta por legitimidade e

²⁹ As questões jurídicas e relações com o poder público estão mais detalhadas nas informações contidas no capítulo 4, 4.2.

reconhecimento é um tema recorrente, refletindo as amplas questões de direito à cidade e justiça espacial que permeiam a experiência de viver em uma ocupação.

Segundo Rolnik, (2015: 175), “assim, mesmo numa situação que parece, a princípio, claramente configurada como ilegal, a presença dos ocupantes pode não ser imediatamente contestada, levando muitas vezes à consolidação da ocupação.” As demandas judiciais têm meandros que precisam ser considerados, que vão além da escritura da terra no momento da ocupação, consideradas as possibilidades do uso social da terra, da produtividade da mesma, a possibilidade de conversão em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)³⁰, dentre outros motivos. A mera análise de um documento que prova a posse da terra e seu consequente pedido de reintegração por ter o documento não pode ser um ato maniqueísta e raso.

3.2.3 Fabiano e Família

Fabiano, vivendo com sua esposa e duas filhas, revela ter residido na ocupação por "um ano e pouco". Antes disso, sua vida se desenrolava em um contexto familiar estendido, "lá com meu pai, com minha madrasta, lá no Roma³¹", um bairro de Volta Redonda, cidade que ele identifica como sua origem.

Harvey (2012) declara que as dinâmicas de exclusão são parte integrante das práticas urbanas contemporâneas, nos permitindo ter a noção de que as ocupações são frequentemente formadas por pessoas excluídas e marginalizadas que buscam reivindicar seu direito à cidade e ao espaço urbano. Davis (2006) examina as dinâmicas globais da urbanização e a proliferação de assentamentos informais, argumentando que a migração para tais áreas é enraizada em desigualdades econômicas e na falta de habitação acessível. Podemos deduzir de sua leitura que as favelas surgem onde o urbanismo falha, onde a cidade não consegue proporcionar moradia ou trabalho aos seus habitantes. Esta observação sublinha a ideia de que a decisão de morar em

³⁰ As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são instrumento de política urbana, fundiária e habitacional, incluído no Estatuto da Cidade como instituto jurídico e político (art. 4º, V, f) e definido pela Lei Federal nº 11.977 de 2009 como: “parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo” (art. 47, V).

³¹ Bairro da periferia de Volta Redonda, o mais afastado do centro da cidade. Como muitos (ou quase todos) os bairros marginalizados da cidade, fora do eixo projetado originalmente pela visão habitacional da CSN e posteriormente pelos projetos municipais de habitação, também teve suas áreas de posse e ocupações ao longo dos anos. O bairro pertencia a Pirai e foi reivindicado por Volta Redonda na década de 2000.

ocupações não é uma escolha feita no vácuo, mas uma resposta às falhas sistêmicas que deixam poucas alternativas para aqueles que já vivem em condições de pobreza extrema.

Notemos Fabiano. Ele compartilha sua vida nas ocupações, começando com sua experiência na ocupação no bairro Roma. Aquela não era apenas uma área de terreno negligenciado ou projetos de construção abandonados pela Caixa Econômica Federal, mas sim um local que agora "já encheu de casa, prédio pra todo lado". Esta transformação destaca uma característica precisa das ocupações urbanas: a capacidade de reivindicar e reconfigurar espaços esquecidos ou descartados pelo planejamento urbano formal.

A narrativa de Fábio atinge um ponto repreensor ao abordar as falhas do sistema habitacional. A crítica a esse sistema não é apenas uma rejeição às inadequações do modelo de moradia oferecido pelo "Minha Casa, Minha Vida", mas semelhantemente uma condenação da maneira como os projetos habitacionais podem ser sequestrados por interesses alheios às necessidades dos ocupantes iniciais. Segundo Cardoso e Aragão (2013), o PMCMV, ao contrário do que se poderia esperar, não se constituiu em um programa de política habitacional, mas sim em um programa de política econômica, cujo objetivo principal foi o de estimular a indústria da construção civil e o mercado imobiliário, em um contexto de crise financeira internacional, sem que houvesse uma preocupação efetiva com a qualidade das moradias produzidas, a localização dos empreendimentos, a integração urbana, a participação popular e o atendimento das demandas habitacionais acumuladas.

Durante a entrevista, uma voz masculina intervém na conversa, embora não identificada, articula um sentimento de frustração compartilhado por muitos moradores de ocupações: a transformação de suas lutas e aspirações por um lar em meros objetos de especulação imobiliária ou oportunidades de lucro para terceiros, uma lógica de periferização e exclusão das camadas populares, como aponta Maricato (2013). Mesmo sem perceber, sua fala também denuncia a forma como os projetos habitacionais podem ser sequestrados por agentes alheios às necessidades dos ocupantes iniciais, como ocorre com a expulsão e a violação do direito à cidade, como analisa Rolnik (2015). Fábio, assim, expressa uma crítica ao sistema habitacional que vai além da rejeição às inadequações do Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como uma condenação da maneira como esse programa se insere em um contexto mais amplo de colonização da terra e da moradia na era das finanças, como discute Cardoso e Aragão (2013).

"A gente não quer uma casa de pombo, amontoar pessoa em cima da outra," diz a voz, expressando um desejo por uma forma de habitação que transcenda a simples provisão de

abrigo. Essa declaração espelha o sonho por moradias que atendam às necessidades básicas, mas que também respeitem a dignidade dos indivíduos.

Outro aspecto da entrevista é a pandemia da COVID-19, abordada como um período de particular dificuldade, com Fabiano e sua esposa descrevendo os meios adotados pela comunidade para mitigar a disseminação do vírus, apesar de sua eficácia limitada. A pandemia revelou desafios existentes, afetando o emprego e a saúde mental da comunidade. "Aqui, perdemos pessoas aqui dentro" Fábio lamenta, reconhecendo as perdas humanas diretas na comunidade devido à doença, incluindo indivíduos conhecidos como o "cigano" e uma "outra doninha"³².

A decisão de se estabelecer na ocupação visibiliza as necessidades materiais, bem como o desejo de pertencer a uma comunidade onde o apoio mútuo se manifestam no dia a dia. Essa decisão, como afirma Trindade (2020), é também uma forma de resistir à lógica excludente e mercantil do capitalismo, que produz a segregação socioespacial, a desigualdade e a injustiça, e de reivindicar o direito à cidade, entendido como o direito de todos os habitantes da cidade de usufruir dos bens e serviços urbanos, de participar das decisões sobre o planejamento e a gestão do território, de construir uma identidade coletiva e de viver com dignidade.

3.2.4 João e Marina

A partir de um cenário de simplicidade e hospitalidade -- uma varanda modestamente arrumada, alguns banquinhos de plástico e logo com café e biscoitos -- iniciamos nossa conversa. Em meio a sorrisos e o aroma convidativo do café, João começou a narrar suas vivências, uma história entrelaçada com a realidade de tantos outros na ocupação.

João descreve o ciclo de idas e vindas entre a ocupação e o que restou de seu antigo lar, agora pertencente aos seus enteados. "Eu só não dormia aqui, né? Sozinho, não tinha ninguém. Eu ia para casa, depois eu voltava".

³² Infelizmente, até o fechamento deste trabalho não conseguimos levantar maiores dados sobre as vidas perdidas na pandemia, citadas nesta entrevista. Por não ser foco principal da pesquisa e para não ser exploratória, limitamos a reproduzir as informações passadas pelos moradores.

A discussão sobre as infraestruturas precárias, ressalta as dificuldades práticas enfrentadas pelos moradores. A rede elétrica, inadequada e sobrecarregada, mal consegue sustentar as necessidades básicas.

Com setenta e sete famílias registradas na ocupação, a diversidade de histórias e motivações para a chegada a este lugar é imensa. Alguns, como Marina, que se achega a nós e compartilha o café, chegaram "com a cara e com a coragem," abandonando suas posses em busca de um futuro incerto, mas potencialmente mais libertador para si e sua filha de cinco anos. Esta decisão de deixar tudo para trás é um testemunho do desespero e da determinação que impulsionam as pessoas a buscar refúgio em ocupações.

Este fenômeno pode ser compreendido à luz da teoria do Direito à Cidade de Lefebvre, pensando que o espaço urbano não deve ser apenas um produto de consumo para os privilegiados, mas um direito vital para todos os seus habitantes (Lefebvre, 1968). Além disso, a superação demonstrada por Marina e outros em situações semelhantes ecoa nos Espaços de Esperança (Harvey, 2000), onde se discute a possibilidade de reimaginar e reestruturar os espaços urbanos de maneira a promover justiça social e igualdade.

Continuando, Marina deixa transparecer a complexidade de sua situação e a solidez de sua resolução: "Aluguel é uma coisa que não dá. E eu falei, 'então, tchau.' Tchau, móvel. Móvel eu compro outro. Então, tá bom. Larguei tudo *pra* lá, saí distribuindo tudo, e vim," continua descrevendo o momento de ruptura com sua vida anterior e a aposta em um futuro incerto na ocupação. Essa decisão, embora arriscada, é feita com a convicção de que o material pode ser substituído, mas a autonomia e a dignidade são inegociáveis.

A conversa também toca em questões políticas e sociais mais amplas, criticando as políticas habitacionais e a gestão pública que frequentemente deixam as populações vulneráveis à margem.

3.2.5 Sandra e Daniela

Na entrevista somos introduzidos ao cotidiano de Sandra e Daniela, duas moradoras que compartilham laços familiares, além de experiências. É o ponto alto do dia e a culminância da empatia entre entrevistadora e entrevistados. A simpatia e hospitalidade de Sandra emergem em

seu rosto tanto quanto nele se mostram as marcas de uma vida de lutas e pesares, típicos dos que tiveram negadas as oportunidades que são tão caras e tão elementares a todos nós, tão basilares que muitas vezes nem percebemos que são milhões que não as têm.

A narrativa construída ao longo da conversa revela a realidade da vida na margem, onde a luta por um lar e a busca por dignidade se entrelaçam com a realidade de estar constantemente à espera de um futuro mais seguro. Este intrincado cenário guarda uma reminiscência com Davis (2006), na observação das condições de vida desafiadoras enfrentadas por milhões em assentamentos informais ao redor do mundo, marcados por uma luta constante por acesso a serviços básicos e uma vida digna.

En passant, a intersecção entre a busca por um lar e a dignidade encontra uma singela análise na ótica de Nancy Fraser, que em sua teoria de justiça social (Fraser, 2000), propõe que a justiça não se limita à redistribuição econômica, mas inclui também o reconhecimento e a participação política. Sandra representa a luta dos moradores de áreas de posse por reconhecimento e um espaço seguro para viver, refletindo a busca por uma redistribuição que vai além do material, aspirando ao reconhecimento de sua humanidade e direito à participação na vida da cidade.

Sandra encontra-se em um estado de transição, aguardando o momento em que poderá chamar de lar o espaço ainda em construção. "Estou aqui"³³ porque meu barraco ainda não tá pronto," ela explica, esclarecendo sua situação atual.

A solidariedade surge como um tema central, desempenhando um papel relevante na sobrevivência da comunidade. Daniela narra o apoio mútuo, onde os moradores compartilham recursos e se ajudam mutuamente, especialmente diante das adversidades trazidas pelo período de pandemia. "A gente tá fazendo isso," ela diz, referindo-se ao esforço para apoiar um vizinho desempregado.

Este fenômeno pode ser analisado através da lente da teoria da solidariedade social de Émile Durkheim, que frisa a coesão e a integração social como elementos fundamentais para o funcionamento de qualquer sociedade (Durkheim, 1893). Durkheim argumentaria que a solidariedade mecânica ou orgânica presente na comunidade é fundamental para sua sobrevivência e bem-estar. Além disso, nesta fala encontramos o típico capital social (Putnam,

³³ Neste momento a entrevista se faz no "barraco" de Daniela. Sandra compartilha do espaço com a nora, que grávida de cerca de 2 meses, demandava cuidados próprios do momento.

2000), uma perspectiva valiosa sobre como redes de engajamento cívico e confiança mútua fortalecem comunidades, permitindo que elas mobilizem recursos e apoio em tempos de necessidade. A pandemia destacou a importância do capital social, como um recurso que comunidades como a do estudo podem utilizar para enfrentar crises coletivamente. Putnam sugere que o capital social não só beneficia aqueles diretamente envolvidos em redes de apoio mútuo, como também tem um efeito positivo sobre a sociedade.

Outro fator abordado, de forma livre, após o direcionamento das perguntas, foi sobre a importância da educação para as crianças da ocupação. Apesar dos obstáculos, a determinação em garantir acesso à educação sobressai como um ato de resistência, sublinhando a crença num futuro em que a dignidade e a oportunidade não sejam tão elusivas. Essa crença, como afirma Zeneratti (2019), se fundamenta na educação como um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, que reconheça e respeite a diversidade e a pluralidade dos sujeitos e dos territórios, e que possibilite aos movimentos de luta pela terra e pela moradia a compreensão da realidade e a formulação de propostas alternativas de desenvolvimento rural e urbano. Essa educação, como propõe Paulo Freire (1987), é um ato de amor, de coragem e de política, que não pode temer o debate, a análise da realidade e a discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

A entrevista ilumina as diversas camadas de experiência vividas pelos ocupantes, desde a dor das desocupações forçadas até a luta diária por recursos básicos, moldando uma narrativa que, embora marcada pela adversidade, é também repleta de aspirações por um amanhã melhor. As palavras de Sandra e Daniela, entrelaçadas com momentos de dificuldade e solidariedade, tecem uma história que é tanto pessoal quanto coletiva, destacando a ocupação como um espaço “*transmoradia*”, um espaço de compartilhamento.

Sandra compartilha uma observação que ressoa com uma mistura de resignação e esperança: "A vida aqui é um eterno começar de novo. A gente perde, reconstrói, ajuda e é ajudado. É assim que a gente vai vivendo." Esta fala retrata a realidade cíclica de perdas e recomeços na ocupação. Além disso, retorna a fala sobre os desafios de manter a normalidade em meio à adversidade, especialmente no que diz respeito à educação das crianças da ocupação. Ela menciona, "Cada um aqui sabe a importância de manter as crianças na escola, de dar a elas um futuro que a gente mesmo luta para construir." Esta fala sublinha a prioridade dada à educação, vista como um caminho para um futuro melhor, apesar das incertezas do presente.

4. A PANDEMIA DE COVID-19 E SUAS IMPLICAÇÕES

A pandemia de COVID-19 representou um ponto de inflexão global, afetando violentamente as estruturas socioeconômicas, políticas e de saúde de sociedades em todo o mundo. No contexto específico na área de posse que estamos estudando, este evento sem precedentes acabou revelando as vulnerabilidades existentes. Neste capítulo, propomos entender como a pandemia influenciou as dinâmicas de ocupação, não com o intuito de focalizar a crise sanitária *per se*, mas para entender suas implicações na questão habitacional durante este período e cujos efeitos persistem até os dias atuais.

São múltiplas as lentes através das quais podemos observar esta questão. Segundo Davis (2006), as crises globais tendem a acentuar as desigualdades urbanas, servindo como catalisadoras de mudanças sociais e espaciais nas cidades. Neste sentido, a pandemia de COVID-19 destacou a fragilidade das condições de vida de populações em áreas de ocupação, e impulsionou a reivindicação por direitos habitacionais (Harvey, 2012). Lefebvre (1991) também se faz particularmente pertinente aqui, ao argumentar que o espaço urbano é um bem comum, cujo acesso é indispensável para a realização plena da cidadania.

A ocupação Reflexo do Amanhã, surgida em meio à crise sanitária global, exemplifica a interseção entre a emergência habitacional e os desafios impostos pela pandemia. A observação deste caso nos permite discutir as respostas adotadas pela comunidade e pelas autoridades locais, além das soluções de longo prazo para a questão da habitação em contextos de crise. A abordagem deste assunto em meio à pesquisa busca contribuir para o debate acadêmico ao explorar como teorias de ocupação de terras e habitação podem ser aplicadas e entendidas no contexto extraordinário da pandemia de COVID-19, seguindo a perspectiva de autores como Marcuse (2009), que discute a urgência de políticas habitacionais em momentos de crise.

O sociólogo alemão Ulrich Beck desenvolveu o conceito de sociedade de risco que provavelmente é muito atual neste momento emergencial de pandemia. Beck (2011) destaca quatro pressupostos essenciais em sua análise: primeiro, os riscos são globais, pois são sentidos por todos, porém sua intensidade é diferente entre as classes sociais e os lugares; segundo a distribuição dos riscos bem como sua intensidade dependem da estrutura social; terceiro, a

dimensão dos riscos depende de sua associação a crise ambiental e, por último, a própria inovação científica e tecnológica pode amplificar os riscos em escala global.

Apesar do Brasil ter ou estar incluído nesta sociedade de risco global, tem os seus aspectos de riscos potencializados por conta de sua própria estrutura social, enfrentando o racismo, a inacessibilidade dos pobres à classe média e aos seus bens, incluindo nestes a moradia, além, é claro, do desemprego e dos subempregos cristalizarem uma dura realidade de baixíssimo poder de compra de uma enorme parcela da população.

Segundo Santos, De Marco e Möller (2021), baseados em Artemisia (2019):

A moradia inadequada e precária influencia e impacta negativamente, gerando consequências, como marginalização geográfica, déficit em serviços básicos (saúde, educação, transporte), acesso limitado a terra e propriedade, vulnerabilidade à violência, incidência de doenças e poluição de áreas de preservação ambiental em decorrência das ocupações irregulares. Assim, mesmo que as cidades guardem a maior parte das oportunidades de emprego, saúde e educação, seu custo de vida é mais alto, o que compromete o custo da moradia, afetando, principalmente, os grupos mais vulneráveis.

Se tais observações, comprovadamente reais, já impactam profundamente a sociedade e seus direitos, qual não será o efeito exponencial da falta de moradia, majorada pelas desocupações no período pandêmico?

4.1. Impactos da Pandemia nas Condições de Vida na Ocupação

A pandemia de COVID-19, surgindo no final de 2019 e se espalhando globalmente em 2020, representou uma ruptura sem precedentes nas estruturas sociais, econômicas e de saúde pública em todo o mundo. Este evento catastrófico desafiou os sistemas de saúde globalmente e destacou as desigualdades sociais e econômicas já existentes, colocando em evidência as fragilidades de nossas configurações urbanas e habitacionais. Em meio a esta crise, surgiram inúmeras respostas comunitárias e sociais às adversidades, como a ocupação objeto de nosso estudo.

Em conversa com os coordenadores da ocupação, reservamos parte da entrevista para situar os enfrentamentos dos moradores diante da crise que galopava naquele momento.

Nós entramos aqui dia 20 do oito de 2020. No meio da pandemia. Morreu gente. Entendeu? Esse negócio de pandemia. Morreu... Tinha pessoas que eram daqui que morreu (*sic*). E passamos um perrengue aqui, tá? (Marcelo)

Aqui, quando a gente *começamos* (*sic*), tinha mais de 300 pessoas. Eu tinha um vídeo, só que meu celular estragou, perdi tudo. Você via aquele monte de gente passando, parecia até formigueiro. E aqui não tinha barracão³⁴. A gente... Eu ficava, né? Ele ficava por conta de encaminhar as pessoas e eu ficava aqui, debaixo de um pé de goiaba. (Bruna)

Originada durante a pandemia, esta comunidade simboliza um estudo de caso relevante para compreender os impactos da crise sanitária, especialmente em contextos de vulnerabilidade habitacional. A chegada da pandemia de Covid-19 trouxe consigo uma série de desafios agudos para os moradores. As medidas de contenção necessárias, como o isolamento social, foram particularmente difíceis de implementar devido à falta de infraestrutura adequada. “Na época do Covid, a gente penduramos (*sic*) um vidro de álcool ali, pra todo mundo tá passando, mas não adiantou muito não” (Bruna). A própria questão da água para higiene intensa já era uma dificuldade primária.

Em meio à pandemia, comunidades em situações de vulnerabilidade social, como as ocupações populares, enfrentaram dificuldades particulares na implementação de medidas de prevenção e controle do vírus. A tentativa dessas comunidades de aderir às recomendações de saúde pública, exemplificada pela iniciativa de disponibilizar vidros de álcool para higienização das mãos, reflete a tentativa de proteger seus moradores. Contudo, a eficácia dessas medidas foi limitada, deixando explícitas as complicações inerentes ao combate de uma crise sanitária em contextos de precariedade.

Este cenário se identifica com a discussão de Harvey, se notarmos o destaque que o autor concede à importância de um ambiente urbano que atenda às necessidades de todos os seus habitantes, especialmente em tempos de crise. A pandemia evidenciou as desigualdades estruturais que limitam o acesso a recursos de saúde e higiene para populações marginalizadas, uma acusação à falha em reconhecer plenamente o 'direito à cidade' para todos (Harvey, 2008).

Além disso, Lefebvre (1968) traz uma análise sobre o direito ao espaço urbano que sugere que a vivência e o uso da cidade devem ser direitos de todos os seus habitantes, não apenas de uma elite econômica. A precariedade habitacional e a densidade populacional em ocupações populares complicam ainda mais a implementação de medidas de saúde pública

³⁴ Barracão — referência a um barraco onde se concentram algumas atividades comuns aos moradores. Funciona como uma “sede” da ocupação. No momento de nossas visitas, era onde ficava a única geladeira para atender todas as famílias. Ali são feitas as reuniões, assembleias, distribuição de cestas básicas e demais doações.

eficazes, um dilema que ressalta a urgência de políticas habitacionais e de saúde pública que contemplem as necessidades dessas comunidades. No Reflexo do Amanhã não era diferente, principalmente por ser uma ocupação nova, “engatinhando” em suas estruturas.

As dificuldades enfrentadas pelas ocupações populares em adotar medidas preventivas adequadas destacam a necessidade de abordagens universais e inclusivas em saúde pública, que considerem as questões sociais e espaciais das comunidades vulneráveis (Davis, 2006; Farmer, 2005). Essa situação pode grifar a importância de integrar políticas de habitação, saúde e planejamento urbano de maneira a garantir que o direito à saúde e à cidade seja acessível a todos, independentemente de sua condição socioeconômica, quiçá com uma dedicação até maior aos mais vulneráveis, pois eles não têm mais ninguém com quem contar.

Os obstáculos enfrentados pelas ocupações populares na pandemia são múltiplos, incluindo densidade populacional elevada, acesso restrito a serviços básicos de saúde, dificuldades econômicas que obrigam os moradores a continuarem trabalhando presencialmente, e uma infraestrutura inadequada para a quarentena. Tais condições evidenciam a vulnerabilidade dessas comunidades ao vírus, limitando a efetividade de intervenções sanitárias pontuais. Além disso, a dificuldade para concretizar os cadastros que gerariam auxílio nos programas emergenciais das políticas públicas que seriam adotadas é bem mais sensível nessas comunidades. Não há internet disponível e com velocidade, faltam documentos comprobatórios e instruções suficientes para o acesso ser materializado.

Mike Davis, sobre as desigualdades ampliadas por crises sanitárias globais, oferece uma perspectiva relevante para entender essas dinâmicas. Em suas obras, Davis discute como pandemias multiplicam as desigualdades sociais e econômicas das comunidades, afetando desproporcionalmente as populações mais pobres e marginalizadas.

Esta análise ressoa com os trabalhos de Paul Farmer (2003), que argumenta que as desigualdades de saúde são frequentemente um resultado de estruturas de poder desiguais, onde 'geografias de exclusão' limitam o acesso aos serviços de saúde para as populações marginalizadas. Além disso, a teoria da vulnerabilidade social, como explorada por Susan Cutter (2006), sugere que a vulnerabilidade das populações é mais que o resultado de sua exposição a riscos, é também a sua capacidade de responder e se recuperar de desastres.

Para entender melhor essas relações plenas da pandemia e suas consequências nas áreas de ocupação, além de Davis, a leitura de outros acadêmicos que enfatizam a importância de

uma abordagem multidisciplinar nos ajudou a entender os impactos das crises sanitárias. A ênfase na 'saúde global' como um campo que atravessa fronteiras geográficas e disciplinares (Farmer, 2003; Kleinman, 1995) traz uma enfática defesa de que a luta contra pandemias requer colaboração internacional e políticas que transcendam a saúde pública, incorporando considerações de justiça social e econômica.

Stiglitz (2002) argumenta que as crises econômicas têm o potencial de desvendar as falhas estruturais nas políticas públicas, ressaltando a necessidade de intervenções governamentais que promovam a inclusão social e econômica. No contexto da ocupação estudada, a crise da COVID-19 destacou a fragilidade econômica dos moradores e a ausência de suporte institucional capaz de mitigar os impactos da pandemia. A perda de empregos e a consequente diminuição da renda familiar se tornaram desafios onipresentes, afetando a capacidade dos moradores de atender às suas necessidades básicas e agravando a insegurança alimentar na comunidade.

Polanyi (2000), por sua vez, oferece uma perspectiva analítica valiosa ao declarar que as economias são inseparáveis dos contextos sociais e institucionais em que estão imersas. A experiência da comunidade em foco ilustra vividamente essa interdependência, demonstrando como a vulnerabilidade econômica é intensificada por condições habitacionais precárias e pela falta de acesso a redes de segurança social. Neste conjunto analítico, a pandemia serviu como um catalisador que piorou as desigualdades pré-existentes, sublinhando a urgência de políticas habitacionais e econômicas que reconheçam e abordem as necessidades das comunidades mais afetadas. Em uma das entrevistas, foi possível destacar: “Teve pessoa aí que passou muita dificuldade, aqui a gente mesmo passou muita dificuldade. Porque você tá acostumado a viver de uma maneira, você tem que se adaptar a viver de outra, já muda né. Faltou muito serviço (Fabiano)”.

A pandemia de COVID-19, ao escancarar as desigualdades sociais e econômicas preexistentes, encontra uma avaliação na obra de Thomas Piketty, particularmente no que tange à questão do acesso à moradia digna. Piketty, um dos economistas mais influentes da atualidade, dedicou-se ao estudo da desigualdade econômica em sua obra *Capital no Século XXI* (2014), onde argumenta que a concentração de riqueza e o aumento da desigualdade são tendências intrínsecas ao capitalismo quando a taxa de retorno do capital excede a taxa de crescimento econômico. Esta perspectiva é basilar para entender como a crise sanitária global multiplicou

as disparidades econômicas, afetando de maneira desproporcional as comunidades mais vulneráveis, especialmente em relação ao acesso à moradia.

Piketty (2014) destaca que a desigualdade não é apenas uma questão econômica, mas enraizada nas estruturas políticas e sociais que favorecem a acumulação de riqueza nas mãos de poucos em detrimento da maioria. A pandemia amplificou esse cenário, revelando como as políticas neoliberais de austeridade, privatização e desinvestimento nos serviços públicos têm minado a capacidade das sociedades de responder coletivamente a crises, deixando as populações mais pobres e vulneráveis em situações de extrema precariedade.

Em *Capital e Ideologia* (2020), Piketty vai além e propõe uma apreciação mais abrangente das ideologias que sustentam a desigualdade econômica e social, argumentando pela necessidade de um novo modelo que promova uma maior justiça social e econômica. A pandemia, nesse sentido, serve como um ponto de inflexão, expondo a urgência de repensar as estruturas econômicas e sociais que perpetuam a desigualdade e impedem o acesso universal a direitos básicos como moradia digna. Reflete-se nas falas:

“Tem pessoas que perderam a vida aí fora, nesse tempo de pandemia, essas coisas aí, porque não conseguiram se alimentar, as coisas estavam difícil realmente.”
(Augusto)

“Até o jeito de se alimentar atrapalhou muito as pessoas, isso aí trouxe muito transtorno pra mente das pessoas. Tem pessoas que, de repente, tá em depressão até hoje com esses negócios, não conseguiu se recuperar até hoje, perdemos pessoas aqui dentro.” (Fabiano)

A saúde mental e o bem-estar em contextos de vulnerabilidade, especialmente sob as condições exacerbadas por crises como a pandemia de COVID-19, constituem um campo de estudo crítico. O suporte social aparece como um elemento central na mitigação dos impactos psicológicos adversos em tais contextos, conforme explorado por Kawachi e Berkman (2001). Eles afirmam que as redes de apoio social funcionam como amortecedores contra o estresse e os transtornos mentais, ressaltando a importância dessas redes no fomento da resiliência psicológica e na promoção da saúde mental.

Além disso, a OMS — Organização Mundial da Saúde (2014) sublinha a gravidade dos impactos das emergências humanitárias na saúde mental, apontando para a necessidade urgente de integrar serviços de saúde mental e apoio psicossocial nas respostas a crises. A OMS (2014) argumenta que intervenções psicossociais e de saúde mental devem ser partes integrantes da

assistência humanitária, dada a sua importância para a recuperação e o bem-estar a longo prazo das populações afetadas.

No contexto do nosso estudo, essas teorias fornecem uma lente analítica valiosa para investigar como a pandemia afetou a saúde mental e o bem-estar dos moradores. A interrupção das atividades econômicas, o acesso restrito a serviços básicos de saúde e a insegurança habitacional emergem como desafios materiais, como fontes de estresse psicológico e emocional (Kawachi & Berkman, 2001; OMS, 2014). Neste cenário, o Estado de bem-estar social, conforme discutido por Gough & Wood (2004), tem a responsabilidade de intervir de maneira efetiva para assegurar a proteção e promoção dos direitos fundamentais, implementando políticas que abordem as necessidades de saúde, moradia e suporte econômico da população afetada.

Portanto, a análise das respostas das políticas públicas à pandemia, iluminada pelos trabalhos de Gough & Wood (2004), e Harvey (2005), destacam a necessidade de abordagens políticas que não somente aliviem os impactos imediatos da crise sanitária, mas que também promovam a equidade e justiça social a longo prazo.

4.2 Remoções Forçadas

“Às vezes uma espinheira pode ser sua salvação, né? Em alguma situação ela machuca, mas em algumas situações também ajuda, porque quem ajudou nós bem aqui, também, foi própria pandemia, porque segurou um pouco, né?” (Brenoo)

A fala do morador da ocupação exibe uma profunda compreensão da natureza ambivalente das crises. Descrevendo a pandemia como "espinheira", ele captura a essência dual das adversidades: enquanto em certos momentos causam dor e sofrimento, em outros, paradoxalmente, tornam-se fontes inesperadas de salvação. Esta metáfora articula a experiência vivida por aqueles na ocupação, pois serve como um ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre os impactos da crise na política habitacional.

Henri Lefebvre, em sua obra *O Direito à Cidade* (1968), já antecipava a crítica à mercantilização do espaço urbano e à marginalização de vastos segmentos da população, uma verificação que se mostra cada vez mais pertinente no contexto das desocupações contemporâneas. As desocupações não são apenas eventos isolados de remoção; elas desencadeiam uma série de consequências, incluindo a desestruturação de comunidades, o agravamento da vulnerabilidade social e a erosão dos laços sociais e do sentimento de pertencimento.

A pandemia destacou o paradoxo inerente às políticas de desocupação: de um lado, a urgência de manter as populações em segurança e em isolamento para conter a disseminação do vírus; de outro, a continuidade de práticas de desocupação que desalojam indivíduos e famílias, expondo-os a riscos ainda maiores e contrariando as diretrizes de saúde pública.

O direito à moradia consta expresso em diversos diplomas internacionais, tais como o art. 25.1, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 11.1 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Resolução n. 4 da ONU, entre outros. A Constituição Federal do Brasil de 1988 assegura aos cidadãos uma gama de direitos sociais fundamentais, estipulados no artigo 6º, destacando a importância de proteger o bem-estar da população. Contudo, durante o período crítico da pandemia de Covid-19, observou-se uma falha notável por parte do Poder Público em cumprir com essas garantias. De forma preocupante, o governo e, de modo mais específico, o Judiciário, ignoraram frequentemente esses preceitos constitucionais. Autorizaram despejos sob a justificativa de proteção ao direito de propriedade, desconsiderando a necessidade de uma interpretação constitucional que considerasse a função social da propriedade. Essa abordagem resultou, na maioria dos casos, em remoções forçadas de pessoas de suas moradias, demonstrando que as vulnerabilidades já existiam entre as populações de baixa renda, especialmente aquelas residindo em áreas irregulares.

“Nós “tava” todo mundo ali, já tinha nossos barracos ali. Aí, de repente, chego (*sic*) as polícias. Aí encheu de polícia. Aí veio o conselho também. Aí tirou a gente tudo. Nem podia tirar nossas coisas ali não. Aí já entrou com trator, quebrando tudo.”

A narrativa, apresentada pelo filho de Sandra, relata o trauma de sua família que foi afetada pela desocupação forçada durante a pandemia, especificamente na virada de 2020 para 2021. Um dia, sem aviso prévio, a polícia chegou ao local, acompanhada de tratores e, sem permitir que os moradores retirassem seus pertences, iniciou a demolição das estruturas

improvisadas. Os membros da família descrevem a perda de todos os seus bens: colchões, panelas, roupas, calçados, fogões e camas. Tudo foi destruído ou inacessível devido à ação policial rápida e impiedosa.

Aí nós fez nosso barraco. Tinha aqui, ó. Uns fez até com... botou janela de vidro. Fez... ficou lindo. Lindo. Aí veio o trator... Já chegou, nós tava aqui. Já chegaram já metendo o pé na porta. Era arma, era muita polícia. Muita. Aí uns deu até tiro também. Pegou na telha do outro morador também. Aí veio com o trator. O trator mesmo que fez a rua para nós, é o trator que eles mandaram. Aí quebrou tudinho. Meteram fogo em tudo. Queimou tudo. Nós perdemos tudo. (Daniela)

Após essa devastadora perda, a família tentou reconstruir suas vidas em outro local próximo, mas logo enfrentaram uma situação similar de despejo e destruição. Eles relatam ter se mudado para um morro, onde, apesar de seus esforços para estabelecer novos lares, a polícia novamente interveio, destruindo suas construções e até mesmo utilizando fogo.

Aí depois foi para aquele morro lá. Naquela “*arvrinha*”(sic) que tá lá (aponta em direção a uma pequena árvore no meio do morro). A gente “fomos” para lá. Só que a polícia também foi e botou fogo também nos barraquinhos. Aí nós veio para cá. (Daniela)

Nessa jornada de perdas repetidas, a família encontrou um novo local, o Reflexo do Amanhã, um lugar que parecia diferente e mais seguro. Este novo ambiente oferecia um contraste com as experiências anteriores de despejo e destruição, sugerindo um sinal de esperança e estabilidade. Contudo, a narrativa não esconde a amargura e o trauma vividos. Os entrevistados expressam a sensação de injustiça, destacando a falta de compaixão ou de assistência das autoridades durante os despejos.

A discussão jurídica, até então fragmentada, evidenciava a necessidade de um alinhamento quanto ao tratamento dos despejos forçados. A situação exigia uma abordagem que considerasse a pandemia como uma catástrofe humanitária de proporções sem precedentes, especialmente em um país severamente afetado, liderando estatísticas globais de mortalidade relacionadas à Covid-19. Nesse contexto de urgência humanitária, em abril de 2021, surgiu um marco legal potencialmente transformador: a Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n.º 828³⁵, proposta ao Supremo Tribunal Federal (STF). Esta ação visava

³⁵ Em parte da decisão do Ministro Luiz Roberto Barroso, destacamos: “Estão presentes os requisitos de admissibilidade do pedido. De um lado, resta verificada a lesão e a ameaça de lesão dos preceitos fundamentais à

suspender nacionalmente quaisquer remoções, desocupações, reintegrações de posse ou despejos, enquanto persistisse a crise sanitária. A iniciativa buscou ancorar-se no princípio de que a execução de remoções forçadas durante tal crise violaria direitos fundamentais, atingindo desproporcionalmente as populações de baixa renda e potencializando as condições de vulnerabilidade social.

O pleito contido na ADPF n.º 828 representava um esforço para preservar a dignidade humana e proteger os direitos fundamentais ameaçados pela crise sanitária. Ao propor a suspensão de atos que poderiam resultar em remoções forçadas, a ação destacava-se como um contraponto essencial à violação de preceitos fundamentais, sublinhando a necessidade de uma interpretação constitucional que harmonizasse os direitos à propriedade com a sua função social. Todavia, a prática de despejos forçados persistiu, desconsiderando o contexto de grave crise de saúde pública. Essa continuidade nas ações de desalojamento ocorreu apesar das claras diretrizes legais, demonstrando uma desconexão preocupante entre as medidas de proteção propostas e sua implementação prática.

Um exemplo de descumprimento da ADPF ocorreu em maio de 2021. Numa quinta-feira, especificamente no dia 27³⁶, um significativo contingente das forças de segurança pública se fez presente para executar uma operação de grande envergadura: a desocupação da Ocupação da Paz. A ação de reintegração de posse foi desencadeada sob as ordens da juíza Flávia de Melo Balieiro Diniz, da 3ª Vara Cível de Barra Mansa, atendendo ao pedido formulado pela MAPE Incorporações e Empreendimentos, a entidade que atualmente detém a propriedade do terreno outrora ocupado pela fábrica da Cimento Tupi³⁷. A tenente-coronel Andréia Campos, à frente do batalhão da Cidade do Aço, revelou que a operação contou com a participação de 150 policiais militares, com reforços vindos do 28º BPM, 33º BPM (Angra dos Reis), 10º BPM (Barra do Pirai) e 37º BPM (Resende).³⁸

saúde, à moradia, à dignidade e à vida humana (arts. 1º, III; 5º, caput e XI; 6º e 196, CF). De outro lado, o requisito da subsidiariedade também está atendido, tendo em vista que não há outro instrumento adequado a sanar a violação a direitos fundamentais de maneira ampla e uniforme no país, com efeitos gerais e vinculantes. O controle difuso de constitucionalidade não seria capaz de conter com a mesma eficácia a lesão ou ameaça de lesão. O pedido cautelar formulado, na parte em que requer a suspensão dos processos, procedimentos e medidas judiciais que resultem em despejos, desocupações ou remoções, por sua vez, é autorizado pelo art. 5º, § 3º, da Lei n.º 9.882/1999.”

³⁶ <https://odia.ig.com.br/volta-redonda/2021/05/6154574-reintegracao-de-posse-acontece-em-area-na-divisa-entre-volta-redonda-e-barra-mansa.html>

³⁷ “A MAPE é uma incorporadora que está em nome da Tupi. Ela está até nas contas da massa falida da Tupi. E eles prestavam serviço para ela”

³⁸ Conforme os jornais noticiaram na época, a parecer uma grande empreitada do poder público, aliança entre Prefeitura, Polícia Militar e Justiça. Note-se que até mesmo a notícia veiculada em um jornal local colocou em sua

O Defensor Público do Segundo Núcleo de Tutela Coletiva Regional, João Hélvecio de Carvalho, esteve presente em todas as fases da desocupação, acompanhando de perto os desdobramentos. A posição defendida pelo órgão é de que a ação de reintegração de posse, realizada durante um período crítico marcado pelo estado de calamidade e emergência em saúde pública, contraria as diretrizes e recomendações de órgãos públicos nacionais e internacionais. Estas instituições têm como objetivo principal mitigar a propagação do vírus e evitar o sobrecarregamento do já frágil Sistema Único de Saúde. Lideranças do movimento estimam que o assentamento abrigava um total de mais de três mil indivíduos, todos agora enfrentando um futuro incerto após a abrupta desocupação. A estimativa da mídia na época dava conta de 880 famílias.

Harvey, em seus trabalhos *Direito à Cidade* (2014) e *a Acumulação por Desposseção* (2004), oferece a análise de como o capitalismo contemporâneo frequentemente opera através da reconfiguração do espaço urbano, incluindo processos de desocupação e gentrificação. A acumulação por desposseção pavimentaria o caminho para novas formas de acumulação de capital que se alimentam da produção de espaços urbanos para aqueles com poder de compra, ao mesmo tempo, em que deslocam grandes contingentes daqueles que não têm (Harvey, 2004). Harvey argumenta que o capital busca constantemente novas fronteiras para a acumulação, o que pode envolver a transformação de áreas urbanas e a expulsão de populações de baixa renda, frequentemente com o apoio ou a conivência do Estado e suas forças de segurança.

Nesta esteira, Loïc Wacquant, em seus estudos sobre marginalidade urbana e o papel do Estado Penal, traz apontamentos pertinentes e significativos para entendermos a dinâmica a seguir. Wacquant (2008) discute como o Estado, em colaboração com interesses privados, emprega estratégias de criminalização e policiamento para gerenciar populações urbanas marginalizadas, onde se infere que a repressão a movimentos sociais ou a resistência contra desocupações está incluída neste movimento.

Saskia Sassen, com sua visão da cidade global (1998) e a expulsão de populações vulneráveis do espaço urbano central, também fornece um quadro teórico útil para ajudar a entender essas dinâmicas. Para ela, as cidades globais concentram tanto a direção quanto a capacidade de servir a economia global, mas, ao fazê-lo, criam novas formas de segregação

reportagem, intencionalmente ou ato falho, a seguinte descrição: “Terras particulares e **improdutivas** (grifo nosso) que a Justiça determinou a reintegração” (Jornal Sul Fluminense on Line de 27 de maio de 2021)

social e espacial. Sassen argumenta que a reestruturação global da economia e o papel das cidades como centros de comando financeiro e administrativo levam a uma pressão intensificada sobre o espaço urbano, resultando em conflitos em torno do direito à habitação e à cidade, questionando as implicações éticas e sociais das alianças que circundam esses conflitos para a democracia e a justiça social em tempos de crise.

Identificando esta discussão teórica com os fatos, cabe aqui as narrativas que se seguem. A narrativa, a respeito de eventos ocorridos no final de 2021, revela uma luta tensa e desigual entre os moradores da ocupação e forças externas, incluindo empresas de segurança privada e indivíduos com conexões policiais, todos operando sob a égide de interesses corporativos. A trama se desenrola em torno da figura de Marcos, um policial do Rio de Janeiro, que, fora de seu papel oficial, emerge como um empresário influente em Volta Redonda.

Um dos ocupantes, Sérgio, descreve a chegada intimidadora de Marcos e seus associados: "Porque tinha um policial, extrajudicialmente, que vieram tirar a gente daqui. Até dono de empresa, entendeu. A mando da Tupi". Esta fala inicial já estabelece o tom conflitivo da situação, indicando ações fora do âmbito judicial empregadas para desocupar a terra reivindicada pela empresa Tupi, através da MAPE, uma incorporadora atrelada à mesma.

Sérgio prossegue, elucidando o envolvimento direto de Marcos: "O cara que veio aqui é o tal de Marcos. Ele é policial de um batalhão no Rio de Janeiro. Só que aqui em Volta Redonda ele é um megaempresário". A menção ao duplo papel de Marcos destaca a mistura preocupante de autoridade policial com interesses empresariais privados, sugerindo uma confluência de poderes que desafia a ética e a legalidade. A situação ganha contornos ainda mais complexos quando Sérgio conta a respeito das tentativas de Marcos de mascarar sua identidade e propósitos: "Porque o cara é estranho. Ele se apresenta como advogado da empresa. Só que a gente tentava tirar a foto e ele sempre se escondia". Esta estratégia de ocultação por parte de Marcos intensifica as suspeitas dos ocupantes, que se veem compelidos a investigar e expor as verdadeiras intenções por trás da operação de desocupação.

O relato detalha um cenário em que os moradores, ao descobrirem as verdadeiras intenções dos envolvidos na operação de desocupação, adotaram técnicas de resistência. Eles utilizaram táticas de procrastinação, como conceder a impressão de que estavam cumprindo com o prazo de desocupação, enquanto, na verdade buscavam ganhar tempo para desvendar a identidade dos seus opositores e planejar sua defesa.

Informante 1: Aqui, qual que é a regra número um, quando a gente está tocando aqui a ocupação, quando acontece uma dessa? É enrolar para a gente ver qual é.

Informante 2: Eles deram quinze dias para a gente, né? Fizemos o teatro todo.

Informante 1: Fomos lá, todo dia nós ia, botava barreira, entendeu? E aí “já saíram?” “Não, não. Tem muita família aqui, muita coisa para a gente tirar”

A comunidade, percebendo a gravidade da ameaça, adota táticas de resistência e procura apoio externo: "Aí a gente descobriu quem era ele. Acionamos a corregedoria, *pra* ele e para o sócio dele também, um ex-PM aí".

A decisão de recorrer à corregedoria manifesta um esforço para buscar justiça e proteção contra as ações arbitrárias e potencialmente ilegais de Marcos e seus aliados. A narrativa culmina na intervenção da corregedoria, que parece oferecer um breve respiro aos ocupantes: "Mas em resumo... depois que o corregedor veio aqui. E aí a gente conseguiu se livrar deles, né?". Durante a conversa, relataram ainda outra tentativa de reintegração de posse.

A tentativa que ocorreu na transição de 2021 para 2022, oferece uma perspectiva profunda e pessoal sobre os desafios enfrentados pela comunidade que se mobilizou contra uma ordem de reintegração de posse percebida como uma ação precipitada e obsessiva por parte da autoridade judicial local. Marcelo expressa sua percepção da situação com veemência: "eles [juizado] tem obsessão pra tirar nós daqui. Uma obsessão. A ocupação de lá e aqui... uma obsessão tremenda".

A descrição de como a comunidade tomou conhecimento da reintegração na véspera de sua execução montou um cenário de urgência e a necessidade de mobilização rápida: "E cara... ninguém acredita quando nós 'conta' a história daquela reintegração lá, porque nós descobrimos a reintegração na noite anterior, o defensor público, nenhum dos advogados foi avisado". Relembrando do fato, Bruna relata: “Nossa, eu nunca liguei tanto para esse homem de madrugada igual eu liguei aquele dia”, se referindo a ausência de Marcelo na comunidade e que soube da ação policial através da “rádio peão”. Bruna, que havia dado à luz há pouco tempo se colocou na posição de guardião da ocupação, vigiando madrugada adentro cada ação da polícia, que atacava a Ocupação da Paz.

“É... na noite anterior, a gente conseguiu segurar eles. Foi uma confusão. Caiu bomba lá em cima. A gente devia segurar lá em cima [para evitar que chegasse até aqui]. A gente só escutava os barulhos aqui de baixo.” (Bruna)

“E aí, nessa batalha aí, a gente segurou até a hora do almoço. Eles instalaram um postinho da PM. Sabe aquele postinho móvel? Aí eles instalaram um posto da PM no alto, no cume daquele morro, lá. Um postinho daquele móvel, e tal, para tirar as pessoas de lá e ficarem instaladas a polícia lá, para não voltar.” (Breno)

“Estava em São Paulo, voltei de madrugada na chuva pra cá. Já chegamos de manhã, já começou a chamar advogado, não tinha nenhum advogado na cidade. Advogado que acompanhava a gente. Nenhum tava na cidade. Porque já era finalzinho de ano. Era véspera do recesso judiciário. Que exatamente, que se tirasse nós daqui [não teria como] a gente entrar com recurso.” (Marcelo)

As ações adotadas pela comunidade, conforme detalhado, reflete uma compreensão astuta das exigências legais e procedimentais associadas a uma reintegração de posse: “É a gente pegar e exigir tudo que tem que ter numa reintegração: bombeiro, ambulância, assistente social, tudo. Eles mandaram tudo de Barra Mansa. Não era nenhum de Volta Redonda”.

Marcelo prossegue descrevendo: “A gente conseguiu fazer a oficial desistir da reintegração, né. Aí ela ligou para a juíza, e a juíza fala com ela, 'é para tirar eles daí. Hoje! É uma ordem'. A juíza tava obcecada pra tirar a gente daqui”. A intervenção de autoridades superiores destaca a pressão sistemática enfrentada pela ocupação e papel dos advogados na luta é enfatizado quando Marcelo detalha como uma brecha legal temporariamente deteve a reintegração: “Mas aí, mano, os advogados acharam uma brecha, que eles não tinham comunicado o defensor, tinham um erro no processo Foram subindo, subindo. Sei lá como é que foi, chegou lá o desembargador. O desembargador que ligou para ela (juíza) falando, 'ó, o negócio tá ficando feio pra você, entendeu? É melhor você cancelar a reintegração, que já tá dando mídia”.

Apesar dos fortes relatos e dos descumprimentos legais por parte dos proprietários (e dos juizados), os moradores ainda veem o período como uma espinheira, conforme a fala que inaugura o presente tópico.

A pandemia de COVID-19, com seu impacto abrangente nas esferas da saúde, economia e sociedade, impôs desafios sem precedentes, especialmente no que tange à questão habitacional. Em resposta à crise, diversos países implementaram leis e medidas destinadas a prevenir despejos e desocupações, reconhecendo a moradia como um bem essencial, como um direito humano fundamental. Este reconhecimento é ecoado nas obras de autores como Mike Davis, que em Planeta de Favelas (2006), destaca a crescente precarização da habitação nas

periferias urbanas globais e a necessidade de políticas habitacionais que priorizem a dignidade humana e a justiça social.

As medidas adotadas variaram em escopo e intensidade, incluindo moratórias temporárias em despejos, subsídios para aluguel e a proibição de cortes de serviços básicos. No entanto, a eficácia dessas medidas tem sido objeto de debate, levantando questões sobre sua sustentabilidade a longo prazo e a capacidade de atender às necessidades habitacionais.

A avaliação da eficácia dessas políticas revela uma dualidade: por um lado, elas forneceram alívio imediato para muitos indivíduos e famílias, prevenindo despejos em massa e mitigando os impactos sociais da pandemia. Por outro lado, as limitações dessas medidas emergenciais tornam-se evidentes na sua natureza temporária e na falta de estratégias de longo prazo para abordar o déficit habitacional crônico e as desigualdades estruturais subjacentes. A análise de Saskia Sassen, particularmente em "Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy" (2014), ilumina a maneira pela qual as dinâmicas de exclusão e deslocamento são maiores e mais visíveis em tempos de crise, apontando para a necessidade de reformas habitacionais que transcendam soluções temporárias.

Meditar sobre as medidas emergenciais adotadas durante a pandemia conduz ao reconhecimento da moradia como direito fundamental, mas também sublinha a urgência de políticas habitacionais mais robustas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reafirmação do problema de pesquisa em um estudo acadêmico, especialmente aquele que se debruça sobre a complexidade das ocupações urbanas em contextos industriais como Volta Redonda, demanda uma exploração detalhada que transcende a superfície dos fenômenos observados. Este enfoque se ancora na compreensão de que as ocupações urbanas não são meramente situações emergenciais de habitação, mas sim manifestações de desigualdades sociais e econômicas, que se entrelaçam com a história industrial da região e com as políticas implementadas ao longo do tempo.

Ao investigar Volta Redonda, uma cidade com raízes na industrialização brasileira, o estudo se propôs a desvendar como as comunidades enfrentam e se adaptam a um cenário urbano que frequentemente as marginaliza. A resiliência social, neste contexto, é compreendida não apenas como a capacidade de resistir, mas também de criar e sustentar formas de vida dignas frente às adversidades impostas por um modelo de desenvolvimento urbano que pouco considera as necessidades e direitos das camadas mais vulneráveis da população.

O problema de pesquisa, portanto, situou-se na interseção entre a sociologia urbana e as políticas habitacionais, buscando elucidar como as práticas de ocupação urbana e de resiliência social, ou seja, a capacidade dos grupos de se recuperarem de situações difíceis, podem informar e transformar o planejamento e a implementação de políticas mais justas.

Para desenvolver uma síntese dos principais achados da pesquisa sobre as ocupações urbanas e a resiliência social em Volta Redonda, foi necessário destacar os resultados obtidos através da análise dos dados coletados, tanto quantitativos quanto qualitativos. Este segmento deve encapsular as descobertas centrais que emergiram do estudo, refletindo sobre as contribuições para o campo da sociologia urbana e políticas habitacionais.

Antes de adentrar nos achados configurados como resultantes da pesquisa e suas percepções formais, cabe aqui ressaltar que, embora o objeto de pesquisa desse estudo, a Ocupação Reflexo do Amanhã não se encontrar em terras pertencentes à CSN, não podemos desconsiderar o fator CSN / terras ociosas em Volta Redonda como um tema a ser fixado e rememorado por quaisquer estudos que se façam em relação à questão fundiária no município, haja vista a quantidade de terras que a empresa possui, sem nenhuma função social ou produtiva

e que sim, a CSN tem uma significativa parcela de responsabilidade no problema habitacional de Volta Redonda.

Avançando, os achados revelaram as dinâmicas de ocupação urbana em Volta Redonda, ilustrando como essas não são apenas respostas imediatas à falta de habitação adequada, mas também manifestações de descontentamento social e demandas por direitos fundamentais.

Ademais, a pesquisa revelou a capacidade de resiliência dessas comunidades, que desenvolvem estratégias adaptativas para enfrentar as adversidades. Tais estratégias incluem a organização comunitária para a provisão de serviços básicos, a mobilização por direitos habitacionais e a criação de redes de apoio social que transcendem o espaço físico das ocupações. Este aspecto sublinha a importância de reconhecer e valorizar as iniciativas comunitárias no planejamento urbano e na formulação de políticas públicas, propondo um modelo mais colaborativo e menos *top-down* de desenvolvimento urbano.

Além disso, os resultados indicaram a necessidade de repensar as políticas habitacionais à luz das experiências vividas nessas ocupações. A inadequação das soluções habitacionais convencionais, que frequentemente ignoram as necessidades e preferências das comunidades afetadas, é evidenciada, apontando para a necessidade de políticas que priorizem a participação comunitária, a sustentabilidade e a inclusão social como pilares do desenvolvimento habitacional.

Em resumo, os achados desta pesquisa oferecem contribuições sobre características das ocupações urbanas e a resiliência social em contextos industriais brasileiros, enfatizando a necessidade de abordagens habitacionais e urbanas que sejam verdadeiramente inclusivas e baseadas na participação ativa das comunidades. Destacam, assim, o potencial para uma transformação social e urbana que reconheça e valorize as vozes e vivências das populações marginalizadas.

Para expandir sobre as contribuições deste estudo à sociologia urbana e às políticas habitacionais, foi crucial reconhecer inicialmente a rica interseção entre ocupações urbanas, resiliência social e o desenvolvimento de políticas públicas. O estudo em questão, ao focalizar Volta Redonda, uma cidade de relevante histórico industrial no Brasil, forneceu novas visões sobre as lutas habitacionais e as formas como comunidades marginalizadas mobilizam recursos internos e externos para enfrentar desafios significativos. A pesquisa deslocou o olhar

tradicionalmente patologizante que as representações públicas promovem das ocupações urbanas para uma perspectiva que reconhece sua capacidade de inovação social e política.

Além disso, ao documentar e analisar as formas como as comunidades de ocupação organizam-se para garantir acesso a serviços básicos, segurança e sustentabilidade, o estudo ofereceu contribuições práticas para o planejamento urbano e a implementação de políticas habitacionais. Estas descobertas desafiam os formuladores de políticas a considerar abordagens mais abrangentes e integradas, que valorizem o conhecimento e as experiências vividas pelas comunidades, promovendo assim políticas que sejam verdadeiramente inclusivas e capazes de responder às necessidades das populações urbanas marginalizadas.

Finalmente, esta pesquisa ampliou o diálogo entre a teoria sociológica urbana e a prática política, propondo que as ocupações urbanas sejam vistas não como problemas a serem erradicados, mas como oportunidades para repensar e reestruturar as relações urbanas de poder, espaço e política. Assim, o estudo não apenas contribuiu para a base teórica da sociologia urbana e das políticas habitacionais, mas também procurou oferecer um caminho para a transformação social e urbana, onde o direito à cidade seja acessível a todos.

Ao abordar as limitações e direções para pesquisas futuras, este estudo reconheceu importantes áreas que necessitam de exploração adicional. Uma limitação central reside na concentração geográfica da pesquisa em Volta Redonda, que, embora forneça elementos de estudo sobre as ocupações neste contexto específico, pode limitar a generalização dos achados para outras regiões. Adicionalmente, a metodologia adotada, focada em entrevistas e observações em uma única localidade, sugeriu a necessidade de abordagens mais amplas que incluam métodos quantitativos para um entendimento mais abrangente do fenômeno.

Direções para pesquisas futuras incluem a expansão do escopo geográfico para incluir múltiplas localidades com diferentes contextos socioeconômicos e históricos, permitindo comparações e a identificação de padrões mais amplos nas dinâmicas de ocupações. Além disso, é fundamental investigar o impacto de políticas habitacionais específicas, utilizando metodologias mistas que combinem análise quantitativa e qualitativa, para avaliar a eficácia de diferentes abordagens políticas. Outra área de interesse é o estudo da participação comunitária no planejamento e implementação de políticas habitacionais, explorando como as práticas de base podem influenciar o desenvolvimento urbano.

Outrossim, a pesquisa demonstrou como as comunidades em ocupações urbanas desenvolvem sistemas variados para enfrentar desafios socioeconômicos, reivindicar direitos e construir uma vida digna nos limites impostos por contextos urbanos excludentes. Este entendimento enfrentou narrativas reducionistas e apontou para a necessidade de políticas habitacionais e práticas de planejamento urbano que reconheçam a complexidade, a dignidade e os direitos dessas comunidades.

Para não concluir, deixamos a expectativa de que a pesquisa sublinha a importância da inclusão das vozes das comunidades afetadas em todas as etapas do processo de planejamento e implementação de políticas. Isto não apenas enriquece a compreensão das dificuldades enfrentadas, mas também contribui para a formulação de soluções mais efetivas e respeitadas. A colaboração entre diferentes atores sociais, incluindo o governo, organizações não governamentais, acadêmicos e, crucialmente, as próprias comunidades, surge como um imperativo para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas.

Portanto, este estudo reitera a urgência de repensar as abordagens atuais ao desenvolvimento urbano e à habitação, destacando a necessidade de políticas que sejam não apenas reativas, mas proativas, antecipando e mitigando as desigualdades urbanas. Ao fazer isso, enfatiza-se a importância de uma transformação paradigmática que coloque as pessoas e suas experiências vividas no centro do planejamento urbano. Esta é uma chamada para ação que ressoa não apenas em Volta Redonda, mas em contextos urbanos em todo o mundo, onde a luta por moradia digna e justiça social continua a ser uma questão premente

BIBLIOGRAFIA

- ALPINO, T. de M. A.*et al.* **COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional**: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. Cadernos de Saúde Pública, 2020, 36.
- ARAGÃO T.A, Soraggi A.C.M., Corrêa F.S. **Ocupações urbanas como repertório confrontacional dos movimentos de luta por moradia**. Cad Metrop [Internet]. 2021Sep;23
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**.13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- ASSIS, Renata Oliveira. **Usina E Cidade**: Harmonia, Conflitos e Representações do/no Espaço Urbano em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado. UFV. Viçosa, MG, 2013
- ATHAYDE, J.B. **A Igreja Matriz de São Sebastião de Barra Mansa**, in Costa, Alkindar. Volta Redonda – Ontem e hoje – visão histórica e estática. Volta Redonda, RJ: GLAN, 1991.
- BAUMAN, Zigmunt. **Capitalismo Parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. **Medo e Confiança na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2011.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BERKMAN, Lisa F., KAWACHI, Ichiro, GLYMOUR Maria. **Social Epidemiology**. 2nd Revised ed. USA, Oxford University Press, 2014.
- BEDÊ, Waldyr Amaral. **Volta Redonda da Era Vargas (1941-1964)**. Volta Redonda, RJ: SMC/PMVR,2004.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre (coord). **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 2001.
- CALIFE, Magali Nogueira da Silva. **Volta Redonda – CSN – Um espaço dual**. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História, ANPUH – Londrina, 2005.
- CAMUS, Albert. **O Estrangeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CORRÊA, R. L. «**Segregação residencial: Classes sociais espaço urbano**». Boletim de Geografia Teorética, n.21 (42), 1991. Texto apresentado no curso de Pós-graduação em Geografia, PPGG/UFRJ, 2011 APUD MELARA, Eliane, SILVA, William Ribeiro da. Elementos para refletir sobre a policentralidade e a fragmentação urbana em cidades médias –

Resende e Volta Redonda (RJ). Open Edition Journaus. Num. 38. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.4000/confins.16121>. Acesso em 13 Out. 2023.

COSTA, Alkindar. **Volta Redonda – Ontem e hoje** – visão histórica e estática. Volta Redonda, RJ: GLAN, 1991.

DAVIS, Mike. **Planeta de Favelas**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O Projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In MINAYO, Maria Cecília de Souza(org.). **Pesquisa Social**. 6ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DIAS, Sérgio Tadeu Bringel Dias. **Espaço urbano: concessão ou conquista?** Os núcleos de posse de Volta Redonda (1973-1985). Dissertação de Mestrado. Vassouras, RJ: USS, 2002.

DINIUS, Oliver, Brazil's steel city: developmentalism, strategic power, and industrial relations in Volta Redonda: 1941-1964. p. 2. Trad. Livre.

DINIZ, Anamaria. **O itinerário pioneiro do urbanista Attilio Corrêa Lima**. São Paulo, Paco: 2017.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

ENGELS, **Sobre a questão da moradia**. tradução Nélío Schneider. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

FARMER, P. Pathologies of Power: Health, Human Rights, and the New War on the Poor. Berkeley: University of California Press, 2003.

FONTES, Angela Maria, LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?** Revista Rio de Janeiro, n. 18-19, jan.-dez. 2006.

FRANCO, Douglas Vinicius. **Company town e especulação imobiliária: um estudo de caso no município de Volta Redonda – RJ**. Revista Eletrônica de Ciência Política v. 9, n. 2 (2018), 102-121 DOI: 10.5380/recp.v9i2.63768 <https://revistas.ufpr.br/politica/> ISSN: 2236-451X.

FRASER, N. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: Fraser, Nancy; Honneth, Axel. **Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange**. Londres: Verso, 2000.

FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FROMM, Erich. **O Coração do Homem**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. **Cidade "vermelha" do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989)** / Marcos Aurélio Ramalho Gandra. – 2009. 128 f. Orientador: Marcelo Badaró Mattos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

GOUGH & WOOD. **Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa and Latin America: Social Policy in Development Contexts**. Londres, Cambridge University Press, 2004

GRACIOLLI, E.J. **A privatização da CSN - da luta de classes à parceria**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HARVEY, David. (2012). **O direito à cidade**. *Lutas Sociais*, (29), 73–89. <https://doi.org/10.23925/ls.v0i29.18497>

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005

_____. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13577-asi-ibge-populacao-brasileira-envelhece-em-ritmo-acelerado#:~:text=Com%20isso%2C%20no%20dec%C3%AAnio%201960,crescimento%20de%20%2C48%25>. Acesso em 10/06/2023.

Jornal A voz da Cidade. Reintegração de Posse em área na divisa de Volta Redonda e Barra Mansa. Disponível em <https://avozdacidade.com/wp/reintegracao-de-posse-em-area-na-divisa-de-volta-redonda-e-barra-mansa-e-realizada-pela-pm-por-ordem-judicial>. Acesso em 18 maio. 2023.

Jornal Aqui. Sem-tetos que ocupam área da antiga Cimento Tupi pedem ajuda a vereadores. Volta Redonda, RJ: 04 de setembro de 2023. Disponível em <https://jornalaqui.com/sem-tetos-que-ocupam-area-da-antiga-cimento-tupi-pedem-ajuda-a-veredores/>. Acesso em 14 Out. 2023.

Jornal Sul Fluminense. <https://sulfluminenseonline.com/desocupacao-acontece-sem-conflito-em-acampamento-de-volta-redonda/> acesso em 11 Fev.2024

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. São Paulo: Editora Difel, 1991.

_____. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2009.

LELIS, N. (2016). **Ocupações urbanas: a poética territorial da política**. Revista Brasileira De Estudos Urbanos e Regionais, 18

LOPES, Alberto: **A Aventura da Forma: Urbanismo e utopia em Volta Redonda**. Rio de Janeiro, E-Papers, 2003, in BEDÊ, Waldyr Amaral. Volta Redonda da Era Vargas (1941-1964). Volta Redonda, RJ: SMC/PMVR,2004.

LOPES, Michel Couto. **"E a parte que te cabe deste latifúndio"**: Um estudo da dimensão fundiária da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2019.

MARCUSE, Peter; CONNOLLY, James; NOVY, Johannes; OLIVO, Ingrid; POTTER, Cuz; STEIL, Justin. **Cidades para Pessoas, Não para o Lucro: Teoria Urbana Crítica e o Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, Ermínia. (2013). ***Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana***. Petrópolis: Vozes.

MELARA, Eliane, SILVA, William Ribeiro da. **Elementos para refletir sobre a policentralidade e a fragmentação urbana em cidades médias** – Resende e Volta Redonda (RJ). Open Edition Journaus. Num. 38. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.4000/confins.16121>. Acesso em 13 Out. 2023.

MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MOREIRA, Regina da Luz. CSN – **um sonho feito de aço e ousadia**. Iarte: Rio de Janeiro, 2000, p. 54. In BEDÊ, Waldyr Amaral. Volta Redonda da Era Vargas (1941-1964). Volta Redonda, RJ: SMC/PMVR, 2004.

MOREIRA, Regina da Luz. CSN – **um sonho feito de aço e ousadia**. Rio de Janeiro, Iarte: 2000.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa: guia prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019

OMS- Organização Mundial da Saúde. **Relatórios sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias**. Geneva: World Health Organization, 2014.

PAUGAM, S. 1999b. **Elementos de comparação da pobreza e da exclusão na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil**. In: M. VERAS (org.), Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam. São Paulo, EDUC.

PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015,

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. São Paulo, Intrínseca: 2020

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

ROLNIK, Raquel **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: Colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROLNIK, Raquel. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Paulo Junio Trindade dos, DE MARCO, Cristhian Magnus, MÖLLER, Gabriela Samrsla. **Impactos da pandemia no direito à moradia e propostas para a proteção desse direito em tempos de crise:** da urgência de se repensar a moradia para além de um objeto de consumo. *Revista Direito da Cidade*, Vol. 13, num 02, 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/52800>. Acesso em: 11 de janeiro. +de 2023.

SASSEN, Saskia. (1998). *A Cidade Global: Nova York, Londres, Tóquio*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SASSEN, Saskia. (2014). *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2014.

SILVA, A. O. da., & ABDALLA, M. M. **Desenvolvimento? Para quem?** Relações estratégicas entre empresa e sociedade: o lado obscuro da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). *Read. Revista Eletrônica De Administração (Porto Alegre)*, 26(1), 49–80.2020.

SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” e “Peões” na “Cidade do Aço”:** experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980). Dissertação de Mestrado. Instituto De Ciências Humanas e Sociais Instituto Multidisciplinar – UFRRJ. Nova Iguaçu, RJ: 2010. p. 65.

SILVA, Eduardo Ângelo da. **“Arigós” e “Peões” na “Cidade do Aço”:** experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda- RJ, 1970-1980). Dissertação de Mestrado. Instituto De Ciências Humanas e Sociais Instituto Multidisciplinar – UFRRJ. Nova Iguaçu, RJ: 2010.

SOARES, Paulo Célio. **A atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) em Volta Redonda (1967-1979)**. Disponível em <https://editorarevistas.mackenzie.br /index.php /cr/article/view/1195/1244>. Acesso em 05 de junho, 2023.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios:** a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Editora Futura, 2002.

TRINDADE, Tiago Aparecido. **Protesto e Democracia:** Ocupações Urbanas e Luta pelo Direito à Cidade. Jundiaí: Paco, 2017.

WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008

ZENERATTI, Fábio Luiz. **O acesso à terra no Brasil:** reforma agrária e regularização fundiária. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 13(1), 2019.

ANEXOS

ANEXO I

Linha do Tempo

1820- Começam a se desenvolver as fazendas de café em Volta ~~R~~edonda, cuja produção é escoada pelo rio Paraíba do Sul até barra do Pirai.

1864- É construída uma ponte de madeira sobre o rio Paraíba do Sul, permitindo que o porto, a margem esquerda, atenda também as fazendas da outra margem. Surge o primeiro núcleo urbano, com seu casario, armazéns e depósitos: O povoado de Santo Antônio da Volta Redonda (atual Bairro Niterói).

1871- A linha férrea é estendida até Barra Mansa, inaugurando-se a estação de Volta redonda. Surge assim o segundo núcleo urbano, a agência de correios (1871), duas escolas, uma linha de bondes de tração animal (1874) e alguns estabelecimentos comerciais.

1890- O povoado é elevado à categoria de distrito da paz.

1921- É criado o serviço de captação e canalização de água potável.

1924- É inaugurado a fábrica de produtos cerâmicos, que funciona por curto período.

Na década de 30 - São implantados os serviços de telefonia e de iluminação pública particular

Nos anos 40 - É instalada em 9 de abril de 1941 a Companhia Siderúrgica Nacional CSN, que vem transformar a vida do pequeno povoado, com, na época, 3000 habitantes.

1941/1942 - Os primeiros trabalhadores passam há chegar.

Junho /1946 - a usina é inaugurada com a primeira corrida do aço.

Maior/1948 - A linha de produção começa a operar em sua totalidade.

1950 - A população chega a 35.964 habitantes.

1952 - Os setores médios da população começam a se organizar, criando o centro Cívico Pró-emancipação. 1954- O município de Volta Redonda é criado pela lei 2.185, de 17 de julho de 1954.

No dia 03 de outubro são realizadas eleições e, em 06 de fevereiro de 1955, toma posse o Senhor Sávio Cotta de Almeida Gama, primeiro prefeito municipal.

1967 - Unifica- se o espaço urbano, que é a cidade operária e cidade de velha, sob a mesma administração. A CSN se retira das tarefas urbanas, vende a seus operários e completa o processo de integração.

1973 - Por decreto do presidente Emilio Garrastazu Médici, Volta Redonda torna-se área de segurança nacional.

1985 - Volta redonda deixa de ser área de segurança nacional e é restabelecida eleição direta para prefeito, que ocorre em 15 de novembro do mesmo ano.

1988 - Institui-se o dia 09 de novembro como o dia do metalúrgico em homenagem a Walmir, Willian e Barroso, metalúrgicos mortos no conflito ocorrido na Usina Presidente Vargas.

1993 - A CSN é privatizada.

2000 - A população chega a 242.063 habitantes.

2004 - Volta redonda completa 50 anos de emancipação, com uma população estimada em 248.766 habitantes.

ANEXO II

Mural de Fotos

A bucólica paisagem da ocupação é um convite a refletir a vida, sua transitoriedade e seus valores. Ver de perto o contraste entre o existir e resistir, entre o “não ter e ter que ter pra dar”, entre a abundância da terra e a negação do lar pode quebrantar a rigidez de qualquer pesquisador para equipará-lo à posição de alma humana.



As fotos não são apenas um documento do espaço onde se construiu um trabalho. É uma tela onde se imprimiu um momento da história social de uma comunidade que, assim como milhares no país, luta contra a desigualdade e por achar uma brecha jurídica no Testamento de Adão e Eva que lhes garanta onde repousar sua cabeça sem medo da sirene tocar no dia seguinte com a ordem de despejo.

Que a contemplação deste anexo seja o corolário da leitura que nos faça sentir mais que técnicos, mais que cientistas. Que nos permita identificar com a semelhança do próximo e nos reconhecer pequenos demais diante dos que lutam com tão poucos recursos para mitigar os problemas daquelas vidas. Que sejamos pelo menos quem recolhe algumas pedras e entrega aos “Davis” para colocarem na funda, na tentativa de derrubarem os “Golias”.









